

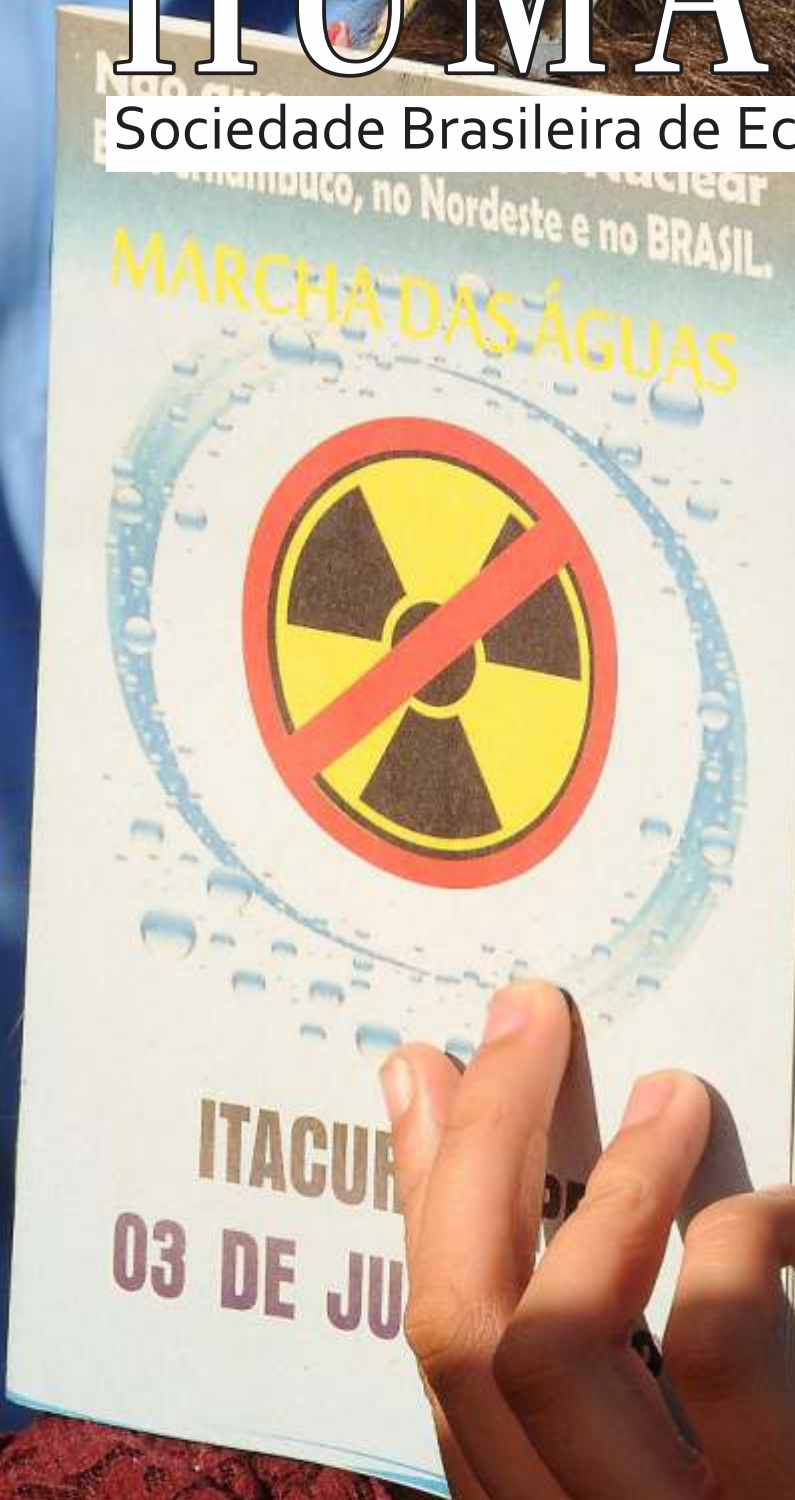
REVISTA

ECOLOGIAS HUMANAS

Sociedade Brasileira de Ecologia Humana

Vol. 5 | Nº 5 | 2019

ISSN 2447-3170



SABEH
Sociedade Brasileira de Ecologia Humana

REVISTA ECOLOGIAS HUMANAS

ISSN: 2447-3170

INSTITUIÇÃO

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECOLOGIA HUMANA - EDITORA SABEH

CHEFES DE EDITORAÇÃO

Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo
Dra. Maria do Socorro Pereira de Almeida

EQUIPE EXECUTIVA

Ma. Alzení de Freitas Tomáz
Me. Paulo Wataru Morimitsu

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA E DIAGRAMAÇÃO

Ana Paula Silva de Arruda
Mainá da Silva Santana
Me. Paulo Wataru Morimitsu

CAPA

Ana Paula Silva de Arruda

IMAGEM CAPA

Marcha das Águas em Itacuruba/PE (João Zinclar, 2012)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECOLOGIA HUMANA

PRESIDENTE: Dr. Gustavo Hess Negreiros

VICE-PRESIDENTE: Me. Paulo Wataru Morimitsu

SECRETÁRIO GERAL: Dr. Ernani Machado de Freitas Lins Neto

TESOUREIRA: Ma. Glaide Pereira da Silva

CONSELHO FISCAL: Me. Arthur Lima da Silva

CONSELHO FISCAL: Ma. Manuella Maria Vergne Cardoso

CONSELHO FISCAL: Me. Joaquim Alves Novaes

CONTATO

revista.sabeh@gmail.com

editora.sabeh@gmail.com

Copyright © 2019 SABEH

OUTUBRO 2019

CORPO EDITORIAL

Brasil

- Dr. Juracy Marques dos Santos (NECTAS/UNEB)
Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida (UFAM/PPGAS)
Dr. João Pacheco de Oliveira (UFRJ/Museu Nacional)
Dra. Maria Cleonice de Souza Vergne (CAAPA/PPGEcoH/UNEB)
Dra. Eliane Maria de Souza Nogueira (NECTAS/PPGEcoH/UNEB)
Dr. Fábio Pedro Souza de F. Bandeira (UEFS/PPGEcoH)
Dr. José Geraldo Wanderley Marques (UNICAMP/UEFS/PPGEcoH)
Dr. Júlio Cesar de Sá Rocha (PPGEcoH/UNEB)
Dra. Flavia de Barros Prado Moura (UFAL)
Dr. Sérgio Malta de Azevedo (PPGEcoH/UFC)
Dr. Ricardo Amorim (PPGEcoH/UNEB)
Dr. Ronaldo Gomes Alvim (Centro Universitário Tiradentes–AL)
Dr. Artur Dias Lima (UNEB/PPGECO)
Dra. Adriana Cunha – (UNEB/PPGECO)
Dra. Alpina Begossi (UNICAMP)
Dr. Anderson da Costa Armstrong (UNIVASF)
Dr. Luciano Sérgio Ventin Bomfim (PPGEcoH/UNEB)
Dr. Ernani M. F. Lins Neto (UNIVASF)
Dr. Gustavo Hees de Negreiros (UNIVASF/SABEH)
Dr. Carlos Alberto Batista Santos (PPGEcoH/UNEB)

Internacional

- Dr. Ajibula Isau Badiru – NIGÉRIA (UNIT)
Dr. Martín Boada Jucá – ESPANHA (UAB)
Dra. Iva Miranda Pires – PORTUGAL (FCSH)
Dr. Paulo Magalhães – PORTUGAL (QUERCUS)
Dr. Amado Insfrán Ortiz – PARAGUAI (UNA)
Dra. María José Aparicio Meza – PARAGUAI (UNA)
Dr. Luca Valera - CHILE (PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA DE CHILE)



ÍNDICE

6

EDITORIAL

Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo
Dra. Maria do Socorro Pereira de Almeida

17

ARQUEOLOGIA EM PAULO AFONSO: DILEMAS E DESAFIOS

Graduando Vitor Batista dos Santos
Graduanda Juliana Ribeiro dos Santos Costa
Dra. Maria Cleonice de Souza Vergne

29

BUDISMO ECOLÓGICO - O DHARMA COMO UM MEIO PARA REPENSAR O COLAPSO AMBIENTAL

Doutoranda Ayanne Larissa Almeida de Souza

8

A ECOLOGIA HUMANA E SUA RELAÇÃO COM A SOCIOFERA, ECOSFERA E PSICOSFERA

Mestranda Adzamara Rejane Palha Amaral
Mestranda Dajana Gabriella Nóbrega Santos da Silva
Mestranda Geilvannette Alves Barreto Rodrigues
Dr. Luciano Sérgio Ventim Bomfim

24

BERADEIROS, CULTURA E FÉ NA BEIRA DO SÃO FRANCISCO

Ma. Fabíola Moura Reis Santos

43

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE
ENTRE TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS
SOCIOCULTURAIS EM CONTOS NEGREIROS,
DE MARCELINO FREIRE

Dra. Maria do Socorro Pereira de Almeida
Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo

61

HOMENS E ESPAÇOS: UMA ANÁLISE
DO ROMANCE *CLARA DOS ANJOS*, DE
LIMA BARRETO

Graduando Eduardo de Lima Beserra
Graduando Rodrigo Selmo da Silva
Dra. Maria do Socorro Pereira de Almeida

90

BETWEEN CULTURAL CHANGES AND
THE FORMATION OF ECOLOGICAL
INDIVIDUALS: THE “*TARTARUGUEIROS*”
OF THE TAMAR PROJECT

Me. Frederico Tognin
Dr. Luiz Antonio Ferraro Junior
Maria Ângela Marcovaldi

105

DESTAQUE DE PESQUISA

A QUESTÃO NUCLEAR EM ITACURUBA:
ENTENDENDO A ESCOLHA DO MUNICÍPIO PARA
INSTALAÇÃO DA CENTRAL NUCLEAR DO NE E
AS MOBILIZAÇÕES ANTINUCLEARES NO
SERTÃO DE PERNAMBUCO

Me. Whodson Silva

54

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DA
PESCA E DA PISCICULTURA NO
RESERVATÓRIO HIDRELÉTRICO DE
XINGÓ, DELMIRO GOUVEIA-AL

Ma. Janniera Mariana dos Anjos Lima
Profa. Adriana Maria Cunha da Silva
Prof. Ruy Albuquerque Tenório

73

O DESPERDÍCIO ALIMENTAR E A
SUSTENTABILIDADE DO MEIO AMBIENTE:
DA TEORIA À PRÁTICA

Doutorando Carlos Jesus
Me. Pedro Brum

99

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A
NOÇÃO DE HARMONIA NA HISTÓRIA
DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: O
EPISÓDIO DO PENSAMENTO REGIONAL

Nilson Cortez Crocia de Barros



EDITORIAL

Dr. Sérgio Luiz Malta de Azevedo

Dra. Maria do Socorro Pereira de Almeida

A **Sociedade Brasileira de Ecologia Humana – SABEH**, ao longo dos sete anos de sua existência tem enveredado esforços no sentido de reunir pesquisadores, comunidades tradicionais, instituições públicas, privadas e do terceiro setor no sentido de articular e fazer mover-se um conjunto de ações para o efetivo exercício do que convencionamos denominar de Ecologia Humana. Nesse contexto, poderíamos começar perguntando: o que é a Ecologia Humana?

Em primeiro lugar, é preciso se dizer que a lente com a qual a Ecologia Humana examina as relações do homem com a natureza não é unidimensional; muitas matizes epistemológicas reivindicam para si o estatuto desse campo de conhecimento. Tais matizes, assumiram e continuam assumindo desdobramentos bastantes heterogêneos, a exemplo dos fundamentos da Escola de Chicago nos EUA, centrados nas diferenciações sociais intra e interurbana; dos esforços vindos do velho continente (círculo europeu de Ecologia Humana) que se inclina para as relações de interdependência entre o homem e o meio, e aquelas ligadas ao continente sul-americano que, de certa forma, levando em conta a enorme diversidade de dimensões analíticas, reflete o conjunto das matizes já enunciadas.

No Brasil, como bem reconhece Bonfim no livro *As raízes da Ecologia Humana* (2017), há uma certa unidade e diversidade pulsante nos estudos da Ecologia Humana, principalmente, aquelas que partem de concepções “políticas e humanísticas”, com ênfase na ideia de ética, tomada como um todo. Leia-se o binômio Político e Humanístico é interdependente, ou seja, conhecimentos, predominantemente estruturados conjuntamente e não separadamente. Assim, simplificada, poderíamos dizer que a Ecologia Humana estuda o homem como um ser da e na relação sociedade-natureza, numa concepção em que a ideia de ecossistema assume uma dimensão multidimensional na qual animais, vegetais e minerais, com toda sua complexidade, interagem de forma interdependente.

Ademais, é louvável os esforços pioneiros do grupo de estudiosos da Universidade do Estado da Bahia, sediados no Campus VIII em Paulo Afonso/BA. Que teve à frente, no primeiro momento, o Professor Juracy Marques com sua arguta capacidade acadêmica, e ávido por conhecer os rincões do rio São Francisco. O aludido professor não poupou esforços no sentido de colocar em funcionamento, há cerca de dez anos, as atividades do Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Sócio Ambiental, hoje vinculado à UNEB de Juazeiro/BA (DTCS – III) que, sob a liderança do Dr. Carlos Alberto, somados aos esforços de muitos colaboradores, conquistou, recentemente, o Doutorado, considerado o único da América latina no campo da Ecologia Humana.

Note-se que, anteriormente e posteriormente ao referido período, muitas outras iniciativas foram desenvolvidas. Destacamos aqui a criação da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana - SABEH que, sob a batuta de Alzení Tomáz, sempre atenta a questões da Ecologia Humana, em especial, as causas das comunidades tradicionais, ribeirinhas do rio São Francisco; em muito vem contribuindo com a difusão de saberes no aludido campo de conhecimento, apoiando as ações do programa. Igualmente importante, é a contribuição da SABEH para criação da **Rede Latino Americana de Ecologia Humana**. Recentemente, consolidou um trabalho bem-sucedido de articulação interinstitucional de âmbito internacional, a partir dos esforços da **RELAEH** entre várias instituições que labutam no campo da Ecologia Humana, principalmente na escala da América Latina. Assim, em 19 de outubro de 2019, em Assunção, Paraguai, foi fundada a **SOLAEH – Sociedade Latino Americana de Ecologia Humana**. Dessa forma, novos desafios, novos percursos são interpostos para os Ecólogos Humanos da América latina nas suas interações com outras instituições, sociedades acadêmicas, redes e associações pelo mundo.

Nesse sentido, a criação da editora da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana acabou por ocupar lugar central, inclusive, para difusão e internacionalização dos saberes e fazeres da Ecologia Humana. Dessa forma, este volume da Revista bem exemplifica tais esforços.

Se pudéssemos recorrer a uma metáfora contextual deste volume, lembraríamos de uma viagem, daquelas que você percorre grandes distâncias, nas quais os momentos vividos são fluidos e a sensação que aflora é daquelas de que o sujeito vive num movimento efemeramente entrecortado por momentos que aqui chamo de lugaridades transitórias, entre o tudo e o nada. O tudo porque os lugares percorridos são *natus*; densos de vida, de ecologias, de estruturas materiais, marcadas muito mais pelas contradições do que pelo consenso; aliás, vivemos a sociedade do infortúnio e da incompreensão. Por outro lado, lembramos a imaterialidade das representações sociais que, pensadas conjuntamente, desencadeiam contextos inimagináveis a um passageiro e ao vazio do nada, pelos limites da imaginação, de um transportado que especula, tenta conhecer e reconhecer a si mesmo na relação com o outro, na ignorância e na generalidade do ser e do estar no mundo.

O conhecimento grita, entretanto, a ação como processo social efetivo não responde, mas sejamos confiantes no bom combate, o combate do confronto de ideias, do respeito às diferenças no mundo das coisas e dos homens. Confiantes no humano e na ideia de ecologia, desejamos uma fértil leitura a todos!

A ECOLOGIA HUMANA E SUA RELAÇÃO COM A SOCIOESFERA, ECOSFERA E PSICOSFERA

AMARAL, Adzamara Rejane Palha^{1,*}, SILVA, Dajana Gabriella Nóbrega Santos da^{2,†}, RODRIGUES, Geilvannette Alves Barreto^{3,‡} e BONFIM, Dr. Luciano Sérgio Ventim^{4,§}

^{1,2,3,4}Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGecoH/UNEB

*Mestranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB.
adzamarajua@gmail.com

†Mestranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB.
engenheiradajana@hotmail.com

‡Mestranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB.
geilvannettebarreto.pacto@gmail.com

§Docente, Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental – PPGecoH, Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo, associar o debate teórico ao panorama da relação entre o ser humano e a sociedade (sociosfera), a ecologia (ecosfera) e a psicologia (psicosfera). Os estudos no campo da Ecologia Humana têm buscado explicar o lugar do ser humano na sociedade, bem como na natureza, vendo-o como agente de transformação do meio ambiente e de interações nos ecossistemas. A relação do ser humano com a sociedade, a ecologia e a psicologia tem sido pauta de debates na realidade humana atual, com a finalidade de despertar na sociedade o senso reflexivo sobre o papel do ser humano nos diversos contextos, aqui citados. Para estabelecer essa relação da Sociosfera, Ecosfera, Biosfera e Psicosfera, no viés da Ecologia Humana foi utilizada uma revisão de literatura, a partir de uma abordagem que propõe reforçar o debate sobre a Ecologia Humana e suas diversas concepções entre o meio ambiente e a cultura

Palavra Chave: Ecologia Humana. Ecosfera. Sociosfera. Psicosfera.

Abstract

This research aims to associate the theoretical debate with the relationships between human being and society (sociosphere), ecology (ecosphere) and psychology (psychosphere). The researches about the Human Ecology have been aiming to explain the place of the human being in society, as well as in nature, seeing it as agent of transformation of the environment and of the interactions in the ecosystems. The relationship of the human being with society, ecology and psychology have been a topic of debates in the current human reality, in order to bring up society's reflexive thinking about the role of human being in multiple contexts, discussed here. Aiming to establish this relation of Sociosphere, Ecosphere, Biosphere and Psychosphere through the theory of Human Ecology, it was made a literary review with an approach that proposes an enforcement of the debate about Human Ecology and its many conception about environment and culture.

Key words: Human Ecology, Ecosphere, Sociosphere, Psycho.

Introdução

Várias transformações estão acontecendo no planeta, desde o século passado. Diante deste cenário, é que se busca a comprovação dos fatores que acarretam transtornos e prejuízos ao planeta Terra. Alguns podem ser citados, tais como a ocupação descontrolada das áreas urbanas, a quantidade exacerbada de veículos automotivos, o comportamento consumista por bens materiais, que gera uma enorme produção de lixo, entre outros. E assim, essa procura incessante de explicações plausíveis para as preocupantes transformações que estão acontecendo no planeta, tem levado os estudiosos a se debruçarem sobre literaturas específicas e pesquisas no campo da Ecologia Humana.

A partir dessa realidade é que pesquisadores e cientistas em todo mundo, têm utilizado oportunidades que proporcionem a discussão acerca dos problemas ambientais. Nesse contexto, é que se forma uma rede de pensamentos, que possibilita esclarecimentos sobre algumas teorias e concepções que buscam explicar as transformações ocorridas no planeta, nos últimos anos, com o intuito de despertar o ser humano para o entendimento da importância do seu papel como agente de transformação do meio ambiente e de interações nos ecossistemas.

Desta maneira, o ser humano é visto como um sistema aberto e nesse mesmo sistema é também um ser natural, que necessita interagir com a natureza, e continuar estabelecendo relações e se posicionando ecologicamente, para que ele possa manter-se organizado socialmente. (M. J. A. LIMA, 1984).

É nesse sistema que se estabelecem as interações que tornam o estudo da relação entre o humano e a natureza interdisciplinar, ou mesmo transdisciplinar, conforme a afirmação de Begossi (1993, p.02), estudar a "relação do homem com o ambiente, inclui outros fatores (como econômicos, sociais e psicológicos) levando a ecologia humana a transcender a ecologia da natureza".

Neste cenário, Odum (2001, p. 812), reco-

nhece que, "agora [...], quase todas as disciplinas e profissões, tanto no campo das ciências aplicadas como no das humanidades, estão ávidas por encontrar na área da ecologia humana um campo comum de encontro", entre os diferentes campos dos saberes desde o cultural ao científico.

Estas ciências que tratam das relações humanas não devem trabalhar de forma isolada, mas interagir umas com as outras e assim poder encontrar pontos de contatos integrados, a exemplo da Geografia, Pedagogia, Ecologia e Psicologia. Faz-se necessário, portanto, que estas vislumbrem o ser humano e seu ambiente como um todo, valorizando as diferentes partículas deste ser que forma o todo universal, para que em consonância possam criar novas possibilidades de sobrevivência e romper com velhos paradigmas de se trabalhar de forma isolada, estabelecendo assim a interdisciplinaridade.

As preocupações com essas interações se dão pelo fato de que o planeta vem sofrendo modificações físicas e biológicas em sua estrutura, o que termina influenciando os seres (animal, mineral e vegetal) que o habitam. Neste contexto, muitos são os fatores que contribuem para que haja muita chuva ou falta desta, bem como altas temperaturas, derretimento das calotas polares; de modo que a ação humana influencia, de certa forma, neste processo, através do desmatamento que compromete a camada de ozônio, por exemplo. É preciso, portanto, que se estabeleça uma relação entre as três esferas citadas e atuação econômica do ser humano com a "sustentabilidade ambiental", para que haja uma convivência harmônica e uma compreensão homem-natureza mais virtuosa, evitando, assim, a desarticulação entre tais elementos e a destruição do ambiente.

De acordo com Morin (2011, p. 19)

As três instâncias indivíduo, sociedade e espécie formam uma tríade inseparável. O indivíduo humano, mesmo na sua autonomia, é 100% biológico e 100% cultural. Apresenta-se como um ponto de um holograma que contém o todo (da espécie, da sociedade) mesmo sendo irreduzivelmente singular.

Morin (2011, p.38), afirma que nós somos ao

mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais e também espirituais. Por isso, somos seres da complexidade, afinal em nós se articulam a identidade e a diferença de todos os aspectos: físico, biológico, social, cultural e espiritual. E acrescenta que “tudo está em inter-relação e em interconexão”. Desta maneira, o homem, que como ser pensante, interage com o meio ambiente o tempo todo, deverá refletir sobre suas ações no meio em que está inserido.

Dessa forma, neste artigo de revisão de literatura, a metodologia aplicada procurou corresponder aos objetivos propostos no resumo, valorizando os conceitos pesquisados no campo da Ecologia Humana, no que se refere a ecosfera, sociosfera e psicofera. Entretanto, observe-se que são poucas as abordagens que estruturam conjuntamente essas três esferas, no âmbito acadêmico.

Assim, as buscas e utilizações de referências exigiram certo critério, uma vez que essas três esferas do campo da Ecologia Humana, embora pouco discutidas, vêm sendo estudadas com maior frequência, daí a razão de garimpar publicações atuais, a fim de garantir a qualidade científica da pesquisa, com utilização de dados recentes que transitem na mesma via da realidade presente das relações socioambientais.

A busca do material bibliográfico que conferiu consistência aos resultados desta pesquisa constou de leituras de artigos e livros publicados no campo da Ecologia Humana, inclusive artigos publicados em periódicos, além de bases de dados relevantes ao âmbito científico-acadêmico, como Scielo, por exemplo. Para a procura nas “databases” foram utilizados os descritores: “sociosfera”, “ecosfera”, “psicofera” e “Ecologia Humana”, ainda que tenha havido a predominância das obras sugeridas durante as aulas presenciais da disciplina de Teorias da Ecologia Humana.

Após essa primeira busca, os documentos foram perscrutados a partir dos critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídos artigos publicados em periódicos nacionais e/ou internacionais; escritos em língua vernácula (português) e em outros idiomas; datados até 2018; com produção e coerência com descritores no relevo da

temática, expostos no título e/ou no resumo e/ou no corpo do texto. Foram incluídos, ainda, livros, e-books e outros materiais veiculados pela imprensa. Foram excluídos: Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), Dissertações e Teses, como também artigos publicados em anais.

Os critérios de inclusão e exclusão foram estabelecidos em consonância com o conceito de “materiais cinzentos” defendido por Gomez e Machado (2007), considerando pesquisas não publicadas, divulgações fora do meio científico-acadêmico, inclusive aqueles considerados não científicos, ainda que tenha predominado as sugestões de obras durante as aulas presenciais da disciplina de Teorias da Ecologia Humana.

Após várias leituras dos documentos, alguns não foram consultados por não apresentarem importância para a assunção dos objetivos da pesquisa, ficando para a análise apenas os artigos científicos que tratam com maior ênfase dos estudos acerca das relações humanas nos meios sociais, culturais e psíquicos numa perspectiva interdisciplinar, multidisciplinar ou até mesmo a disciplinar, como propõe a Ecologia Humana.

Assim, é necessário que se compreenda o lugar do ser humano nos espaços naturais e sua importância nos espaços sociais. A partir daí é possível entender onde estão estabelecidas as relações socioambientais e socioculturais, já que o homem é, natural, social e psicológico, o que convém dizer que é ainda um ser biopsicossocial. É o que esse trabalho intenta, com a finalidade de contextualizar os conceitos dessas três esferas, propondo reforçar o debate do que tem se tornado indispensável na compreensão da relação do homem com o meio ambiente e a cultura.

CONCEITOS UTILIZADOS

A Ecologia Humana e a Sociosfera

Os comportamentos humanos têm sofrido alterações na medida em que o homem ocupa a maior parte de seu tempo em busca de suprir as várias necessidades vitais, bem como arcar com compromissos diários. Assim, a atenção humana voltada para essas inúmeras necessidades abre espaços para os problemas atuais na

formação da identidade, (BONFIM, 2016.2017).

Diante de tantas discussões sobre identidade, é necessário pensar no humano de forma integral com seu contexto social e ambiental, uma vez que deve ser pensado como produto de uma sociedade que vive em constante transformação. Além de conviver socialmente, o ser humano vive em constante relação com meio ambiente, estabelecendo interações socioculturais e socioambientais, sem que haja uma hierarquia entre elas.

Portanto, percebendo pelo prisma de Luhmann (1998, p. 11), a palavra sociedade significa a interação entre o ser humano e o meio em que vive. Ele interpreta a sociedade como um sistema percebido pela vertente da distinção sistema/meio. Nesse caso, o mundo está dividido em dois lados, sendo um denominado sistema (sociedade), e o outro é o seu entorno (meio ambiente). Essa observação leva ao entendimento de que a sociedade não existe sem a contribuição do meio ambiente, enquanto a qualidade do meio ambiente depende do comportamento do ser humano, enquanto sociedade. Enfim, a garantia de sobrevivência e completude de dos dois lados requer a existência de uma relação intrínseca.

Esta relação do ser humano com a sociedade e o meio ao seu redor tem estimulado os estudos no campo da Ecologia Humana, desde que houve a explosão, em 1945, da primeira bomba atômica, e por consequência, esse desastre ecológico tem causado desarticulações às sociedades humanas, quando isso se reflete em suas relações com o ambiente, com o social e com o espiritual.

Nessa mesma linha de preocupações, Ehrlich et al. (1971) lança um alerta sobre os efeitos acumulados na biosfera, o que tem levado à busca pela compreensão do homem como um ser biopsicossocial, já que suas reações têm interferido no que diz respeito às ações agressivas ao ambiente.

Embora esses estudos tenham sido pautados em discussões atuais, devido a vários desequilíbrios ambientais, a Ecologia Humana emerge como uma ponte entre as ciências da natureza e as ciências sociais. E a partir daí, vem ganhando

espaço nesses contextos, reforçando os ideais de convivências, relações sociais e transformações dos seres, criando o ciclo de influências. (M. J. A. LIMA, 1984).

Em Park (1915), compreende-se que a cidade não é apenas o lugar, mas também as pessoas, sentimentos, costumes bio psico físico e social, arquitetura, monumentos, vias de trânsito, bares, restaurantes, escritórios nos quais e por meio dos quais os interesses privados e públicos, econômicos e políticos encontram expressão.

Essas relações sociais vêm estabelecendo a formação de ecossistemas naturais nas inter-relações entre as espécies e ecossistemas como um todo, quando se trata da necessidade de interação de grupos e sociedades humanas entre si. Lima (1984) afirma que “são essas relações que constituem o ser social de cada indivíduo”.

Neste contexto, não haverá resposta a essas crises ecológicas a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais (GUATTARI, 1989, p. 9). Pois o ser humano, embora viva em sociedade e tenha uma cultura própria, não se torna melhor do que outros seres, nem deve ser indiferente a eles, uma vez que a necessidade de convivência estimula a transmissão de culturas entre os ecossistemas.

Tentando a reversão dessa crise social, a Ecologia Humana vem dialogar com outros conhecimentos no amago da relação (sociedade-natureza) para fomentar reflexões sobre este binário a despeito das relações contraditórias do capitalismo e que em muito tem influenciando a qualidade de vida humana. Assim, a busca incessante pela autorrealização, aliada à necessidade de sobrevivência e à busca pelo sucesso, muito atrelada ao status social, leva o ser humano, em certas situações, a valorizar o ter, relegando a segundo plano, o ser.

Essas demandas têm sido fatores relevantes para as crises de identidade dos humanos em seus ecossistemas, além disso, tem desencadeado dificuldades de compreensão desses conceitos. Nesse sentido, as mudanças ambientais e os comportamentos humanos, bem como seus diversos caminhos, são fatores capazes de influen-

ciar nos âmbitos sociais e ambientais. (INGALLS et al., 2016).

Para se afirmar enquanto predadora, a cultura humana tem sido tomada como algo superior e através dela, o homem tem a ilusão de que conseguiu controlar e dominar a natureza. Isso tem provocado inversão dos papéis, os quais subvertem a hierarquia natural em detrimento dos eventos sociais, visando ampliação da assimetria do poder econômico. Daí se tomar a revolução neolítica, a agricultura, um marco da História, “posto que com ela o homem passou da coleta daquilo que a natureza ‘naturalmente’ dá, para a coleta daquilo que se planta, que se cultiva”. (GONÇALVES, 1998, p. 26-27)

Nesses sistemas de interações, Ingalls et al. (2016) destaca que a identidade humana fornece o que é classificado por ele como objeto, e que a considera analítica no interrogatório dessas dinâmicas sociais e ambientais. Afirma, ainda, que as pesquisas têm encontrado barreiras para seu desenvolvimento no campo da Ecologia Humana, devido tanto à falta de engajamento crítico com o contexto ecológico, quanto pela ênfase exagerada que tem sido dada aos fatores sociais.

É necessário que se valorize, com maior veemência, essas inter-relações humanas, ecológicas, sociais, levando em conta que os ecossistemas tanto naturais quanto artificiais, são criados nas comunidades. E, nesse contexto, os humanos, vítimas das tão recentes crises identitárias, para continuarem sobrevivendo, muitas vezes precisam tornar-se sociedade. (INGALLS et al., 2016).

Essa necessidade humana tem contribuído para a articulação da tríade formada pelos fatores natureza, homem e psicologia, que se influenciam e formam o biopsicossocial, indispensável às relações de convivência.

A Relação da Psicofera com a Ecologia Humana

Este tópico discute as teorias de alguns pensadores do campo da Ecologia Humana sobre a psicofera para além das relações inter e intrapessoais, abrangendo as conexões psíquicas do homem com o mundo natural e a subjetivi-

dade humana, em relação à sustentabilidade dos biomas e ecossistemas terrestres.

Transitando neste contexto pós-moderno, vivenciado pela sociedade atual, o ser humano acumula diversas experiências profissionais, espirituais bem como inter-relações afetivas com seus semelhantes e com a natureza ao seu redor. Esta relação dos seres humanos com outros humanos e com os outros elementos da natureza tem alimentado a indústria de transformação e fortalecido um sistema econômico financeiro que beneficia uma classe em detrimento de outras.

Desta forma, o homem tem trilhado caminhos de consumismo exagerado sem pensar nas futuras gerações, por se sentir superior aos animais, plantas e micro-organismos que vivem ao seu redor. Esta relação de exploração dos seres humanos com a natureza muitas vezes tem causado desequilíbrio aos ecossistemas.

Diante deste cenário de consumismo, a relação do homem com o meio ambiente encontra explicação nos estudos da Ecologia Humana, mediante as pesquisas do campo da psicologia humana que procuram compreender de maneira interdisciplinar e transdisciplinar, o porquê de o ser humano procurar suprir o vazio de seu interior com compras de objetos supérfluos, por exemplo. Esses estudos têm buscado uma análise crítica das ações do ser humano com a natureza e a consciência humana, seus modos de expressão e as realidades culturais, sociais e econômicas que se criam e recriam.

O que se tem percebido com frequência é que essas pesquisas no campo afetivo das relações humanas, tanto no contexto natural como no psicológico tem sido um campo vasto de estudos para compreender esta teia de relações entre humano e natureza, articulando a psicologia com outras ciências para tentar explicar este universo tão enigmático e ao mesmo tempo tão fascinante.

De acordo com Marques (2012, p. 45), a natureza tem uma alma que pode ser percebida por meio da relação humana com a cultura e da própria natureza através das estruturas subjetivas da espécie humana, que tem causado interpretações equivocadas, no sentido de que os sistemas

ecológicos são dissociados dos seres humanos.

No entanto, esta relação ecológica representa a subjetividade do simbólico entre os sentimentos dos seres humanos e a alma dos animais, plantas e dos demais seres ligados à natureza. Assim, a ecologia da mente procura “alimentar aquelas energias psíquicas que reforçam a aliança da fraternidade e solidariedade entre o ser humano e o universo.” (MARQUES, 2012, p. 17).

Neste sistema, o homem não deve ser pensado isoladamente, mas como um ser inserido em um todo. Como um ser que tem um corpo e neste que habita um espírito e com seus sentimentos, que habitam na alma, e neste sistema todas as coisas estão ligadas à sua volta. Pensando assim, para que venha contribuir de forma positiva para a unidade do planeta como um todo, sem deixar que antes a biosfera venha a pedir socorro, quer seja através do sacrifício animal, ou do desmatamento das florestas, evidenciando as disputas e o domínio do mais forte.

Bateson (1985) afirma que os seres humanos têm a oportunidade de vivenciar e valorizar o meio ambiente em suas multidimensões, a exemplo da biosfera e psicofera com a Ecologia Humana, visto que esse binômio biosfera/psicofera, estão alinhados à Ecologia Humana. Nessa dimensão, os seres humanos têm a oportunidade de dialogar entre homem-homem e Homem-Natureza, interligado aos vários biomas, formando os ecossistemas como um todo, e ainda assim cuidar da natureza no presente com o olhar para o futuro, de maneira coletiva e sustentável.

A Ecologia Humana e a Ecosfera

Este tópico aborda os estudos sobre a natureza como fonte de sobrevivência do ser humano, que ao retirar do meio ambiente os recursos naturais para gerar lucro ao longo dos anos, vem transformando seu habitat em nome de um “desenvolvimento” ou suposto “progresso”.

É fato que a exploração dos ecossistemas e biomas do meio ambiente está sendo feita para a retirada de madeira, extração de minérios, pescas predatórias, desmatamento das florestas para cultivo de monocultura e criação agropecuária.

Estas ações humanas vêm causando desequilíbrio e desarmonia à fauna e à flora dos biomas ao redor do globo terrestre, o qual não está sendo compreendido como um sistema integrado. Isso vem a ser fruto do individualismo, que, para Morin (2011), não deve ser considerado uma vitória do egoísmo sobre o civismo, nem mesmo do privado sobre o público, mas para ele, deve ser visto como o resultado do processo histórico de emancipação da massa e ainda considera que a responsabilidade dos atos é instalada sobre cada um, seja de maneira positiva ou negativa.

Desta forma, percebe-se a importância da Ecologia Humana transitar pelo diversos campos do conhecimento e provocar reflexões acerca do homem e sua interação com o contexto de natureza, sociedade, meio ambiente e com o próprio ser humano.

Vale salientar que o estilo de vida da sociedade contemporânea, bem como o modelo de produção e consumo de bens de serviços está passando por uma significativa transformação, o que acarreta substantivos impactos sobre o meio ambiente físico, biológico, social e psicológico. A relação do homem com a natureza “é função das relações estabelecidas pelos e entre os homens num dado modo de produção” (MORAES, 1994, p. 75).

É importante ressaltar que até meados do século XX, acreditava-se que a técnica e a ciência iriam solucionar todos os problemas humanos, haja vista a certeza de que o progresso traria no seu bojo a produção do melhor para a sociedade e para o meio ambiente. Entretanto, hoje sabemos que esta não é a realidade, ao contrário o futuro do planeta, cada vez mais, fica povoado de incertezas.

Para Leis (2004), a humanidade está sendo introduzida em um futuro incerto e sem precedentes pelo mercado e isso nos leva a crer que, caso os mecanismos de autorregulação de Gaia (LOVELOCK, 1991) sejam rompidos pelos sistemas econômicos, a humanidade poderá estar diante de uma crise estrutural, que corrói a estrutura ambiental do planeta, cujos “horizontes não podem ser previstos [...], não obstante, as perspectivas não são nada otimistas” (SOFFIATI, 2002, p. 50).

Segundo Odum (2001), o ser humano se encontra diante de limitações definitivas, e é chegado o momento de administração tanto dos recursos de que depende, quanto da sua própria população e reforça que essas limitações não são puramente locais. A destruição ecológica, a depleção (perda) dos recursos ambientais, a baixa qualidade de vida da maioria da população mundial sinaliza para os limites da racionalidade econômica da civilização moderna.

Ainda por essa via, Leff (2001), reitera que a lógica do crescimento ilimitado produziu o subdesenvolvimento de dois terços da humanidade e a utilização em larga escala dos recursos naturais levou à exaustão de sistemas vitais e à ameaça ao equilíbrio ambiental.

Como enfatiza Bonfim (2016.2017), dentre todas as espécies, o ser humano é a única que voluntariamente causa distúrbios no sistema meio ambiente, ou seja, tenta violar as suas leis, harmonizando o ser humano consigo mesmo.

Desta maneira, pode-se perceber que o planeta Terra precisa estar integrado e, se a espécie humana quiser se perpetuar, terá que criar mecanismos de sustentabilidade e mudar alguns hábitos cotidianos para que, num futuro próximo, ainda possa produzir alimentos, tomar água, banho e cozinhar, pois, do contrário, corre o risco de desaparecer se não fizer nada para mudar a realidade do consumismo.

Nesse contexto, Bonfim afirma que:

O fato do ser humano pensar universalmente o real, ou seja, de forma contraditória e multifacetadamente, expressa o que pode ser considerado outro atributo do ser humano: a liberdade. Na medida em que o ser humano pode explicar a própria existência e o mundo no qual está imerso, ele se coloca fora do alcance da possibilidade de ser objeto da ação determinística da natureza, tal como os animais irracionais estão submetidos, e consequentemente se afirma como ser livre. (BONFIM, 2016.2017, p. 119).

No entanto, é preciso observar que a liberdade também dá ao ser humano a responsabilidade sobre suas ações e escolhas. Se por um lado o raciocínio o faz ter a liberdade de escolher e de ser, dar também a condição de produtor ou destruidor, de protetor ou devastador.

As relações do homem com a natureza tornaram-se bem mais complexas após o aparecimento dos aglomerados urbanos e com o

crescimento desordenado destes, o homem produziu intenso impacto sobre o meio ambiente natural, com repercussões negativas na sua qualidade de vida.

Esse triângulo, biosfera, ecosfera e psicofera, abordados nesta pesquisa, está alinhado à Ecologia Humana, uma vez que permite aos seres humanos a oportunidade de dialogar entre si e com a natureza, nos aspectos social, ecológico e psicológico, de forma a contribuir para o equilíbrio entre meio ambiente e ser humano em uma interação de respeito e não de exploração.

Neste cenário se faz necessário buscar meios que desperte no ser humano a consciência do seu papel, para manutenção da qualidade de vida, com o foco voltado para a sustentabilidade, e assim garantir às futuras gerações um planeta ecologicamente, socialmente e psicologicamente equilibrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando ser a Ecologia Humana bastante recente, tornou-se perceptível a sua importância para a preservação do nosso planeta, haja vista que esta vem revestida de um realce substantivo, que é a preocupação do ser humano com a sociedade (biosfera), com a ecologia (ecosfera) e com a psicologia (psicofera). Desse modo, vem à compreensão de que as atividades humanas e seus relacionamentos com o meio ambiente provocam alterações de convivências e interações, desencadeando crises e revoluções no meio social.

De acordo com R. A. P. Lima (1979), o ser humano e o meio ambiente constituem a história do ambiente e de sua própria espécie. Desde as primeiras relações com o meio, buscando a sua sobrevivência, os homens transformam o mundo à sua volta e, com isso, também mudam aspectos da vida evolutiva.

E assim, transitando por esta seara, percebe-se que a questão ambiental está contextualizada pelo modo de produção e consumo, como também pela formação econômica e social. Portanto, faz-se necessário voltar olhar para a maneira como acontece o uso dos recursos naturais, haja vista que o uso de maneira descontrolada e de-

sequilibrada, ocasiona, em diversas situações, a exaustão de recursos, o que exige a observância das capacidades de suporte e regeneração do meio ambiente, assim como, o reaproveitamento, pelos meios naturais, dos resíduos gerados pelas diversas atividades humanas.

Marques (2012) nos leva a percorrer pelas linhas da ecologia humana de modo diferente, quando defende que espírito e a alma fazem parte da biodiversidade, ao tempo em que enfatiza que essa maneira de pensar dos povos tradicionais resulta em mecanismos positivos de proteção à natureza. O autor critica de forma acentuada quando afirma que a natureza está sendo tratada como “mercadoria”, sem pensar na sustentabilidade, que é garantida a partir do consenso individual que deságua no coletivo, que por sua vez, conscientiza o individual.

Em suma, quando se amadurece os conhecimentos e sentimentos, o foco se volta para uma nova visão onde se passa a defender que a finalidade da natureza não é atender aos anseios e necessidades do homem, mas convencer o homem que ele faz parte da natureza e que, portanto, deve preservá-la.

Enfim, diante de todo contexto tratado, torna-se fundamental uma nova postura diante da relevância da natureza, o que nos remete a necessidade de um novo posicionamento do conhecimento científico, que elimine ou minimize a visão fragmentada dos saberes, direcionando para uma visão holística com tomadas de decisões eficiente e conscientes para a resolução das crises ambientais e garantia da sustentabilidade, com o olhar voltado para as gerações futuras.

Referências

BATESON, G. **Pasos hacia una ecología de la mente**. Buenos Aires: Ediciones Carlos Lohlé, 1985.

BEGOSSI, A. **Ecologia Humana: Um Enfoque das Relações Homem-Ambiente**. **INTERCIENCIA**, Santiago, v. 18, n. 1, p. 121-132, 1993. Disponível em: <<https://www.interciencia.net/>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

BONFIM, L. S. V. **No Brasil, a Ecologia Humana é um paradigma científico ou outro tipo de ci-**

ência emergente? **Revista Ecologias Humanas**, Paulo Afonso, v. 2, n. 2, p. 99-122, 2016.2017. Disponível em: <http://sabeh.org.br/?mbdb_book=revista-ecologias-humanas-no-2>.

EHRLICH, P. R.; HOLDREN, J. P. **Impact of Population Growth**. **Science**, Paulo Afonso, v. 171, p. 1212-1217, 1971. Disponível em: <<https://doi.org/10.1126/science.171.3977.1212>>.

GOMEZ, M. N. G.; MACHADO, R. R. **A ciência invisível: o papel dos relatórios e as questões de acesso à informação científica**. **DataGramZero**, v. 8, n. 5, out 2007. Disponível em: <www.brapci.inf.br/index.php/res/download/45035>. Acesso em: 10 jul. 2018.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998.

GUATTARI, F. **As Três Ecologias**. Campinas: Papirus, 1989.

INGALLS, M.; STEDMAN, R. **Engaging With Human Identity in Social-Ecological Systems: A Dialectal Approach**. **Review Society for Human Ecology**, Ithaca, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1885/110881>>.

LEFF, E. **Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis: Vozes/PNUMA, 2001.

LEIS, H. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Montevideo: Coscoroba ediciones, 2004.

LIMA, M. J. A. **Ecologia Humana: realidade e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

LIMA, R. A. P. **A Ação do Homem nos Ecossistemas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

LOVELOCK, J. E. **Gaia: A planetary emergent phenomenon**. In: THOMPSON, W.I. (Ed.). **Gaia 2: Emergence – The New Science of Becoming**. New York: Lindsfarne, 1991.

LUHMANN, N. **La sociedad de La sociedad**. México: Herder/Universidad Iberoamericana, 1998.

MARQUES, J. **Ecologia da Alma**. Petrolina: Franciscana, 2012.

MORAES, A. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ODUM, E. P. **Fundamentos de Ecologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PARK, R. E. The city: suggestions for the investigations of human behavior in the city environment. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 20, n. 5, mar. 1915.

SOFFIATI, A. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYGUARGUES, P. P.; CASTRO, R. de S. de. (Ed.). **Educação Ambiental: Repensando o Espaço da Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

ARQUEOLOGIA EM PAULO AFONSO: DILEMAS E DESAFIOS

SANTOS, Vitor Batista dos^{1,*}, COSTA, Juliana Ribeiro dos Santos^{2,†} e VERGNE, Maria Cleonice de Souza^{3,‡}

^{1,2,3}UNEB/Campus VIII - Paulo Afonso. Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso- CAAPA-UNEB

*Graduando do Curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade do Estado da Bahia. vitorbatistafsa@outlook.com

†Graduanda do Curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade do Estado da Bahia. july.arqueoenf@gmail.com

‡Profa. Dra. da Universidade do Estado da Bahia. cleovergne@gmail.com

Resumo

A Pesquisa Arqueológica no Município de Paulo Afonso, nos territórios de Rio do Sal, Malhada Grande, Lagoa das Pedras e Tará, vêm sendo desenvolvida há mais de duas décadas. Este município apresenta um efetivo potencial arqueológico com uma centena de Sítios que possuem no seu contexto, matacões de granito, nos quais encontra-se pintura rupestre, inserida nas paredes e no teto, são monocromáticos em vermelho, no estilo de grafismos puros. Associados a esses contextos, foi coletado na superfície, material lítico e fragmentos de cerâmica, fato que denota uma multiplicidade de atividades executadas nessa área arqueológica, tipicamente de ocupações pretéritas. O Território encontra-se no Pediplano Sertanejo, que se estende até as bordas do canyon do rio São Francisco, cuja vegetação é típica de Caatinga, ambiente favorável ao assentamento e sobrevivência humana em tempos pretéritos, pois mesmo ao longo do contexto temporal, essa área vem sendo desmatada para atender as economias modernas, todavia, ainda representa um local de escolha para moradia atualmente. As pesquisas desenvolvidas na região estiveram sempre marcadas por várias resistências dos proprietários das terras, onde os sítios foram encontrados, bem como os quebradores de pedras que encontravam, na quebra de pedra, um meio para sobrevivência e de seus familiares, fato que ameaça a preservação dos sítios arqueológicos. O objetivo deste artigo é apresentar a Arqueologia no Complexo Paulo Afonso seus dilemas e desafios. Teremos como aporte teórico os estudos de Vergne e Marques (2009), Luiz Oosterbeek (2007), que atende a uma metodologia descritivo-bibliográfica.

Palavra Chave: Arqueologia. Patrimônio. Preservação.

Abstract

The archeological research in the city of Paulo Afonso, Brazil, in the territories of Rio do Sal, Malhada Grande, Lagoa das Pedras and Tará, has been being developed for more than two decades. This municipality presents an archeological potential with a hundred sites that possess in their areas granite boulders in which are found rock art on the walls and ceiling. Associated to these contexts, researchers have collected on the surface lithic material and pottery fragments, which indicates the occurrence of multiple activities that were executed in this archeological area, typical of ancient occupations. The territory is located in the backwoods by the canyons of the São Francisco river, whose typical vegetation is the caatinga, an environment favorable to human settlement and survival in prehistoric ages, once that even considering the temporal context, this area has been being devastated to attend the interests of modern economies, however, it still represents a choice of living nowadays. The researches developed in the region have always been marked by the resistance of the property owners where the archeological sites were found, as well as the quarry workers that had in this activity a way living and support their families, a fact that endangers the archeological sites. This article aims to present the archeology in Paulo Afonso, its dilemmas and challenges. Our theoretical foundation are the researches of Vergne and Marques (2009), Luiz Oosterbeek (2007), guided by a descriptive-bibliographical methodology.

Key words: Archeology. Patrimony. Preservation.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a Arqueologia no Complexo Paulo Afonso, seus dilemas e desafios. A arqueologia é uma ciência que estuda a história humana em seus diferentes aspectos, através da cultura material remanescente e busca através dos vestígios da presença humana, reconstruir parte da história dos povos que nos precederam.

Em Paulo Afonso, nos territórios de Rio do Sal, Malhada Grande, Lagoa das Pedras e Tará, a arqueologia vem sendo desenvolvida há mais de duas décadas e esteve sempre marcada por dilemas e desafios, fato que é atribuído as seguintes questões: por um lado a preservação dos bens patrimoniais em que estudiosos como a doutora Cleonice Vergne, sua equipe e ambientalistas buscam preservar o patrimônio arqueológico em questão e por outro lado, os defensores e interessados em explorar os recursos socioambientais da região, com a quebra de pedra da qual muitas famílias tiram seu sustento. O desenvolvimento da pesquisa arqueológica em Paulo Afonso enfrentou, ainda, a resistência dos proprietários das terras onde os sítios foram encontrados.

Foram desenvolvidas algumas estratégias de preservação dos sítios arqueológicos do Complexo Paulo Afonso como, por exemplo: o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), o qual tinha por objetivo sessar esta prática destrutiva dos sítios arqueológicos uma vez que as famílias envolvidas teriam uma ajuda de custo mensal através da Prefeitura Municipal, bem como a construção de passarelas em alguns dos sítios do circuito museu a céu aberto. Todavia, estas passarelas foram totalmente e/ou parcialmente destruídas, tornando-se impossível mensurar a perda do Patrimônio arqueológico destruído.

O território mencionado encontra-se no pediplano sertanejo, que se estende até o canyon do rio São Francisco, cuja vegetação é típica de Caatinga arbórea- arbustiva. A área reúne um significativo potencial arqueológico com uma centena de Sítios, possuindo no seu contexto, matações de granito, nos quais encontra-se pin-

tura rupestre, inseridos nas paredes e no teto, no estilo de grafismos puros, monocromáticos em vermelho, todavia, apenas um dessa centena de sítios, apresenta figuras de Antropomorfos. Associados a esses contextos foi coletado na superfície material lítico e fragmentos de cerâmica. Estes sítios foram identificados pela arqueóloga e pesquisadora Profa. Dra. Maria Cleonice de Souza Vergne e sua Equipe. O Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso/CAAPA é o responsável pela Curadoria do Acervo lítico cerâmico, oriundo dos Sítios pesquisados.

METODOLOGIA

Os dados apresentados no presente estudo foram obtidos a partir de levantamentos bibliográficos, tendo como aporte teórico os estudos de Vergne e Marques (2009), Anne-Marie Pessis (1992), Nilson Ghirardello et al. (2008), Luiz Oosterbeek (2007), Gabriela Martin (1996), que atende a uma metodologia descritivo-bibliográfica.

ESTADO D'ART DA ÁREA DE ESTUDO

Em um dos registros que narram à cidade de Paulo Afonso, sendo esta conhecida como Forquilha, antes de sua emancipação política, Delmiro Gouveia, grande empreendedor do Nordeste, ao construir a Fábrica da Pedra, deu início ao que é hoje o Município de Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas. Este arguto empreendedor observou o potencial que tinha a cachoeira do Rio São Francisco, edificando em 1904 a usina de Angiquinho.

Ainda sobre o surgimento de Paulo Afonso, afirma Azevedo:

O município de Paulo Afonso-BA, teve seu povoamento inicial no século XVII, delineado a partir da presença das boiadas que para ali se dirigiam a procura de pouso e de refrigérios para se prepararem para as longas viagens até o litoral. Data desse período o nome de 'Currais de Bois', denominação com que os seus primeiros habitantes se referiam aquele povoamento. Denominações assim, para os lugares, bem denunciam a função principal que tiveram os primeiros assentamentos humanos coloniais na região. (2011, p. 25)

O Território encontra-se no pediplano sertanejo, que se estende até o canyon do rio São

Francisco. Segundo Reis (2004, p. 141), “A vegetação dominante no município de Paulo Afonso e em toda região Nordeste da Bahia é a Caatinga, a mesma dominante também em todo o semiárido brasileiro.” São comuns espécies arbóreas e arbustivas, bem como vegetação rasteira. Ambiente favorável ao assentamento e sobrevivência humana em tempos pretéritos, pois mesmo ao longo do processo de formação regional essa área vem sendo desmatada, para atender as economias modernas, todavia, ainda representa um local de escolha para moradia atualmente.

A região agrega um riquíssimo potencial de caráter arqueológico incluindo sítios de pintura rupestre. Segundo Vergne e Marques (2009):

A história dessa região começou quando, através do Projeto Arqueológico de Xingó-PAX, que objetivava localizar e mapear os sítios arqueológicos de Sergipe, uma equipe do Departamento de Sociologia e Psicologia da Universidade Federal de Sergipe localizou quatro sítios de registro gráfico nas proximidades do município de Canindé do São Francisco (SE). (p. 66)

A arqueóloga responsável pelo projeto de salvamento arqueológico de Xingó (PAX) foi informada sobre a existência de matacões de granito com pinturas em vermelho, identificando a partir de então, dezenas de sítios que viriam ser o Complexo Arqueológico de Paulo Afonso, iniciando o grande dilema da preservação do patrimônio arqueológico nesta cidade.

As pesquisas desenvolvidas na região estiveram sempre marcadas por várias resistências dos proprietários das terras onde os sítios foram encontrados, notadamente pelos quebradores de pedras que encontravam na quebra de pedra um meio para sobrevivência e de seus familiares e também pela própria questão da preservação dos sítios arqueológicos.

CONTEXTO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO COMPLEXO PAULO AFONSO

A presença humana esteve sempre marcada pelas ações, signos e símbolos. O homem pré-histórico deixou marcas de sua presença nos territórios por onde passou. Assim, ocorreu no município de Paulo Afonso - BA, a Pesquisa Arqueológica nos territórios de Rio do Sal, Malhada Grande, Lagoa das Pedras e Xingozinho, vêm sendo desenvolvida há mais de duas décadas.

Ressalte-se que, este município apresenta um efetivo potencial arqueológico com uma centena de Sítios que possuem matacões de granito, nos quais se encontra registros rupestres, inseridos nas paredes e no teto. Segundo Martin (1996),

O termo ‘registro rupestre’, definição que tenta substituir entre os arqueólogos a consagrada expressão ‘arte rupestre’, pretende liberar da conotação puramente estética algo que, seguramente, é a primeira manifestação artística do homem, ao menos em grandes áreas geográficas onde a arte móvel em pedra e osso não aparece anteriormente às gravuras e pinturas rupestres. (p. 218).

Os sítios de pintura rupestre do Complexo Paulo Afonso são caracterizados pelo estilo de grafismos puros, as figuras são monocromáticas em vermelho, sendo que apenas um dessa centena de sítios, apresenta figuras de Antropomorfos. Quanto ao significado de grafismo, Martin (1996), assinala que:

Os grafismos de composição estão representados por figuras que podem ser reconhecidas, sejam antropomorfos, zoomorfos, ou fitomorfos. O grau de identificação varia, dependendo da tendência mais ou menos naturalista de cada tradição. Em alguns casos é possível identificarem-se as espécies animais, especialmente entre os cervídeos, para citar um exemplo. Os grafismos de ação representam cenas a partir dos anteriores grafismos de composição e nelas não estão descartados os grafismos puros, que poderão formar parte do conjunto gráfico como atributos ou enfeites que acompanham os grafismos de ação. (p. 217)

As figuras rupestres que compõem o contexto dos sítios arqueológicos do Complexo, fazem parte da tradição geométrica. De acordo com Martin (1996):

O conceito de tradição compreende a representação visual de todo um universo simbólico primitivo que poder ter sido transmitido durante milênios sem que, necessariamente, as pinturas de uma tradição pertençam aos mesmos grupos étnicos, além do que poderiam estar separados por cronologias muito distantes. (p. 214).

A Tradição Geométrica é caracterizada, segundo Anne-Marie Pessis (1992, p. 44), “por pinturas que representam uma maioria de grafismos puros, figuras humanas e algumas mãos, pés e répteis extremamente simples e esquematizados.” Associados a esses contextos foram coletadas, na superfície, material lítico e fragmentos de cerâmica, fato que denota uma multiplicidade de atividades executadas nessa área arqueológica, tipicamente de ocupações pretéritas. Estes sítios foram identificados pela arqueóloga e pesquisadora Profa. Dra. Maria Cleonice de

Souza Vergne e sua Equipe.

O Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso/CAAPA é o responsável pela Curadoria do Acervo lítico cerâmico, oriundo dos Sítios pesquisados, ele também é o Laboratório do Curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade do Estado da Bahia/UNEB Campus VIII- Paulo Afonso, bem como o Complexo Arqueológico de Paulo Afonso é Laboratório Prático do Curso.

Quebra de Pedra

A quebra de pedra é uma questão socioambiental, pois várias famílias encontravam nesta atividade um meio de sobrevivência. Em contrapartida, tal ato causou a depredação e a consequente perda de bens patrimoniais de valores inquestionáveis, ocasionando assim a destruição de parte da História, Memória e Identidade de nossos antepassados. Esta é uma questão que tem levantado vários desafios e dilemas. Por um lado, à luta pela preservação e proteção do Patrimônio em questão, do outro existe os defensores da quebra de pedra, representada pelas pessoas favorecidas e que são os beneficiados financeiramente com o ato da quebra de pedra, representados pelos proprietários das terras onde estão localizados os sítios arqueológicos, pois se sabe que os quebradores de pedra recebem muito pouco por um milheiro de pedra quebrada.

Além da destruição de parte significativa do Patrimônio Arqueológico a extração de pedra ainda ocasionou acidentes e danos à saúde. De acordo com Vergne e Marques (2009, p. 30) “são vários os casos de mutilação ocasionados pelas explosões dos blocos de granitos ou no processo de construção dos paralelepípedos.” Este fato exposto pelos autores, deve-se as condições precárias de trabalho vividas pelos quebradores de pedra, sem nenhuma proteção como o uso de EPIs, por exemplo.

Destruição das Passarelas

As passarelas foram idealizadas como forma de preservação e proteção dos sítios pelo viés do museu a céu aberto. Segundo Vergne e Marques

(2009),

Numa atitude de despreendimento e de muito amor ao trabalho que escolheu para sua vida, Cleonice, dedicou parte dos recursos arrecadados da sua contratação, no processo de construção de passarelas que estão dando forma ao sonhado museu de arqueologia a céu aberto [...]. (p. 27)

Todavia, não muito tempo passaram erguidas, estas passarelas foram destruídas de forma abominável, deixando marcas de tiros e cortes de facão. De todas as passarelas edificadas, atualmente existe apenas no sítio CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) uma única evidência destas passarelas parcialmente destruída. Outro fator que é relevante citar foi à destruição de inúmeras placas que continham o nome de registro dos sítios no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) o que demonstra a falta de pertencimento do Patrimônio Arqueológico.

TAC (Termo de Ajustamento de Conduta)

Devido à preocupação com o fator socioambiental, caracterizado pela quebra de pedra como a destruição do Patrimônio Arqueológico, houve grande empenho em buscar alternativas para solucionar o problema. Após várias discussões com a comunidade, objetivando o extermínio da quebra de pedra e, assim, a preservação do Patrimônio Arqueológico, o Ministério Público determinou à assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

De acordo com Vergne e Marques (2009, p. 32), “O TAC tornou-se um instrumento de transição para que fosse efetivado o deslocamento da atividade de extração do granito para outras áreas sustentáveis.” Várias famílias que tinham a quebra de pedra como única forma de sobrevivência foram compensadas com uma ajuda mensal que durou apenas seis meses, atribuição de responsabilidade assumida pela Prefeitura Municipal de Paulo Afonso, tendo como contrapartida a parada instantânea da destruição do Patrimônio Arqueológico. A este respeito, Vergne e Marques (2009) argumentam que:

Na ocasião da assinatura do TAC, participaram 62 trabalhadores que se comprometeram em cessar de imediato as atividades de quebra de pedra. A Prefeitura Municipal de Paulo Afonso responsabilizou-se em passar para as famílias de EX-QUEBRADORES, ajuda de custo mensal (no valor de um salário mínimo) (p.

32).

Tal acordo fez com que sessasse a quebra de pedra imediata, todavia, é impossível mensurar o número de sítios rupestres que foram destruídos. Sem dúvidas pode-se afirmar que houve uma grande perda do patrimônio arqueológico.

ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO

A região de Paulo Afonso possui um grande valor Histórico e Arqueológico, formando um Complexo Arqueológico onde são encontrados vestígios inquestionáveis para a recuperação de parte da história dos primeiros povos que aqui habitaram. Trata-se de um bem que precisa ser estudado e preservado para as presentes e futuras gerações. Todavia, a preservação do Patrimônio pode ser considerada um desafio, bem como um dilema os quais tem levantado vários questionamentos, tais como: Por que preservar? A este respeito, Nilson Ghirardello et al. (2008), assinala que:

Cada indivíduo é parte de um todo – da sociedade e do ambiente onde vive – e constrói, com os demais, a história dessa sociedade, legando às gerações futuras, por meio dos produtos criados e das intervenções no ambiente, registros capazes de propiciar a compreensão da história humana pelas gerações futuras. A destruição dos bens herdados das gerações passadas acarreta o rompimento da corrente do conhecimento, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas. [...] (p.15).

Mas como preservar o patrimônio arqueológico? E a quem cabe a responsabilidade de tal preservação? As formas de preservação dos bens patrimoniais podem englobar ao menos dois véis: o de cunho legal no qual pode ser realizada através de decretos, leis, diretrizes, entre outros, e em instância educacional a qual inclui a educação patrimonial no intuito de causar consciência coletiva preservacionista, bem como um sentimento de pertencimento dos bens patrimoniais que são marcos de referência a identidade e memória dos diversos grupos sociais.

A Educação Patrimonial conforme Horta, Grunberg e Monteiro (1999),

Trata-se de um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifesta-

ções da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento**, **apropriação** e **valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de **criação cultural**. (p. 04)

O desenvolvimento de estratégias de Educação Patrimonial é, portanto, essencial para a preservação e proteção do Patrimônio, seja este, Histórico, arqueológico, arquitetônico, ou em qualquer das suas concepções, pois só através do usufruo consciente pela sociedade dos bens patrimoniais será possível à sua proteção e preservação, que deve ser realizada mediante o poder público junto à comunidade.

O desconhecimento e/ou desvalorização da população sobre a importância dos bens patrimoniais para reconstrução de parte da história dos povos pretéritos, bem como a falta de pertencimento destes bens, assim como da consciência coletiva de que é necessário preservar e proteger o Patrimônio Arqueológico para resgatar parte da história dos diversos grupos formadores da sociedade Brasileira, faz com que a comunidade usufrua dos sítios arqueológicos de forma degradante.

Podemos citar como exemplo um triste episódio o qual pudemos presenciar durante o desenvolvimento do nosso Estágio III, em um dos sítios de pintura rupestre na Malhada Grande em que um morador do entorno estava utilizando o sítio como galinheiro, o que nos deixou com um sentimento de tristeza, indignação e impotência diante daquela realidade que estávamos vendo. Este fato deixa evidente a necessidade do desenvolvimento emergencial de estratégias de educação patrimonial no município, objetivando conscientizar e mobilizar a comunidade da magnitude e importância dos bens arqueológicos, bem como da fundamental preservação e proteção dos mesmos.

Como aponta Alex Fabrício da Silva (2009),

Enquanto não conseguirmos significar/molhar de sentidos a importância dos sítios arqueológicos para os moradores do Complexo, dificilmente podemos sonhar com a tão sonhada conservação/preservação das pinturas e gravuras rupestres que ainda restam. (p. 30)

Faz-se necessário, o desenvolvimento de es-

estratégias de educação patrimonial para promover, na comunidade, o sentimento de identidade territorial e pertencimento, para que os sítios arqueológicos não sofram degradação antrópica, e para que através dos vestígios arqueológicos a história humana possa ser resgatada e preservada de forma sustentável.

Sugerimos que o Poder Público deveria dar o aporte necessário tais como: o desenvolvimento da Pesquisa devidamente adequada, tendo em vista a reconstrução e consolidação do Museu a céu aberto que foi anteriormente construído e destruído em seguida. Outros fatores poderiam também ajudar no processo seriam elementos como os indicativos normatizadores, pesquisadores, guias e vigias, pelo IPHAN, essas atitudes permitiria uma melhor Preservação dessa Área Arqueológica.

O ato de preservar e proteger o Patrimônio Arqueológico, ainda poderia, futuramente, abrir portas para o Turismo sustentável. Obviamente, não tendo apenas como objetivo atrair um grande número de visitantes, mas sim, um público compatível com o espaço interno dos sítios, promovendo um turismo socialmente responsável e potencialmente gerador de emprego e renda local, melhorando assim, a condição das famílias carentes da região.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentamos como resultado, o Conhecimento e a Conservação de uma Área Arqueológica de real importância regional e nacional, que se encontrava em processo de destruição dos Sítios Arqueológicos de rochas graníticas em que se encontravam Registros Gráficos. A destruição se deu em virtude do aproveitamento econômico de proprietários de terras locais, em detrimento da Preservação dos Bens Patrimoniais, uma vez que ao longo de várias décadas, foram desenvolvidas atividades extrativas de pedras para se transformassem em paralelepípedos e recobrirem as ruas de cidades circunvizinhas, localizadas em quatro Estados fronteiriços “Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco”.

A discussão reporta-se a temática da Preservação em detrimento a exploração econômica

impactando, o Bem Patrimonial, que ao longo de décadas não foram defendidas e muito menos protegidas, o fato foi tão grave que gerou um Termo de Ajuste de Conduta/TAC, no qual foi proibida a quebra desses Matacões de Granito que mesmo assim foram destruídos e os que sobraram atualmente mantém viva essa historicidade pretérita de grupo humanos, que viveram nessa região a pelos menos 12 mil anos, conforme Pesquisas, datadas por C14, em Sítios Arqueológico localizados, na região limítrofe a essa Área Arqueológica, denominada “Complexo Paulo Afonso”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arqueologia em Paulo Afonso esteve sempre marcada por dilemas e desafios, apesar dos esforços da arqueóloga Doutora Cleonice Vergne e de outros pesquisadores para proteger os bens arqueológicos/patrimoniais, muitos destes vestígios foram destruídos devido a extração e quebra de pedra.

É evidente a necessidade de investimentos financeiros com o intuito de proteger e preservar, ou ao menos de construir medidas mitigadoras de degradação dos sítios arqueológicos. A falta de pertencimento e consciência preservacionista da população com relação aos bens patrimoniais é um fator que corrobora para a destruição e ou degradação dos mesmos. Portanto, o desenvolvimento de educação patrimonial no município é uma questão emergencial bem como um desafio a ser superado.

Referências

- AZEVEDO, S. L. M. de. **Paulo Afonso e Desenvolvimento Regional**. Campina Grande: EDUEFCG, 2011.
- GHIRARDELLO, N.; AL., et. **Patrimônio histórico: como e por que preservar**. Bauru: Canal 6, 2008. p. 36. Disponível em: <http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio_historico.pdf>. Acesso em: 22 maio 2017.
- HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Bra-

sília: IPHAN, 1999. p. 36. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf>. Acesso em: 1 set. 2017.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: UNIVERSITÁRIA UFPE, 1996.

OOSTERBEEK, L. **Arqueologia, Patrimônio e Gestão de Território**. Erechim: Habilis, 2007.

PESSIS, A. M. Identidade e Classificação dos registros pré-históricos do Nordeste do Brasil. **CLIO Arqueológica**, Recife, v. 1, n. 8, 1992.

REIS, R. R. do A. **Paulo Afonso e o Sertão baiano: sua geografia e seu povo**. 1. ed. Paulo Afonso: Fonte Viva, 2004.

SILVA, A. F. da et al. Folhas Rupestres: dilemas socioambientais dos quebradores de pedras do complexo arqueológico de Paulo Afonso/BA. **Revista Ouricuri**, EDUNEB, Salvador, v. 1, n. 1, p. 2317-0131, 2009.

VERGNE, C.; MARQUES, J. **Pedras pintadas: dilemas socioambientais do complexo arqueológico de Paulo Afonso**. Paulo Afonso: Fonte Viva, 2009.

BERADEIROS, CULTURA E FÉ NA BEIRA DO SÃO FRANCISCO

SANTOS, Fabíola Moura Reis^{1,*}

¹Professora da Universidade do Estado da Bahia e Coordenadora de Programação e Jornalismo da TV Caatinga, da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

*Mestre em Educação, Cultura e Território Semiárido. fabiolamsantos@hotmail.com

Resumo

Um rio que alimenta vidas e almas. Para os ribeirinhos, o São Francisco é a própria existência. Gravado ao longo de um ano nas cidades de Petrolina em Pernambuco, Juazeiro e Curaçá, na Bahia, Beradeiros é um documentário que registra manifestações culturais e religiosas de fé e devoção, que se relacionam intimamente com o citado rio. Do primeiro ao último dia do ano, ribeirinhos e ribeirinhas se voltam para o Velho Chico para celebrar, agradecer e demonstrar fé. Da procissão do Bom Jesus dos Navegantes ao dia de Iemanjá, do Samba de Véio à Missa dos Vaqueiros, do dia de São Francisco e de São Benedito à Marujada, não importa a religião, a cultura e a devoção de sertanejos e sertanejas, eles estão ligados a esse que também é um rio de muitos nomes. A produção fílmica recorreu à etnoecologia para trazer depoimentos dos "enfrentantes" dessas manifestações que contam suas origens e revelam o sentimento de manter vivos, festejos centenários que passam de pai e mãe para filho e filha, de devoto para devoto, de ribeirinho para beradeiro. Um registro audiovisual legendado em inglês e também acessível, com tradução em Libras e audiodescrição, que conta para o mundo a relação de amor entre um povo e o rio. Este artigo registra o processo de pesquisa baseado na Ecologia Humana para a produção do documentário.

Palavra Chave: Documentário. Religião. Manifestações Culturais. Jornalismo. Semiárido Brasileiro. Rio São Francisco.

Abstract

A river that feeds lives and souls. For the riparian people, the São Francisco River is existence itself. Filmed over a year in the Brazilian cities of Petrolina, in the state of Pernambuco, Juazeiro e Curaçá, in the state of Bahia, Beradeiros is a documentary that registers cultural and religious manifestations that are intimately related to the river. From the first to the last day of the year, riparian men and women turn their attentions to the river to celebrate, demonstrate faith and be grateful. From the procession of Bom Jesus dos Navegantes to the day of Iemanjá, from Samba de Véio to Missa do Vaqueiro, from the day of Saint Francis and Saint Benedict to the Marujada, it doesn't matter the religion, the culture and the devotion of the men and women from the backwoods are connected to this river of many names. The filmic production recurred to ethnoecology in order to gather testimonies of the participants of these manifestations, telling its origins and revealing the feeling of keeping alive the centenary celebrations that are transmitted from father and mother to son and daughter, from devotee to devotee. It is an audiovisual record, subtitled in English, accessible with translations in sign language and audio description, that tells the world the love relationship of a people and a river. This article registers the process of research, based on the Human Ecology, that guided the production of the documentary.

Key words: Documentary. Religion. Cultural Manifestations. Journalism. Brazilian Semiarid. São Francisco River.

INTRODUÇÃO: Um rio de sonhos

Viver na beira do São Francisco é ter uma relação íntima com esse rio. Ele que nos abastece de vida e beleza, que mata a nossa sede e que enche nossa alma com sua grandeza. É se banhar nas águas, deleitar-se nas ilhas e sentir a brisa acarinhando a pele. É ainda sentir a dor dos maus-tratos, chorar com o descuido, lutar pela preservação.

Ser ribeirinho não se trata apenas de morar numa cidade na margem do rio, é ter toda uma história de vida relacionada direta ou indiretamente a ele. Beradeiro, "aquele que nasceu ou mora na margem de um rio, na beira de um rio" (DICIONÁRIO, 2018). Beradeiros que constroem suas histórias, festejam, exercitam sua fé e manifestam seus desejos ao lado desse rio.

Opará, Velho Chico, rio da Integração Nacional, rio São Francisco. São muitos os nomes e apelidos carinhosos para esse manancial que cruza sete estados e 507 municípios, a maioria deles no Semiárido nordestino. Foi beirando esse rio, entre as cidades de Petrolina, em Pernambuco, Curaçá e Juazeiro, na Bahia, que o trabalho aqui apresentado se construiu.

A intenção foi observar manifestações culturais e religiosas que se relacionam com o rio, registrar a origem e as histórias dos festejos, além de destacar o trabalhos dos "enfrentantes" e participantes que tornam tudo possível, enfrentando o desafio ano após ano, uma vez que "a imagem tem a função de garantir, reforçar, reafirmar e explicitar nossa relação com o mundo visual. Ela passa a desempenhar o papel da descoberta visual"(BRASIL, 2013). Para entender esse processo que implicou na representação do Semiárido e das populações que nele habitam, recorreu-se à etnoecologia, uma vez que ela

facilita a pesquisa de campo porque baseia-se na coleta de dados linguísticos e dos critérios que diferenciaram um termo linguístico de outro. Assim, o pesquisador pode, gradativamente, ir descobrindo as estruturas lógicas que compõem a percepção sobre o ambiente físico e social (MORÁN, 1990, p. 90).

Assim, Beradeiros é um documentário para

ouvir, contemplar e eternizar a relação entre um rio e seu povo no coração do Semiárido brasileiro, manifestada através de cores, música, alegria, fé e emoção. Um filme que também deseja ser uma declaração de amor e gratidão a esse manancial que no abastece, alimenta e carrega vida e beleza por onde passa.

UM RIO DE FÉ, CULTURA E AMOR

Do primeiro ao último dia de cada ano, o ribeirinho volta ao São Francisco para celebrar e agradecer. Foi para contar essas histórias, que ao longo de um ano, nos dedicamos a registrar as manifestações de fé ligadas ao rio a partir do relato de quem participa e está à frente delas.

Exercitando o olhar do documentário jornalístico, buscamos "saber ouvir, desenvolver uma análise crítica sobre os fatos e resgatar o espírito investigativo, que permita contar uma história, que mereça ser contada, confrontando o tema, as fontes e o próprio jornalista"(CARVALHO, 2006, s/p).

Porém toda a construção desse olhar foi baseada num Jornalismo Contextualizado com o Semiárido Brasileiro que, de acordo com Santos (2018, p. 25),

[...] é uma proposição que investe nas variadas possibilidades de representações sobre esses territórios que se aproximem da realidade, sem omissões e/ou distorções, com uma diversidade de produção de sentidos, temáticas e abordagens, onde o enfoque jornalístico caminha de forma equilibrada com a proposta educativa.

Guattari (2011, p. 35) reforça esse pensamento ao afirmar que as práticas homogeneizadoras devem ser substituídas por processos de heterogêneses, para que se desenvolvam as culturas particulares e a singularidade para que, a exceção e a raridade "funcionem junto com uma ordem estatal o menos pesada possível".

Com essa proposta, definiu-se o que seria registrado, a saber: Todo dia um de Janeiro, a procissão do Bom Jesus dos Navegantes reúne fiéis em procissão pelas ruas de Juazeiro e pelas águas do rio São Francisco. Os católicos seguem em barcos entoando cânticos e depois voltam em mais uma caminhada para a missa na catedral

de Nossa Senhora das Grotas.

No filme *Beradeiros*, ouvimos Rosângela, que seguiu os passos do pai e deu continuidade ao cortejo do Bom Jesus na cidade baiana. No dia dois de Fevereiro, mães e filhos de santo se encontram no fim da tarde na orla de Petrolina para festejar Iemanjá. Vestidos de branco, eles preparam o manjar, flores e outros presentes para o orixá e entregam suas oferendas nas águas do rio. Duas devotas de Iemanjá declaram sua fé com depoimentos no documentário.

Dia de Santo Antônio, 13 de junho, é tempo de celebrar o padroeiro na Ilha do Massangano, uma das ilhas do São Francisco, entre Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Durante as festividades o Samba de Véio é presença garantida, já que são os moradores da ilha que integram a manifestação. Dona Amélia, uma das líderes do grupo e Maria de Fátima, que puxa as canções do samba, contam no filme, a história e tradição da manifestação.

No fim do mesmo mês, a Missa do Vaqueiro encerra os festejos juninos em Petrolina. O organizador da celebração, o radialista Carlos Augusto, hoje já falecido, tem uma fala no filme e conta a origem da celebração que seria a pioneira, antes mesmo da famosa missa de Serrita, em Pernambuco. Acompanhamos o cortejo dos cavaleiros encourados e toda a celebração, que acontece na margem do rio. Outros dois vaqueiros também deram depoimentos.

Quatro de Outubro é o dia de celebrar o rio São Francisco. A data marca a "descoberta" do rio pelos colonizadores e, como o santo do dia era São Francisco de Assis, o rio ganhou esse nome. Em Juazeiro, os católicos saem em procissão à noite, da beira do rio até a pequena igreja do bairro Country, onde acontece ainda a benção dos animais, já que o santo também é o protetor dos bichos. Dona Lícia é devota do santo e admiradora da oração de São Francisco.

Fechando os festejos do ano, acompanhamos a festa de São Benedito, no dia 30 de dezembro, em Curaçá, Semiárido Baiano. Dona Dália, também falecida logo após a produção cinematográfica, seguia firme na missão de guardiã da bandeira do santo. Todos os anos, devotos católicos seguem em procissão pelas ruas da cidade,

alguns descalços para pagar promessa. Finaliza-se o ritual com o momento que a bandeira é hasteada num grande mastro de madeira.

No último dia do ano, 31 de dezembro, *Beradeiros* registrou desde as primeiras horas da madrugada, os preparativos dos "marujos" para a Marujada. A manifestação centenária, declarada Patrimônio Cultural e Imaterial da Bahia, faz parte dos festejos de São Benedito e também começa pelo rio São Francisco. Vestidos de branco, com chapéus e fitas coloridas, marujos e marujas de todas as idades, cantam e dançam ao desembarcar e desfilar pelas ruas de Curaçá-BA. Eles pegam o rei e a rainha do ano e seguem para uma missa. O desfile dura o dia todo e é a principal manifestação cultural da cidade.

Manifestações de fé, amor e devoção unem religião e cultura ao rio que integra e alimenta vidas e almas. Uma demonstração de total gratidão também de quem está por trás das câmeras, que resolveu contar essas histórias. Um filme traduzido inicialmente para o inglês, Libras e com audiodescrição para ser acessível a quem quiser conhecer a cultura e religião do Vale do São Francisco, no coração do Semiárido brasileiro.

NOTAS TÉCNICAS

Gravado com a participação de vários cinegrafistas, o equipamento de captação do documentário também variou de acordo com a disponibilidade nos dias de produção. Foram usadas uma *PD 170*, uma *PMW-EX1R XDCAM EX* e uma *handycam Sony HDR-CX 560*.

Para tornar o arquivo compatível, foi preciso copiar as fitas de gravação e as imagens da *handycam* e utilizar um sistema de transcodificação de fita para arquivo digital, o *Video Converter*. O processo acabou comprometendo a qualidade das imagens, mas como "a prática do documentário é uma arena onde as coisas mudam" (NICHOLS, 2010, p. 48), a ação foi necessária para a edição no sistema *Final Cut 10*.

Todo esse trabalho foi realizado na instituição cooperadora, a Universidade Federal do Vale do São Francisco, na TV universitária da instituição, a TV Caatinga. Também foi instituição

cooperadora que apoiou o processo de tradução para o inglês, por meio da Assessoria de Relações Internacionais-ARI e a audiodescrição, pelo Núcleo de Práticas Sociais Inclusivas da Univasf - NPSI. Já a tradução em Libras foi realizada por um intérprete de forma voluntária.

O documentário é resultado da Licença Sabática da autora deste trabalho, que é docente da Universidade do Estado da Bahia-UNEB e idealizou, roteirizou, produziu, dirigiu, realizou algumas gravações, finalizou e realizou a audiodescrição do filme. Estudantes do curso de Jornalismo do Departamento de Ciências Humanas-DCH III também acompanharam e auxiliaram na produção e registro fotográfico das gravações. O DCH III foi promotora da ação no edital 032 Proapex/2018 da Pró-reitoria de Extensão-Proex/UNEB.

A música tema do documentário, "A lenda do Velho Chico", foi gentilmente cedida pelos compositores Maciel Melo e Xangai. Beradeiros será lançado na 9ª edição do Curta da Uneb, mostra audiovisual promovida pelo componente curricular Tópicos em Comunicação, do curso de Jornalismo em Múltiplos Meios da instituição. O evento será realizado no semestre 2019.1. Posteriormente, o vídeo será disponibilizado na *internet* no *Youtube*.

A CONCLUSÃO DE UM PROJETO

Quando alguém decide fazer um documentário, sabe por antecipação das dificuldades, dores e frustrações desse processo. Sabe também que o trabalho será um projeto de equipe, construído com muitas mãos, olhares e opiniões. Mas quando o resultado está diante de nós, impossível conter o sentimento de missão cumprida, de contribuição dada, de desejo realizado.

Não foram poucos os percalços. As gravações foram iniciadas de dezembro de 2011 e seguiram ao longo de 2012. Porém não foi possível dar continuidade ao processo de edição e finalização por falta de recursos. Só em 2018, com o edital 032 Proapex/2018 da UNEB, surgiu a possibilidade de remunerar os profissionais que participaram da produção.

Após um concorrido processo de seleção, fo-

mos contemplados com o valor de R\$ 12.000,00 para realizar a produção e lançar o filme. Mas o recurso não foi liberado na data prevista, julho de 2018 e recebemos a informação de que o edital havia sido suspenso por corte do repasse de recursos pelo Governo do Estado da Bahia. Resolvemos dar continuidade mesmo assim ao processo de edição.

Por fim, já no mês de fevereiro de 2019, os contemplados no edital foram informados que os recursos tinham sido cortados em 60% e caberia aos interessados em receber a ajuda financeira, redimensionando o projeto. Ainda assim, até esta data, o valor não foi repassado. Se o recurso for disponibilizado, vai ser utilizado para a remuneração dos profissionais envolvidos na gravação e edição, com um valor abaixo do que estava cotado.

Porém, o registro está feito, a cultura do povo ribeirinho do coração do Semiárido brasileiro está eternizada nesse produto. Mas, muito mais que mostrar ao mundo a riqueza de uma cultura que nasce na beira de rio, mostramos aos protagonistas de cada uma das manifestações que o seu trabalho, fé e devoção, têm valor inestimável e merecem prosseguir.

Referências

- BRASIL, U. **O filme documentário como "documento da verdade"**. 2013. Disponível em: <<https://studylibpt.com/doc/2156817/fun%5C%C3%5C%A7%5C%C3%5C%B5es-no-cinema>>.
- CARVALHO, M. O documentário e a prática jornalística. **Revista Pj:Br – Jornalismo Brasileiro**, Recife, fev. 2006. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/ensaios7_d.htm>. Acesso em: 24 fev. 2010.
- DICIONÁRIO, INFORMAL. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/beradeiro/15263/>>. Acesso em: 29 jun. 2018.
- GUATTARI, F. **As três ecologias**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2011.
- MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. São Paulo: Vozes, 1990.

NICHOLS, B. **Introdução ao documentário**. São Paulo: Papyrus, 2010.

SANTOS, F. M. R. **O sertão que a TV não vê: o jornalismo contextualizado com o Semiárido brasileiro**. Teresina: EDUFPI, 2018.

BUDISMO ECOLÓGICO – O DHARMA COMO UM MEIO PARA REPENSAR O COLAPSO AMBIENTAL

SOUZA, Ayanne Larissa Almeida de^{1,*}

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, com linha de pesquisa em Literatura e Hermenêutica. Mestre em Literatura e Interculturalidade.

*Professora da rede Municipal da cidade de Esperança – PB. ayannealmeidasouza@hotmail.com

Resumo

As ações humanas sobre o planeta têm sido tão devastadoras e impactantes que os cientistas apontam uma nova era geológica: o Antropoceno. Poderia o pensamento budista ser uma porta para uma melhor compreensão humana sobre si mesma e sobre o universo, a fim de contribuir para uma educação ecológica? Buscaremos, através deste artigo, com os aportes teóricos de Berger, Capra, Ferry, Chakrabarty, Almeida, Pena-Vega, entre outros, apresentar a crise atual, os principais fundamentos do pensamento budista e em como a ética budista pode auxiliar na manutenção do meio ambiente e da vida.

Palavra Chave: Ecologia profunda. Budismo. Crise planetária. *Antropoceno*.

Abstract

Human actions on the planet have been so devastating and shocking that scientists point to a new geological age: the Anthropocene. Could Buddhist thought be a door to a better human understanding of self and the universe in order to contribute to an ecological education? Throughout this article, we will seek to present the current crisis, the main foundations of Buddhist thought, and how Buddhist ethics can help in the maintenance of the Buddhist ethics, as well as the theoretical contributions of Berger, Capra, Ferry, Chakrabarty, Almeida and Pena-Vega, the environment and life.

Key words: Deep ecology. Buddhism. Planetary crisis. *Anthropocene*.

Introdução

Compreender a magnitude da devastação do meio ambiente pode nos conscientizar a pensarmos em nossas ações individuais e em nossas atitudes para com o ecossistema. O atual estado em que se encontra o planeta demonstra que nossas práticas egoísticas não são importante e podemos considerar uma mudança pessoal como parte de nossa vida cotidiana.

Por meio de seu simbolismo, a subjetividade humana consegue desvendar o ponto de vista do indivíduo humano em cada época histórica, oferecendo a este a possibilidade de moldar o meio ambiente, assim como a si mesmo. Como observa Sartre (2012), o indivíduo humano é o único ser que não possui essência ou natureza intrínseca, sendo um nada de ser, em constante construção de si, sem nunca coincidir com o si, em um perpétuo voo em direção ao futuro, na ânsia de conseguir o que lhe falta e marcado pelo apanágio da incompletude, próprio do ser especificamente humano. Nessa perspectiva, a filosofia existencialista de Sartre dialoga diretamente com o pensamento budista.

O humano, portador desta consciência que o torna sempre um *vir-a-ser*, pode transfigurar a própria realidade e a si mesmo, uma vez que o sujeito tem a possibilidade de externar esteticamente, os fenômenos que experiencia e refletir sobre eles. Nessa perspectiva, ingressa a Ecologia Profunda e os estudos ecocríticos dentro da literatura, no desígnio de analisar a natureza não mais como mero cenário ou um aparato distante, hermeticamente fechado em si mesmo, cuja finalidade é servir aos propósitos humanos. A análise ecocrítica se propõe a tentar ver no texto literário, segundo Glotfely et al. (1996), como ocorre a relação humano e não humano, como o ser humano interage no e com o meio ambiente, perspectiva esta reforçada por Garrard (2006) ao observar que a Ecocrítica busca um estudo entre os seres humanos e as formas de produção cultural e física no espaço ambiente através do texto literário.

Nesse sentido, a investigação Ecocrítica busca

observar a natureza do ângulo da realidade e não mais de uma idealização criada pela audácia arrogante de uma espécie que se credita especial. A conscientização trazida pelo aporte da crítica ecológica dentro da literatura visa apresentar o indivíduo humano como parte da natureza, que se encontra dentro e não em face desta. Assim, o direcionamento da Ecocrítica é observar no texto literário a relação humano/natureza, ou seja, como o humano pensa e age em relação ao meio ambiente em todos os sentidos, como é sua relação com os demais seres do espaço em que vive e também suas ações de alcance de outros espaços, sua visão planetária.

Para nós, a natureza tornou-se um produto, principalmente a partir da filosofia moderna, com Descartes (Século XVI e XVII) e a afirmação do cogito. Deixamos de acreditar que forças mágicas a habitam o ambiente natural, que possui algo de sagrado e, portanto, de poder. A ciência moderna contribuiu para o corte do vínculo humano/natureza e o materialismo desenfreado vem reificando o humano a cada dia. Portanto, não nos sentimos responsabilizados pelo ecossistema do qual fazemos parte, acreditamos que estamos à parte. O ‘crime’ das ações antrópicas no meio ambiente não gera em nós o peso da responsabilidade, tudo é normalizado, naturalizado, ou seja, perdemos a capacidade de nos indignar diante das anormalidades, especialmente as praticadas pelo homem. Sendo assim, não nos culpamos pela situação de colapso total no qual podemos estar em um curto espaço de tempo.

Nesse sentido, este estudo apresenta um quadro simplificado, porém realista, da situação ambiental e destacamos a importância da ética e dos princípios dos escritos budistas como um dos caminhos para a superação do ego, em uma tentativa minimizar o panorama crítico da evolução fatal da nossa sociedade capitalista conturbada. Como o próprio Buda proferiu, haverá o dia em que o ser humano verá o assassinato de um animal como assim vê o de outro ser humano, afetando-se por este.

Para conseguirmos olhar o cosmo como tendo, por si mesmo, valor e direito, como ser *senciente*, devemos repensar a tradição humanística clássica. Em outras palavras, sabermos se o *Homo sapiens* é o único sujeito de direito ou se é mais um elemento dentre tantos outros, que faz parte da natureza e não se encontra fora dela. Como bem diz Ferry (2009, p. 24), o humano talvez seja o menos simbiótico dentro desse universo harmonioso e ordenado “onde ele não cessa, com seu descomedimento, de introduzir a mais deplorável desordem”. A natureza é o que é e não dá a mais ínfima importância às teorias geradas pelos humanos. As ações antrópicas estão em vias de destruir o planeta e a natureza tem mostrado uma reação poderosa contra uma parte de si que ameaça aniquilar o todo.

Apoiado sobre a ideia da integração e da interdependência cósmica, o budismo ecológico visa reatar a noção de sistema que parece estar desacreditada pela ciência. Assim, nessa pesquisa, expõe-se as ideias budistas com relação à condição humana de sofrimento, causado pela supremacia do ego.

Põe-se a vista, a ética para com o cosmos, para cada ser que compõe o universo e mostra-se a noção de unicidade, além de salientarmos a importância e o grau de comprometimento das ações humanas sobre o planeta, explicaremos a postura budista e sua visão de como amenizar ou frear a maléfica influência da *hybris*¹ humana dentro do ecossistema.

1 A *hybris* é um conceito grego que significa desmedida, no sentido de cometer excessos. É o “pecado” daquele que se tem em altíssimo valor, que é orgulhoso, insolente, presunçoso, e isto tudo unido à falta de controle sobre seus próprios impulsos, paixões e emoções.

O CICLO EGOÍSTICO

Quando *Siddharta Gautama*² saiu de sua meditação de 49 dias sob a árvore *Bodhi*³, após refletir profundamente a respeito do universo e as leis que o regem, passou a ensinar o Dharma, o caminho que conduz à libertação. Mas, poderíamos questionar: libertar-se de quê? Para Siddharta, agora um Buda, o Ego ao qual nós somos presos, esse centro que acreditamos existir e em torno do qual criamos o sentido de identidade, de pertencimento, de diferenciação daquilo que está ao nosso redor, é ilusório e, sendo o mesmo ilusório, causa-nos sofrimento por nunca conseguir ser satisfeito. Daí, a perspectiva infinita e sem sentido dos desejos humanos. Segundo uma interpretação de Gonçalves na área de psicológica sobre o Budismo, ele diz que:

O Ego é o núcleo central em torno do qual se cristalizam todas as experiências vividas pela mente, registradas no inconsciente ou mantidas no nível do campo iluminado da consciência. Faz-nos ter consciência de que somos uma personalidade individualizada e unificada. Procura auto afirmar-se a cada instante, através da satisfação de seus desejos, caprichos, instintos. Cria no homem a ilusão de ser o eu o verdadeiro centro ou essência do mesmo. (GONÇALVES, 1999, p.31).

Entretanto, o ponto de vista budista opõe-se, em absoluto, à crença de um eu unificado e permanente, que estaria acima e além do corpo físico e mental que compõe um indivíduo humano e seria este eu que se encontraria no controle das ações e atitudes do indivíduo. Nesse sentido, dentro do pensamento budista, analisando-se o sujeito humano, percebe-se que ele não seria capaz de encontrar, nem ao redor nem em si mesmo, nada a que possa se apegar como sendo o seu eu. Concordamos com Ferraro (2014) quando diz, em relação à essa visão de mundo budista, que a introdução do Budismo no Oci-

2 Mesmo existindo outros que alcançaram a sapiência do budismo uma vez que Buda é um título dado na filosofia budista àqueles que despertaram plenamente para a verdadeira natureza dos fenômenos e se puseram a divulgar tal descoberta aos demais seres, foi Siddharta Gautama o que ficou conhecido entre nós como o Buda.

3 Termo sânscrito para “Iluminado” ou “Desperto”. No Budismo, significa a experiência de alcançar o despertar.

dente sempre foi controversa e isso deve-se justamente “à ameaça que tal introdução constituiria para os fundamentos da nossa cultura”, pois a visão budista, como podemos perceber, é uma quebra dos paradigmas ocidentais baseados na certeza absoluta de uma identidade imutável e eterna que precisa ser satisfeita.

Siddharta dizia que ensinava a causa do sofrimento da condição humana e como superá-lo. O Dharma sustenta que, somente atacando a causa dos sintomas do sofrimento existencial se poderá atingir um estágio em que a *Dukkha*⁴ não mais estará presente. Este estado de ausência de sofrimento é justamente o Nirvana. É a quebra da barreira do pensamento do indivíduo entre ele mesmo e o resto do universo. Dentro da perspectiva budista, a individualidade desaparece quanto desaparece, também, a crença nela; não passa de imaginação barata; fruto da subjetividade humana.

Ora, se a causa do sofrimento da condição humana é o anseio egoístico, esse padecimento cessará quando o ego for superado. Se formos capazes de nos libertar das estritas e limitantes exigências e aflições por nós mesmos e concentrarmos-nos na nossa expansão universal, na nossa reintegração ao cosmos e à natureza conseguiremos nos alforriar de nosso tormento existencial e do tormento que infligimos ao cosmo. Quando este indivíduo humano, constituído por agregados sujeitos a todas as mutações e impermanências, cessar de existir, alcançaremos um estado de serenidade plena, de sabedoria e harmonia conosco e com tudo que se encontra ao nosso redor.

Podemos considerar que o sentimento egóico de satisfação individual é um dos maiores conflitos do ser humano e, na sociedade moderna, ele vem se agravando. Consoante a esse pensamento, Berger et al. (2004)(apud ALMEIDA, 2011, p. 06) inferem que o homem moderno vive uma:

Crise de sentido e que bem verdade que o homem sempre se viu diante dos conflitos sociais e dos valores éticos, morais e teológicos, porém essa crise da pós-modernidade é alimentada pelas contradições capitalistas que interferem nas relações sociais e nos

aspectos identitários do sujeito, daí a conversão de valores como a “sacralização” do banal e do fútil.

A filosofia cartesiana, o antropocentrismo e o humanismo, possibilitaram que os cientistas e parte da sociedade tratassem o meio ambiente, todas as outras espécies – animais, minerais, vegetais – como algo amorfo, morto, dos quais nós, humanos, estamos apartados por nos considerarmos acima de todos os elementos da natureza, uma vez que, como afirma Almeida (2016, p. 10):

A partir da perspectiva ética Judaico-cristã, percebemos o homem como superior aos outros seres naturais e em semelhança a Deus. Essa perspectiva, sem dúvida, favorece o desenvolvimento e a ascensão do capitalismo. O homem é o mais importante e para benefício desse “filho” de Deus, ele pode explorar a Terra, mesmo que, para isso, abuse da subserviência de outros seres e de seus semelhantes, criando, pela mentalidade dominante, uma sociedade embasada pelo capitalismo.

Percebemos, então, que não nos enxergamos como parte de uma biosfera, como mais uma espécie senciente que habita o planeta, inconsciência bem enfatizada por Mario Sérgio Cortella no vídeo “Você sabe com quem está falando?”⁵. Essa divisão da unicidade, entretanto, iniciou-se através da escola Eleática, com Parmênides, mas o conceito do Humano como centro do universo e para o qual este universo é apenas um cenário ao seu desenvolvimento, tornou-se a base do pensamento ocidental.

No livro *O Tao da Física*, Frijot Capra diz, a respeito ao cogito cartesiano, que essa afirmação

[...] tem levado o homem ocidental a igualar a sua identidade apenas à sua mente, em vez de igualá-la a todo o seu organismo. Em consequência da divisão cartesiana, indivíduos, na sua maioria, têm consciência de si mesmos como egos isolados existindo “dentro” de seus corpos. Posteriormente, cada indivíduo foi dividido num grande número de compartimentos isolados de acordo com as atividades que exerce, [...] todos esses engajados em conflitos intermináveis, geradores de constante confusão metafísica e frustração. (2009, p. 25)

É justamente a crença nessa fragmentação do ser humano, em nós mesmos dentro da natureza, da sociedade e do cosmos, a responsável pelas crises sociais, culturais, ecológicas que vivenciamos. No livro da escola budista Mahayana,

4 Palavra sânscrita para sofrimento.

5 Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1srSQwHP__4. Acesso em: 09/09/2016.

The awakening of faith, observamos que “quando a mente é perturbada, produz-se a multiplicidade das coisas; quando a mente é aquietada, a multiplicidade das coisas desaparece.” (1967, p. 78). Assim, tomar consciência da unicidade, da interdependência do universo e de todas as coisas faz transcender o ego.

Os perigos da crença neste cogito, nesta razão humana são imensos e devastadores. Vale salientar que a ação humana sobre a natureza tem sido contundente, principalmente, desde a revolução industrial, sofrendo grandes e drásticos avanços nas últimas décadas, a ponto de cientistas cogitarem estarmos já em uma nova era geológica: o *antropoceno*.

Segundo o historiador Chakrabarty (2009), as atuais crises planetárias, com suas mudanças de clima que tem afetado a vida e o ecossistema na Terra e o aquecimento global, colocaram a espécie *Homo sapiens*, em posição central, ante o prisma da possível e breve extinção de todo e qualquer tipo de vida no planeta.

Nosso senso do presente nos tem iludido sobre o futuro da nossa espécie e da Terra, tornando-se destrutivo e colocando qualquer espécie de vida em xeque. Nesse contexto, os estudos budistas não se isentam de tal realidade e buscam, através das suas análises, ampliar o olhar humano para a sua própria relação com o meio ambiente através das suas próprias ações.

O termo *antropoceno*, aceito pela Sociedade de Antropologia de Londres em 2008, foi definido pelo cientista holandês Paul J. Crutzen e seu colaborador, o especialista em ciência marinha Eugene F. Stoermer, diante das evidências estratigráficas significativas da ação humana no planeta. Na nova era geológica, a espécie humana tornou-se um agente não só biológico, mas geológico, potencialmente danoso para o planeta e todo o ecossistema. De acordo com Crutzen e Stoermer (apud CHAKRABARTY, 2009, p.209)

Considering the major and still growing impacts of human activities on earth and atmosphere, and at all, including global, scales, it seems to us more than appropriate to emphasize the central of rule of mankind in geology and ecology by proposing to use the term “anthropocene” for the current geological epoch. Considerando os principais e ainda crescentes impactos das atividades humanas na Terra e na Atmosfera,

tudo, incluindo escalas globais, parece-nos mais do que apropriado para enfatizar a regra central da humanidade em geologia e ecologia, propondo o uso do termo “antropoceno” para a época geológica atual. (tradução nossa)

Agente biológico, agente geológico, duas diferentes denominações para duas consequências também distintas. Para que o humano tenha se transformado em um agente geológico em escala suficiente para mudar a era, significa dizer que nossas ações, em uma escala geológica, tem impactado o planeta de tal maneira que nos foge à imaginação. Como afirma Chakrabarty (2009), chamar o humano de agente geológico é conferir-lhe uma força da mesma escala da de outros agentes anteriormente responsáveis por destruições em massas de espécies. Assim continua Crutzen (apud CHAKRABARTY, 2009, p.211)

Mankind will remain a major geological force for many millenia, maybe millions of years, to come. To develop a world-wide accepted strategy leading to sustainability of ecosystems against human-induced stresses will be one of the great future tasks of mankind, requiring intensive research efforts and wise application of knowledge thus acquired... an exciting, but also difficult and daunting task lies ahead of the global research and engineering community to guide mankind towards global, sustainable, environmental management. A humanidade continuará a ser uma grande força geológica por muitos milênios, talvez milhões de anos, por vir. Desenvolver uma estratégia mundialmente aceita que conduza à sustentabilidade dos ecossistemas contra os estresses induzidos pelo homem será uma das grandes tarefas futuras da humanidade, requerendo intensivos esforços de pesquisa e sábia aplicação de conhecimento assim adquirido [...] uma experiência emocionante, mas também difícil e uma tarefa assustadora está à frente da comunidade global de pesquisa e engenharia para guiar a humanidade em direção à gestão ambiental global e sustentável. (tradução nossa)

No atual embate pela sobrevivência, o planeta vive hoje um período de bruscas transformações nas quais as ações antrópicas possuem grande responsabilidade; e não assumir essa responsabilidade sobre as próprias ações é o que Sartre (2012) chama de má fé. Desequilíbrios ecológicos, como os apontados por Crutzen e Stoermer (2009) mostram que, se não forem remediados, porão em risco toda a sorte de vida sobre a Terra. Nesse sentido, os estudos ecocríticos na literatura, unidos às lutas ecológicas e o pensamento budista podem presentear esta reflexão, necessária para que a atitude humana diante do meio ambiente se modifique.

ANTROPOCENO E ANIQUILAÇÃO DO EGO

Muitas crises conhecidas ao longo dos séculos afetaram as sociedades humanas em todas as épocas e espaços. Entretanto, a atual crise global tomou ares preocupantes, pois passou a atacar, de acordo com Boff (2011), nosso “*modus essendi*: as bases da vida e de nossa civilização”. Acreditava-se, anteriormente, que os recursos naturais do planeta eram inesgotáveis e estavam aqui para o nosso usufruto, para atender às demandas da humanidade. Mas agora a Terra encontra-se devastada, esgotada, carente desses mesmos recursos antes infinitos. E a humanidade começou a perceber que o planeta pode acabar e a própria espécie humana aniquilar-se.

A atual crise ecológica global expõe uma hipócrita verdade que foi imposta pela história dominante: a de que os seres humanos são algo de importante no planeta, que este está aqui para servi-lo, provendo vegetais, animais e minerais para custear sua sobrevivência. Durante milênios, a humanidade explorara o planeta ao seu bel prazer e o exaure até os limites do insuportável com a própria espécie humana vulnerabilizada, degradada per si. Após extinguir milhares de espécies, somos nós os ameaçados agora.

A história humana nos colocou acima e além do mundo natural, “com a excepcionalidade de sua missão, a de dominá-la” (BOFF, 2011). Mesmo quando aceitamos que somos parte de um planeta, de um sistema solar, de uma galáxia, de um universo, não conferimos a nós a ideia de simetria e equidade diante das outras existências, mas sim nos outorgamos a ideia de sermos uma consciência, a própria consciência viva do universo, a partir do qual desfilamos categorias de valores para medirmos o que está a nossa volta.

Colocamos o nosso Ego como centro irradiador do cosmo. Entretanto, do ponto de vista do pensamento budista, não há este sujeito que estaria no controle das ações humanas e é o responsável pelos eventos de sua própria existência. O *eu* não é um fato e, portanto, não há qualquer *si* mesmo que esteja no comando dos

fenômenos que são vivenciados por uma pessoa. A visão ocidental da existência de um *si* fez dele, como bem salienta Ferraro (2014, p. 17-29) “o principal fundamento teórico e o alicerce de todas as religiões, antropologias e psicologias dominantes”, assim como também das instituições jurídicas. Mas, para Buda, este *Ego* e todas as suas necessidades individuais é apenas uma ilusão, uma crença subjetiva humana que não diz respeito a absolutamente nada na realidade natural objetiva.

O *Dharma* é o caminho que Buda prescreveu a fim de que fosse aniquilada essa dualidade que nos separa da natureza e nos coloca acima dela. Não haverá mais confronto entre eu e o que está diante de mim, seja uma árvore, um cão ou um livro, pois como parte do todo, do Uno, estamos inseridos no processo cósmico, natural, cíclico, sofremos as mesmas leis que regem os movimentos dos planetas.

O antropocentrismo, entretanto, rompeu com essa unicidade, nos isolou como algo a parte do meio natural. Transformamo-nos em senhores do Universo, dispendo da natureza como se dela fôssemos donos, como se ela estivesse aqui para responder às nossas necessidades biológicas e subjetivas. O retorno a essa unidade natural é a prática búdica, um caminho para frearmos o colapso do meio ambiente provocado por ações antrópicas ao longo do tempo, mas muito mais presente nos últimos cento e cinquenta anos.

Quando este retorno acontece, desaparecendo o que chamamos *Ego*, tornamo-nos parte do todo e vemos a morte de um animal como se fosse a morte de outro humano, pois não há mais diferenças. No livro *O que é Zen*, podemos observar que:

Existe na natureza um equilíbrio biológico, feito de confrontos e retorno à harmonia. O imenso pé de paineira está em equilíbrio. Recebe em suas folhas a ação do vento e também a ação dos temporais. Ainda que à mercê das intempéries, mantém-se em sintonia com a natureza, da qual é parte integrante. Jamais o pé de paineira se volta contra a natureza ou pode alterá-la. O homem, ao contrário, rompe com a natureza e tenta transformá-la, a seu bel prazer. Sua vantagem sobre a paineira é possuir inteligência racional que, se o leva a afastar-se da natureza, também pode fazê-lo retornar a ela. (HANDA, 1991, p. 36)

A condição humana, sendo vista apartada da natureza, manifestando-se distinta da biosfera,

sempre trará o problema da reificação do meio ambiente. O desprendimento da ordem natural é o sinal do humano. Assim, é o humanismo, como diz Ferry (2009, p.62) que precisa ser desconstruído e ultrapassado “para que se instaure a possibilidade de adotar a preocupação ecológica”. Enquanto o ego humano não for suplantado, o *Antropoceno* será cada vez mais uma realidade amedrontadora e não só nossa espécie, mas tudo o que habita no planeta Terra estará comprometido pelas ações antrópicas. Por isso é muito importante refletir sobre a assunção dos impactos das ações antrópicas, ou esperamos mais algumas gerações e as coisas se mostrarão ainda piores.

O CENÁRIO NATURAL

A sociedade, de um modo geral, é materialista, vemos indivíduos desesperados por prazer e riqueza, apáticos a ética e aos valores de respeito à natureza. O luxo e o conforto da sociedade são mantidos através de uma exploração sem limites e implacável, não só do meio ambiente, mas também dos próprios indivíduos da espécie humana, como se não houvesse mais empatia. O homem continua superficial, vazio, limitado por suas próprias ambições, desejos e atividades egocêntricas. Todo esse mecanismo visa única e exclusivamente à satisfação, à realização do *Ego*.

A nossa civilização consumista é desarmônica e barulhenta. O ruído do trânsito nas grandes cidades, por exemplo, pode atingir 80 decibéis. Uma verdadeira hecatombe em nossos tímpanos, que estouram a 190 decibéis. Segundo Feuerstein et al. (2011, p. 18), um barulho algo acima dos 200 decibéis é capaz de matar um ser humano. No entanto, vemos jovens na rua com som de carros ligados em alturas que fica difícil até distinguir o que está sendo ouvido, em um desrespeito ao outro que talvez não tenha o mesmo desejo de ouvir o som estrondoso. Da mesma forma, o uso desmedido do fone de ouvido com volume alto, pode trazer não só a perda da audição como também contribui para o estresse, já que essa pessoa vai perdendo, aos poucos, o costume de ouvir o que está ao seu

redor.

A situação dos oceanos, lagos e mares em nosso planeta é ainda mais estarrecedor. Embarcações e dispositivos utilizados somente pelo governo americano têm causado, segundo dados do Grist (2019), um verdadeiro desastre nos oceanos, prejudicando a vida marinha com o barulho desagradável das hélices e a poluição dos mares e do ar. Os jogos bélicos de políticos e experimentos irresponsáveis de cientistas não parecem incomodar a população.

Interferências eletromagnéticas nos bombardeiam constantemente e também atingem o globo e o próprio espaço sideral, pois qualquer máquina irradia campos eletromagnéticos. A nossa biosfera está cheia de ondas produzidas pela ação humana, que reproduzem padrões de interferência genética nos seres vivos. Computadores e telefones celulares são especialmente prejudiciais por essas mesmas razões, embora na atualidade sejam instrumentos requisitados para acompanhar a vida moderna.

Segundo publicações do *Health Public Icon* (San Diego, Calif. Icon Health Publications, 2003), a medicina ocidental não reconhece a nocividade dessa situação e, interessados em reduzir gastos com tratamentos de saúde mental ou psicoemocional, a psiquiatria tem investido cada vez mais em medicamentos. E as indústrias farmacêuticas agradecem a iniciativa.

De acordo com *8º Relatório Anual do VoIP Industry*, publicado pela iLocus, em 2006, dez minutos ao telefone celular podem causar células cancerígenas. As pessoas, além de não serem informadas como deveriam sobre o assunto, ainda desdenham dessa condição danosa. Ao falarmos na agricultura, especialmente de cunho industrial, vemos que os herbicidas, pesticidas, inseticidas usados são letais para muitas criaturas que vivem no solo, abaixo ou acima dele, inclusive nós somos vítimas do uso de agrotóxicos. A agricultura moderna, segundo Feuerstein et al. (2011, p. 22), utiliza 2,5 milhões de dólares em pesticidas por ano, porém rende outros tantos para o setor industrial e, nesse processo, está também o setor farmacêutico, já que o aumento de inúmeras doenças é visível a cada dia.

Ressaltamos também as vítimas do descome-

dimento humano como os animais, as árvores, entre outros, como bem mostra Ferry (2009). Dessa forma, podemos inferir que o cartesiano é considerado o modelo perfeito do antropocentrismo, concedendo todos os direitos ao humano e nenhum ao que, ao modo cartesiano, denominamos de natureza. Ainda nas palavras de Ferry (2009), o cogito não pode ser o único polo de sentido e a natureza não pode ser desinvestida de qualquer valor.

O espiritualismo cartesiano e judaico-cristão é um dos contribuintes pelo desprezo aos bichos, sob um pensamento de racionalidade que tem origem ainda na Grécia antiga. O homem, leva a extremos o delírio de uma alma oriunda de um deus, que seria exclusividade da espécie humana, categorizou-se como a mais extrema medida de valor do qual os outros seres seriam pautados. A relação conflituosa entre homem e meio ambiente é antiga e o animal é sua maior afirmação, pois o humano ignora sua própria memória, como afirma Ronecker (1997, p. 17):

Existe, sem dúvida, uma história muito antiga de amor e ódio entre homem e animal. Filhos do mesmo reino natural, são semelhantes e dessemelhantes. Se o animal não esquece nem renega nada de sua essência, em contrapartida o homem tenta, sem cessar, expulsar da memória sua natureza animal e [...] não aceita ser posto no mesmo nível que seu “irmão inferior”.

Essa visão humanista é a responsável pela crueldade e maus tratos que infligimos aos animais desde tempos remotos. Isso advém dos critérios completamente arbitrários que nós utilizamos para valorizarmos o humano em detrimento dos outros animais. Através da predominância da troca de mercadorias e do lucro, as relações dos seres humanos entre si e com a natureza passam a ser monetarizadas, ou seja, mediadas pelas relações contraditórias do capital. Outra consequência resultante disso é a particular combinação de uma racionalidade baseada no mercado e uma irracionalidade global. A lógica limitada da maximização dos lucros e o produtivismo evidenciam que a ideia de um “capitalismo sustentável” orientado no mercado é ilusória.

De acordo com Andrioli (2009), Karl Marx já previra a capacidade destrutiva do sistema capitalista e que importantes previsões sobre a ex-

tensão dos danos causados pelo expansionismo imperialista do sistema do Capital podem ser encontradas em sua obra, especialmente com relação à industrialização da agricultura que, no século XIX, já avançava mais fortemente nos Estados Unidos:

Quanto mais um país como os Estados Unidos da América, por exemplo, partir da grande indústria como base para o seu desenvolvimento, tanto mais rápido será o processo de destruição. Nesse sentido, a produção capitalista somente desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na mesma medida em que destrói as fontes de toda a riqueza: a terra e os trabalhadores. MARX, 1983, 529-530 (apud ANDRIOLI, 2009, p. 04).

A crítica que Engels efetua, de acordo com Andrioli (2009), em sua *A dialética da natureza* (1979), é igualmente pertinente para a compreensão da controvérsia sobre o desenvolvimento tecnológico, servindo de advertência para os riscos de um progresso desenfreado sem qualquer ética ou cuidado pelo meio ambiente:

Não vamos nos orgulhar tanto com nossas vitórias sobre a natureza. Para cada uma dessas vitórias ela se vinga sobre nós. Cada uma tem, inicialmente, os efeitos previstos, mas, num segundo e terceiro momento ela terá efeitos bem diferentes, consequências imprevistas, que, muitas vezes, eliminam os efeitos iniciais ENGELS, 1973, 452 (apud ANDRIOLI, 2009, p. 07).

A natureza possui sua própria inteligência, não importando conceitos, teorias ou explicações humanas, por mais elegantes, interessantes ou absurdas que possam parecer. Entretanto, com a perspectiva de conseguir cada vez mais bem-estar material, o Ocidente colocou na ideia de progresso científico e industrial, a esperança de um mundo melhor, com conforto e facilidades, mesmo que estes não estejam ao alcance de todos, pois as condições de vida inumana aumentaram desde a Revolução Industrial.

Milhares de pessoas morrem de fome, de sede, de doenças, pelas guerras, são maltratadas, exploradas, escravizadas, a miséria aumentou drasticamente, exibindo no continente africano talvez a sua mais sórdida e cruel face. Como coloca Paldrön (2003), o erro em se disputar bens materiais não advém da busca por si mesma, mas da atitude egoísta que motiva essa procura, pois a condição de se trazer bem-estar a todos não está em pauta no projeto neoliberal, pois

O objetivo da nossa sociedade não é pôr à disposição

dos seus membros aquilo de que necessitam, mas sim criar-lhes no espírito o desejo insaciável de consumir, persuadindo-os de que, graças a isso, irão sentir-se mais felizes. Mas temos de reconhecer que nem os carros, nem os telefones, nem a televisão fizeram de nós seres humanos mais realizados ou mais felizes. Alimentam, isso sim, a nossa inextinguível ânsia de possuir, do mesmo jeito que a água salgada aumenta a sede. (PALDRÖN, 2003, p. 14)

Os resultados ecológicos desta busca desenfreada pelo progresso, pelo bem-estar material, pelas riquezas, pelo Ter, revelam-se devastadores. Animais, plantas, montanhas, rios, mares, ares, a camada de ozônio, são destruídos sistematicamente. Todos os dias, diversas espécies animais e vegetais são extintos. O sujeito humano está convertendo o planeta em um deserto, a tal ponto interferindo no ecossistema que as pegadas de suas ações já modificaram, geologicamente, a Terra. A resposta budista a estas questões é contundente. Tudo o que acontece é fruto dos nossos atos, é a lei de causa e efeito. Portanto, somos magistralmente responsáveis por nossas ações e pensamentos, uma vez que ambos podem modificar a realidade objetiva.

O BUDISMO É POSSÍVEL EM UM MUNDO CONSUMISTA?

Pensarmos o budismo hoje é uma tarefa, no mínimo, árdua, para não dizer quase insana para alguns. Trazer à tona uma prática que derruba todos os alicerces sobre os quais se ergue a atual sociedade capitalista consumista ocidental, com sua exacerbação do ego, do individualismo e do egoísmo, soa como algo hilário ou utópico. Por isso, enfatizamos que o sentido não é negar a tecnologia, o progresso ou o desenvolvimento, mas trazer uma reflexão sobre o que estamos fazendo com a nossa vida e com o mundo em geral. Contribuir para uma visão mais igualitária com relação aos elementos da natureza diferentes do humano.

Na verdade, a primeira defesa em favor de um animal deu-se precisamente pelo Buda. Na *Canção de Meditação*, de Hakuin, vemos que “Todos os seres são budas desde o início.” (apud WATTS, 2009, p. 46). Esses seres se referem justamente a todos os seres no universo, sejam eles humanos ou pertencentes a outras espécies,

pois todos têm natureza buda.

Buda resumia assim os seus ensinamentos: “Cessai de fazer o mal; aprendei a fazer o bem; limpai o próprio coração: este é o caminho dos budas.” (apud WATTS, 2009, p. 62). A degradação do meio ambiente, as ameaças científicas, industriais e tecnicistas fazem-nos conscientizar de que o ecossistema é formado por espécies vegetais, animais, minerais que são subjugadas ao “gênio humano” Pena-Vega (2005, p. 19). A espécie humana é responsável por sua ação e não pode se abster de sua responsabilidade ética.

A crise dos ecossistemas talvez permita a ascensão de reflexões diversas a respeito de questões de interações entre os seres em um âmbito global. A ruína ambiental é testemunha da incapacidade da Ciência ocidental, dita universal, de fornecer uma saída compatível às necessidades humanas. Segundo Pena-Vega (2005, p. 22), essa mesma ciência moderna tem por característica “reivindicar um estatuto unilateral privilegiado na descoberta de um conhecimento verdadeiro e universal.” Nesse cenário, o pensamento budista emerge como uma ética cabível de ser empregada na prática, uma vez que os ensinamentos budistas partem de uma realidade imanente e não de conceitos teóricos ou metafísicos. O pensamento oriental, em quase sua totalidade, se baseia na realidade prática, modificando seus conceitos de acordo com a observação do ambiente e não ao contrário.

Os princípios dos ensinamentos de Buda são de extrema importância para tratar a questão ambiental por seu viés de totalidade, de esvaziamento da existência individual. Dessa forma é uma ilusão considerar-se separado da realidade que nos cerca. O sentido de integração, de unicidade cósmica permeia toda a filosofia oriental de um modo geral, mas no âmbito budista ela perde um pouco sua religiosidade para ser uma verdadeira ética da natureza universal. No budismo Zen, nascido na China, a conclusão do discurso de um mestre, quando um monge recita os “quatro grandes votos”, diz: “Mesmo que sejam inumeráveis os seres sensíveis, prometo salvá-los.” (apud WATTS, 2009, p. 98). Para um budista, embora sua prática possa pa-

recer solitária ou dar a sensação de um aspecto de solidão, o budista não pode nem conseguiria se isolar dos outros seres, pois em cada criatura ele vê a si mesmo.

Portanto, para o budista, todos os seres são dotados de natureza búdica e, servindo-os, estão servindo ao mais alto princípio do universo, trabalhando em harmonia com a lei natural que é a de que todos os seres são budas ou budas em potencial, como nós humanos, que fazemos parte dos potenciais, enquanto o próprio Siddharta colocava todas as outras espécies como seres que vivem no *Nirvana*, pois não sofrem pelo passado, não anseiam pelo futuro, não se adiantam ao presente. Vivem pura, exclusiva e sabiamente o momento.

No pensamento budista, a ética diz respeito a aprender a reagir positivamente ao que nos acontece e jamais causar sofrimento aos outros seres, mantendo sempre uma atitude construtiva. Dentro da perspectiva budista, faz-se necessário colocar uma trava aos comportamentos não saudáveis que se tornam habituais. Existem dez ações, dentro da prática ética budista, que o praticante do *Dharma* deve evitar; ações estas que são destrutivas e causam dor e sofrimento.

A primeira e mais grave ação a ser evitada é justamente matar. Para o budismo, não há um só ser, o mais minúsculo que seja, que não possua instinto de sobrevivência, que não tente proteger-se e defender-se quando sua existência é posta em perigo. A morte sempre provoca angústia e, por isso mesmo, esta é a mais grave ação que pode ser cometida por um ser em relação a outro. Para o budismo, matar não diz respeito apenas à vida humana, mas a qualquer ser: uma galinha, uma barata, uma formiga, um mosquito, um leão.

O praticante do *Dharma* deve não somente abster-se de matar, mas também proteger a vida ativamente. Salvar a vida, não somente de seres humanos, como também de não humanos, praticar tudo que possa contribuir para a sua manutenção e qualidade de vida. Por esta razão, o Budismo acredita que o ato de matar um animal é uma ação negativa e grave e em função disto o Budismo não aconselha o consumo de carne; entretanto, não obriga que seus praticantes se-

jam vegetarianos ou veganos. Nada no Budismo é dogmático. O sujeito é livre para escolher e responsável consciente de suas escolhas.

Não é nossa intenção aqui dizer que todo mundo deve entrar em um nirvana ou de ser um budista, mas que os ensinamentos do Buda com relação ao respeito ao meio ambiente em geral seria de bom grado no mundo de hoje, para que pensemos melhor sobre nossas ações com relação ao que chamamos de natureza. Siddharta Gautama sempre se referiu ao *Dharma* como um remédio que, visto hoje, 2.500 anos depois, ainda pode ajudar o planeta com suas orientações psíquicas e ambientais. Não há contradição ou diferenciação entre a contemplação e a ação ambiental dhármica, elas são interdependentes. A situação atual do planeta pode utilizar o *Dharma* como uma atitude de benevolência para com todos os seres.

A GÊNESE INTERDEPENDENTE DOS FENÔMENOS

A visão budista do mundo não se constrói em torno da ideia de um deus criador, o que se diferencia diametralmente da visão de mundo ocidental judaico-cristã. O budismo considera a lei de interdependência e o *Karma* como princípios que regem os fenômenos. Nessa perspectiva, a noção de causalidade representa o centro para a elaboração da ética humanista budista que independente de religiões e é absolutamente prática e racional. Segundo Tenzin Gyatso (apud PAL-DRÖN, 2003, p. 24) atual *Dalai Lama*, temos que, segundo as escrituras budistas, “o criador do mundo que conhecemos não é senão a força resultante das nossas ações passadas ou karma. Todas as ações que realizamos produzem uma marca no espírito que influi na nossa evolução futura”. Portanto, nossas ações são o ponto de partida da lei de causalidade e esta lei deriva da interdependência de todos os fenômenos no cosmo.

A lei da gênese interdependente dos fenômenos diz que tudo no cosmo está interligado e que uma ação desemboca em um conseqüente resultado. Toda ação traz uma reação, já o diria Newton, muitos séculos após Buda. Toda causa

gera um efeito e vice e versa e estando tudo interligado, como na Teoria do Caos, um farfalhar de asas de uma borboleta na África pode alterar a existência de uma pessoa na América do Sul. Trata-se do ciclo de causalidade, porém vale ressaltar que o budismo não possui a ideia de uma causa primeva, mas sim de elos interconectados.

É importante ressaltarmos a responsabilidade que a visão budista deposita nas ações, atitudes e pensamentos humanos, uma vez que fala, ação e pensamento podem alterar a realidade objetiva e a existência de tudo quanto se encontra no cosmo. Tudo está conectado, tudo é Uno e sob esta perspectiva as nossas atitudes tomam uma dimensão planetária. Em outras palavras, a felicidade que tanto almeja os sujeitos humanos não está separada da felicidade alheia, seja de um indivíduo humano ou não, nem pode ser conseguida por meio de sacrifícios de terceiros.

De acordo com Paldrön (2003, p. 26), não é uma questão moral ou de julgamento de valores, mas antes de uma “mecânica universal que decorre naturalmente da interdependência fundamental entre tudo o que existe”. Somos responsáveis por nossos atos. Antes de Sartre (2012) já o dizia Buda, há 2.500 anos; porém a fala de Buda ganha um peso maior ao se referir a uma responsabilidade por todos os tipos de existência e não apenas a existência especificamente humana como encontramos no existencialismo sartriano.

Essa visão faz com que se termine a inconsciência do agir irresponsável humano. Para o budismo, não só o agir, mas o pensar, a *intenção*, pautam nossas atitudes e ações uma vez que nos faz responsáveis por tudo o que acontece no cosmo e não só a nós mesmos ou àqueles que estão próximos a nós. As ações que realizamos não são fruto de contingências irrefletidas, mesmo quando parecem ser; estão sempre fundamentadas em uma prévia intenção, que sempre precede o ato. A intenção, portanto, produz consequências externas que produzem, por sua vez, marcas pela sua repetição, como as cicatrizes deixadas pelo tempo em nossa pele. Essas marcas constituem o *Karma*.

O *Karma*, ao contrário do que acredita o senso

comum, não diz respeito a efeitos negativos ou ações negativas que serão cobradas em vidas posteriores. O significado da palavra sânscrita é ação e faz alusão a qualquer ação humana, saudável ou não, pois dentro do budismo não há a noção maniqueísta de bem e mal. A lei do *Karma* faz com que nos responsabilizemos por criar o futuro a cada momento, tendo a consciência de que nossos pensamentos e ações modificam a realidade e as existências ao nosso redor. Somos responsáveis estritos pelo que acontece a cada ser e a nós mesmos e ao universo. A ideia do *Karma* ajuda a colocar um freio nas atitudes impensadas e irresponsáveis, ajudando-nos a pensar soluções para conflitos existenciais e de consciência, ensinando-nos a seguir melhor o caminho da existência. Como salienta Paldrön (2003, p. 29):

Mais do que um código moral, é um curso de gestão que não nos impõe tabela de bem e mal, mas parâmetros flexíveis para a apreciação de cada situação em função de critérios mais abrangentes no tempo e no espaço que os habitualmente utilizados: no tempo, a preponderância do resultado a longo prazo sobre o resultado imediato e, no espaço, a total interdependência de nosso bem-estar e do bem-estar alheio.

Em vista disso, podemos apreender a importância da visão budista dentro de uma perspectiva ecológica em meio as atuais crises pelas quais estamos passando. Que a natureza sempre foi vítima das ações antrópicas é algo mais do que óbvio, basta que olhemos nos livros de história, geografia, biologia, ecologia, etc. Mas é inegável que o século XX trouxe problemáticas que reduziram o tempo e aumentaram a extensão e a densidade dos impactos das ações humanas a ponto de nos colocar em uma nova era geológica que, de qualquer forma, não faz outra coisa que não salientar ainda mais o Ego humano, enfatizando as importâncias de seus atos e necessidades e recolocando o gênio humano, para bem ou para mal, no centro da discussão existencial do cosmo. Como a ética budista poderia, senão destruir, ao menos amenizar esse eu destrutivo para si e para todo o planeta?

DHARMA ECOLÓGICO

Como seria possível interagirmos o nosso ecossistema seguindo os ensinamentos do *Dharma*?

A prática do desapego dentro do pensamento budista é oposta à atitude de indiferença pregada por aqueles que exploram o meio ambiente, objetivando os seres, tratando-os como coisas exploráveis, reificadas. O desapego, longe de parecer ao conceito cristão medieval, parte do princípio de que desapegar-se é deixar que a natureza exerça livremente seu direito, “sem projetar nosso senso artificial de eu e nossos incontáveis projetos, ou desejos, sobre eles.” (FEUERSTEIN et al., 2011, p. 207). É o respeito pelo outro ser, pelo mundo, a bondade e um sentido de responsabilidade planetária que é adquirido pelo conhecimento da interconectividade que há no universo.

A prática budista do desapego e do cuidado se juntaram à sabedoria do vazio (*shunyata*) e a prática da compaixão (*karuna*). Quando aplicadas juntas, podem fazer com que a *biofilia* (empatia pela vida) possa frutificar positivamente. O próprio Buda comparou seus ensinamentos a uma barca que serve apenas para transportar até a outra margem. Uma vez alcançada, a jangada deve ser abandonada. Se pensarmos que temos que nos preocupar apenas com nossa salvação e sobrevivência, como o nosso bem-estar, jamais conseguiremos superar o senso do *eu*.

O desafio ambiental, portanto, estaria na ideia de progresso ou desenvolvimento, que é sinônimo de domínio da natureza. Para o processo civilizatório não há limites de dominação do meio ambiente. Desenvolvimento torna-se sinônimo de urbanidade, industrialização, tudo que nos afasta da natureza e nos coloque em contato com as construções humanas. Os ambientalistas, ao tentarem criticar essa ideia, são acusados de quererem voltar ao passado, como se a ideia de proteção ambiental fosse algo ultrapassado. Nesse sentido, Carlos Walter Porto-Gonçalves, diz que:

A ideia de progresso é de tal forma parte da hegemonia cultural tecida a partir do Iluminismo, que mesmo aqueles que se consideram os maiores críticos da vertente burguesa da modernidade – isso é, do capitalismo – se assumem como progressistas, e é com base nesses fundamentos que criticam os ambientalistas. (2004, p. 24-25)

Ninguém vive fora de rede de relações que sustenta o universo. Portanto, podemos tornar

a nossa vida mais ecológica através de práticas para deixar o meio ambiente melhor. Alguns fatores retirados dos ensinamentos budistas e praticados no cotidiano podem ajudar na superação da catástrofe ambiental. O consumismo talvez seja o principal vilão da exploração do meio ambiente, pois visa a satisfação material de toda uma sociedade. E esta é, até certo ponto, refém dos meios de comunicações e da mídia em geral que atendem aos preceitos capitalistas.

Simplificar a vida, tanto quanto possível, poderia ser um começo. Hoje em dia, o desenvolvimento sustentável é bastante comentado, mas passou a ser apenas uma bandeira de sustentação das falácias, pois, na verdade, as ações são inexistentes ou hipócritas. Ainda se pode dizer que a perspectiva de sustentabilidade pode desencadear efeitos contrários ao que se prega, ao fazer disso uma oportunidade de simplificação do cotidiano e da existência, transformada, pelas indústrias, em um comércio para gerar lucros, em que “as facetas da vida devem ser mais ecológicas a qualquer custo, mesmo que isso implique um custo maior para o meio ambiente.” (FEUERSTEIN et al., 2011, p. 216-217). É necessário encontrarmos um meio de obtermos bem-estar sem que este seja alcançado em detrimento de outros seres e do planeta.

Em outras palavras, vemos, por exemplo, parques de que são criados, mas para isso, são retirados milhares de famílias de seus habitats com a desculpa de que residem em áreas de risco, quando o que poderia ser feito seria melhorar a qualidade de vida para estas pessoas. Por outro lado, estes mesmos lugares, em nome dos quais essas famílias são retiradas, são invadidos pelo poder capitalista que constroem, dentro ou no seu entorno, condomínios privados para famílias de alta renda que terão ali toda infraestrutura para seu dia a dia e pagará por ela, coisa que não seria possível às famílias de baixa renda, pois não gerariam lucro.

Os nossos padrões de consumo afetam o meio ambiente e um dos mais importantes aspectos de uma vida ecológica ou desenvolvimento verde é que este não pode ser comprado. Nesse sentido, é importante que haja a conscientização de como o estilo de vida afeta a realidade. O

consumismo desenfreado é um ponto crucial ao se pensar o meio ambiente e a natureza de um modo geral. Será que precisamos de tudo que consumimos diariamente? O budista não é anticonsumista no sentido de se opor ao consumismo ou capitalismo, o budismo não se opõe a coisa alguma, apenas coloca em cada sujeito a responsabilidade por suas próprias ações, pelas consequências dessas ações para si e para terceiros. É a ideia de uma ética de simplicidade e de reverência à natureza, à vida. Nesse sentido, Duane Elgin diz que:

A simplicidade na vida, se escolhida deliberadamente, implica uma abordagem compassiva da vida. Isso significa que estamos escolhendo viver a nossa vida diária com uma certa dose de avaliação consciente da condição do resto do mundo. (1998, p. 102-103)

Com relação a sociedade de consumo pós-moderna, não podemos esquecer que “quando se trata do mundo do comércio, você é supostamente um rei.” (FEUERSTEIN et al., 2011, p. 219). Assim, tornar-se um consumidor consciente do ponto de vista socioambiental, ou seja, consumir ou adquirir coisas que sejam fabricadas de modo socialmente responsável ou repensar no que seja realmente necessário, poderia ser um começo. É importante, sempre que possível, reduzir, reutilizar e reciclar. Comprar produtos com menos embalagens também é uma saída. Produtos a granel é um exemplo. A lei de Buda não fala de “bem” ou “mal” ditados por um poder absoluto superior, mas sim de ações saudáveis ou não, de atos que podem ou não causar dor e sofrimento a um ser. O indivíduo humano necessita aprender a ver o universo como uma existência independente de si e de seus conceitos subjetivos e talvez só assim começar a entender que o indivíduo humano não é a criação pinacular do universo, sua existência não possui um significado mais especial ou superior que qualquer outra existência e que o sentido de *Ego* é apenas um véu ilusório que o mantém aprisionado em correntes que o levará à aniquilação.

Considerações Finais

É óbvio que somos responsáveis pela situação na qual nos encontramos, querer fugir desta res-

ponsabilidade seria agir de má-fé. Porém, como responsáveis por nossas ações, temos a capacidade para alterá-la. A recuperação do planeta não acontecerá do dia para a noite, mas a mudança pessoal pode ser o caminho e é passível de ser colocada em prática imediatamente. É necessário começarmos a assumir a autoria dos desastres ecológicos atuais, educando-se ecologicamente a população para enfrentar as consequências futuras de atos passados e presentes.

Há várias ideias práticas que não custam nada, do ponto de vista financeiro e que podem ajudar, em longo prazo, a permanência das espécies de vidas aqui existentes. Enquanto nós, ocidentais, somos motivados por interesses próprios, os budistas buscam guiar-se pela compaixão universal, preocupando-se com falhas próprias para benefício dos outros seres, do universo.

Com esse artigo, buscamos mostrar, de forma resumida, o cenário atual do possível desastre ecológico global. Apresentamos alguns dos principais problemas que inquietam ambientalistas e acirram as discussões sobre como resolver a questão dos ecossistemas. Mostramos como a prática budista se imiscui dentro da ecologia, com seus preceitos de unicidade cósmica, de não individualização, de vazio existencial do ponto de vista de uma existência separada do todo.

A prática do *Dharma* pode influenciar e ajudar a propagar mudanças das práticas cotidianas de forma individual, visando ao todo global. Esperamos que os leitores avaliem as evidências olhando para seu próprio comportamento, cotidianos e atitudes. A situação do planeta pode se mostrar uma grande oportunidade de desenvolvermos a benevolência por todos os seres, assim como o Buda, cujo ensinamento foi considerado como “a religião da compaixão infinita.”

Referências

ALMEIDA, Maria do Socorro P. de. Homem/bicho, vida e morte em Conversa de bois de Guimarães Rosa in Diálogos ecocêntricos: arte, cultura e justiça - anais do III Congresso de literatura e Ecocrítica, (CILE). In:

- ALMEIDA, Maria do Socorro P. de. **A sacralização da natureza em Patativa do Assaré e Alberto Caeiro**. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/a-sacralizacao-da-natureza-em-patativa-do-assare-e-alberto-caeiro.html>>. Acesso em: 9 set. 2016.
- ANDRIOLI, Antônio Inácio. A atualidade do marxismo para o debate ambiental. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 98, 2009.
- ASVAGHOSHA. **The awakening of faith in Mahayana**. Columbia-USA: Columbia University Press, 1967. Disponível em: <http://www.acharia.org/downloads/the_awakening_of_faith_in_mahayana_english.pdf>.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **Moderidade, Pluralismo e Crise de sentido**. Edição: Vozes. Petrópolis, 2004.
- BOFF, Leonardo. **O Antropoceno: Uma nova era geológica**, 2011. Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2011/02/14/o-antropoceno-uma-nova-era-geologica/>>. Acesso em: 27 abr. 2018.
- CAPRA, Fritjof. **O Tao da Física**. São Paulo: Cultrix, 2009.
- CHAKRABARTY, Dipesh. The climate of history: Four Theses. **Critical Inquiry**, Chicago-USA, v. 35, n. 2, p. 197-222, Winter 2009.
- ELGIN, Duane. **Simplicidade voluntária**. São Paulo: Cultrix, 1998.
- FERRARO, Giuseppe. Finalidade antimetafísica da filosofia de Nāgārjuna. **Cultura Oriental**, Paraíba, v. 1, n. 2, p. 17-29, jul. 2014.
- FERRY, Luc. **A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem**. Lisboa: Difel, 2009.
- FEUERSTEIN, George; FEUERSTEIN, Brenda. **Dharma verde: Budismo ecológico para transformar a prática da sua vida diária**. São Paulo: Pensamento, 2011.
- GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Brasília: UnB, 2006.
- GLOTFELY, Cheryl; FROMM, Harold. **The ecocriticism reader: landmarks in literary ecology**. Athens, Georgia: University of Georgia, 1996. Disponível em: <<https://static1.squarespace.com/static/5441df7ee4b02f59465d2869/t/58f2e4eabf629a9dbf74f538/1492313328327/The+Ecocriticism+Reader+introduction.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- GONÇALVES, Ricardo M. **Textos budistas e Zenbudistas**. São Paulo: Cultrix, 1999.
- GRIST. **Site de notícias sobre meio-ambiente**. Disponível em: <<http://www.grist.org>>. Acesso em: 8 ago. 2019.
- HANDA, Francisco. **O que é Zen?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- PALDRÖN, Tsering. **A arte da Vida – Os fundamentos do Budismo**. São Paulo: Ground, 2003.
- PENA-VEGA, Alfredo. **O despertar ecológico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- RONECKER, Jean-Paul. **O simbolismo animal**. São Paulo: Paulus, 1997.
- SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada**. Rio de Janeiro: Voze, 2012.
- WATTS, Alan. **O espírito Zen**. Porto Alegre: LPM, 2009.

EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS SOCIOCULTURAIS EM CONTOS NEGREIROS, DE MARCELINO FREIRE

ALMEIDA, Maria do Socorro Pereira de¹ and AZEVEDO, Sérgio Luiz Malta de²

¹Doutora em Literatura e Cultura, professora adjunta da UFRPE/UAST, coordenadora de área do PIBID Letras, colaboradora editorial da revista Rios (FASETE). socorroalmeidalettras@gmail.com e ²Doutor em Geografia, professor associado I da Unidade Acadêmica de Geografia da UFCG, Coordenador pedagógico do curso de Geografia e coordenador de área do PIBID. maltasma@gmail.com

Resumo

Este artigo traz uma leitura dos contos de Marcelino Freire, inseridos no livro *Contos negreiros*, numa abordagem interdisciplinar, em que se fundem várias visões de mundo em perspectivas literário-geográficas. Parte-se dos pressupostos de que as construções indenitárias, étnicas e culturais das minorias constroem territorialidades e desvendam fronteiras culturais. Nesse sentido, considera-se que a estimulação pedagógica pela leitura de gêneros literários no ensino básico, tratados numa perspectiva integrada e contextualizada conjuntamente, contém uma dimensão que aglutina, ao mesmo tempo, conteúdo, transposição didática e práticas de ensino além de fomentar o interesse pela leitura e despertar o senso crítico. Nesse ínterim, tanto as concepções teórico-conceituais quanto as metodologias de ensino, são ampliadas e valorizadas pela formação contextual e significativa dos estudantes em geral. O estudo, entre outros aspectos, permite ao educando-leitor, a possibilidade de reflexão sobre as “plataformas sociais” dos espaços em que vive ou presencia a vivência de outrem. O texto está embasado nas perspectivas teórico-críticas e epistemológicas do ensino de Literatura, Geografia, Cultura e Ciências sociais, beneficiando-se também de outras abordagens subsidiárias à argumentação do tema da pesquisa. Ao final do estudo, foi possível observar que o ensino de Literatura e de Geografia, assim como de outros campos disciplinares, reúnem composições integradas que em muito contribui para os processos de inovação das aprendizagens em vários níveis de ensino. O estudo, entre outros aspectos, mostra que os contos de Marcelino Freire apresentam territórios e fronteiras socioculturais que separam mundos em um mesmo espaço, além de darem voz às minorias.

Palavra Chave: Educação. Cultura. Interdisciplinaridade. Literatura. Geografia.

Abstract

This article brings up an analysis of the stories of Marcelino Freire, told in the book *Contos Negreiros*, under an interdisciplinary approach in which are fused several points of view into literary-geographical perspectives. We start from the assumption that the identity, ethnical and cultural constructions of the minorities build territorialities and unveil cultural borders. In this sense, it is considered that the pedagogical stimulation through the reading of literary genres in basic education, treated in a simultaneously contextualized and integrated perspective, contains a dimension that agglutinates, at the same time, content, didactical transposition and teaching practices, besides fomenting the interest for reading and the construction of a critical sense. Meanwhile, both the theoretical-conceptual theories and teaching methodologies are amplified and valued by the contextual formation and by a significant part of the students. The research, among other aspects, makes possible to the reader student the possibility of reflecting about the “social platforms” of the spaces where it lives or where it witnesses the life of someone else. The text is based on the theoretical-critical and epistemological perspectives of the teaching of Literature, Geography, Culture and Social Sciences, also making use of other approaches associated to the argumentation of the research field. At the end of the study, it was possible to observe that the teaching of Literature and Geography, as well as other subjects, gather integrated compositions that greatly contribute to the processes of innovation of learning in different educational levels. The research shows that the narratives of Marcelino Freire represent sociocultural territories and borders that separate worlds of the same space, being also evident that the author tries to make hearable the voices of minorities.

Key words: Education. Culture. Interdisciplinarity. Literature. Geography.

INTRODUÇÃO

O conhecimento¹, hoje mais do que nunca, e em qualquer campo disciplinar, deve priorizar as inter-relações empíricas, teórico-conceituais e epistemológicas entre as ciências, de modo que possamos produzir conhecimentos estruturados de forma conjunta, afim de que o resultado de uma pesquisa reflita um amalgama, entrelaces em que o conjunto de relações se disponha como uma ampla rede de vínculos entre os fenômenos estudados, na busca daquilo que costumamos chamar de totalidade do conhecimento. Ressalta-se, no entanto, que essa busca não é um caminho fácil, nem se pode dizer, que através dela se chegue a respostas definitivas, ao contrário, ela enseja novos questionamentos que retroalimentam o processo de busca do conhecimento.

Por outro lado, muitos aspectos de diferentes contextos, sociais, culturais, políticos, ambientais, étnicos e de relações de gêneros, permeiam a educação e não podemos nos furtar em oferecer ao jovem leitor, instrumentos que possam contribuir para inserção dele no mundo também como sujeitos produtores e críticos. Nesse aspecto, a literatura é um grande contribuinte para atravessar a ponte do olhar ingênuo para a reparação crítica de modo que possa aguçar o fator humano-existencial em relação a si, ao outro e aos demais seres do planeta.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo de produzir reflexões acerca do encontro entre Literatura e Geografia, observando como a literatura se entrelaça com a abordagem espacial e com outros contextos ligados a vida humana, e/ou como a geografia se insere no campo literário para produzir conhecimentos lítero-geográfico. Propomos uma perspectiva pedagógica pela qual se pode tirar proveito dos processos de ensino-aprendizagem, no caso aqui proposto, nos Contos Negreiros de Marcelino

Freire, convidando aqueles que se aventuram por “mares revoltos”, para refletir sobre a ideia de interação interdisciplinar entre esses dois campos de conhecimento.

Diante dessa premissa, trazemos os contos de Marcelino Freire, constantes no livro *Contos negreiros* (2010) para uma observação reflexiva dos aspectos literários e de como os conhecimentos se interpõem para explicar a produção de territorialidades e de fronteiras sociais e culturais criadas ideologicamente pela sociedade, que estão essencialmente inseridas no contexto de literalidade expresso pelo autor.

Para tanto, fundamentamos o estudo em múltiplas abordagens em que se encontram a interação entre vários campos de conhecimento tais como: estudos da Educação, da Literatura, da Geografia, Ecologia, Sociologia e Estudos Culturais. Acostando-nos, na orientação dessas leituras, nos matizes teóricos da crítica literária e da perspectiva crítico-social em que as relações sociais são observadas como um processo contraditório e desigual. Com menor densidade, nos apropriaremos dos estudos fenomenológicos, quando procuramos captar os movimentos subjetivos e os espaços existenciais da trama e dos personagens-sujeito desse estudo. Para isso, contamos, entre outros, com o auxílio científico de Antonio Cândido, Alfredo Bosi, Nadia Gotlib, Walter Benjamin, Manuel Castells, Boaventura de Souza Santos e Milton Santos.

Nesse contexto, é possível inferir que a pesquisa acadêmico-científica não deve ser desenvolvida de forma exclusivista, e sim, numa perspectiva que alcance a escala da alteridade, assim como propõe o próprio Freire que, em seus contos, procura dar voz aos excluídos, mostrando uma sociedade hegemonicamente estruturada pelo olhar e ações de quem está do ‘outro lado da linha’, como bem observa Boaventura Santos (2010) ao falar das linhas abissais que ainda resistem na sociedade moderna em várias dimensões.

Percebemos a importância da Literatura para educação e para a vida por muitos meios, sejam

1 A pesquisa, agora ampliada e atualizada, foi apresentada em fase inicial, no COBESC - Colóquio Brasileiro Educação na Sociedade Contemporânea, em 2014.

epistêmicos, empíricos ou normativos, como já contempla a LDB (1996, p. 40) em que se encontram alusões à literatura como a seguinte: “não mais se compreende a literatura separada da língua, pois ela é da mesma forma compreendida como representação simbólica das experiências humanas manifestas nas diferentes formas de sentir, pensar e agir na vida social”.

Sendo o conto um tipo de narrativa curta, mas com todas as perspectivas e atrativos que requer um texto literário, e diante das atribuições de tarefas e o pouco tempo dedicado à leitura, pelos jovens em geral, esse tipo de narrativa, (ainda que não exclusivamente), pode ser uma forma de produzir um aprendizado prazeroso e proveitoso, assim como também despertar o gosto pela leitura literária e geográfica, na medida em que pode proporcionar, ao jovem-leitor, o desenvolvimento crítico e a autonomia de pensamento para fazer, ele mesmo, suas escolhas com relação ao que lê², assim como também assumir suas escolhas na vida.

EDUCAÇÃO, LITERATURA E GEOGRAFIA: DIALOGANDO SABERES, RELACIONANDO DIFERENÇAS

Nesse capítulo, partimos do pressuposto de que a educação constitui um conjunto de saberes que se caracterizam muito mais por processos assimétricos do que simétricos, ou seja, orientados, sobretudo, pelas diferenças dos sujeitos aprendentes. Assim, a relação professor-estudante é orientada pela premissa de que esses sujeitos estão lidando com um processo comunicacional no qual Lessard e Tardif (2013, p. 249) nos assevera:

[...] ensinar não é, tanto, fazer alguma coisa, mas fazer com alguém alguma coisa significativa: o sentido que perpassa e se permuta em classe, as significações comunicadas, reconhecidas e partilhadas, são, o meio de interação pedagógica. [...] [assim] a pedagogia escolar se dirige primeiramente a outro – um outro coletivo – graças a atividade do sujeito que fala, cujas ações são dotadas de sentido e que se esforça de todas

2 Entenda-se a palavra ler em sentido amplo e porosa, já que ler não é exclusivo de nenhum campo de conhecimento, daí podermos distender o conceito de leitura que, por entrelaces, permite ultrapassar as fronteiras disciplinares.

as maneiras para obter sua colaboração.

É por esse motivo que as atividades de ensino-aprendizagem são eminentemente interativas e significativas. Interativas porque a cooperação não se dá somente pela ação individual dos estudantes, mas por um sistema de correlações comunicacionais, seja através de discussões oriundas da cotidianidade, seja pelos temas e ações que se dão no âmbito das estimulações pedagógicas numa aula. São significativas porque os sujeitos envolvidos com a aprendizagem são dotados de uma carga cultural que projeta e se liga por integração pedagógica na promoção de processos de aprendizagens. Um bom exemplo disso, são “as significações, comunicadas, reconhecidas e partilhadas nas interações pedagógicas” (LESSARD et al., 2013, p. 249) entre Literatura e Geografia. Daí a necessidade de ultrapassar o nível da disciplinaridade e avançar no plano das relações e integrações disciplinares, por meio da interdisciplinaridade.

Para início dessa reflexão cabe esboçar as aproximações e apreciações da Literatura, em termos dos contributos para se desfrutar de conhecimentos que transitam entre a condição fictícia e o caráter mundano e universal de seus postulados, tal é a intrincada trama que entrecruza a tênue linha entre a ficção e a realidade, aspecto já observado por Antonio Candido (2006) quando observa que a realidade externa não passa despercebida pelo olhar do autor e que o texto literário, embora tenha que ser visto internamente, num mundo próprio da literatura, há uma realidade no contexto literário que remete a outras realidades. Assim, vemos na obra que analisamos nesse estudo, uma ficção que se aproxima de fatos e aspectos contemplados pela sociedade atual. Conquanto, a Literatura como forma de expressão social, caso do contista Marcelino Freire, tem trazido enormes contribuições ao entendimento do Homem, enquanto sujeito caracterizado por diásporas culturais e étnico-raciais.

Nesse caso, as tramas das relações humanas, em suas vicissitudes, ambiguidades e paixões, vão sendo desveladas pela sensibilidade literária que encontra no texto, não só a oportunidade

de dialogar com o mundo das coisas que o cerca, mas também com o outro, o sujeito para o qual se projeta o intelecto cognoscente e de quem se espera a sensibilização literária. Dessa forma, pode-se dizer que o texto literário traz à tona o sentimento de alteridade, ao incitar a ação do sujeito encontrando-se consigo mesmo e com o outro nas redes de relações lentificadas pelo produtor literário.

No Brasil, raros são os estudos geográficos que estabelecem aproximação temática com a produção literária. Nesse sentido, pode-se dizer que a compreensão do espaço geográfico tem se voltado para os temas tradicionais da análise espacial. Só para citar um exemplo, basta considerarmos a ênfase dada aos estudos dos problemas estruturais da sociedade brasileira na Geografia, cujas matrizes teóricas alcançam e enlaçam diversas concepções e abordagens, indo desde os estudos que visam compreender o funcionamento da sociedade, considerando que os elementos que a constituem podem ser apreendidos em si mesmos, até aquelas que procuram compreendê-la a partir do sistema econômico dominante, ou seja, aprendizagens calcadas em concepções socioespaciais contemporâneas e focadas no entendimento crítico-social das relações capitalistas.

Com relação aos estudos geográficos que transitam na interface entre Geografia e Literatura, pode-se dizer que a maioria dos trabalhos parte da abordagem fenomenológica, na qual se propõem transcender a lógica formal do conhecimento, de cunho racionalista, descritivo e no-motético para uma abordagem que considere os sujeitos como dotados de percepções, valores simbólicos e de representações que expressam os sentimentos dos espaços percebidos por indivíduos. Para tanto, a fenomenologia vale-se da análise do sujeito percebido, que utiliza, seletivamente, filtros psicológicos, seja individual ou coletivamente do imaginário social, para a representação espacial. Tais filtros exercem papel crucial nas percepções do espaço, de vez que considera as sensações como estratégias seletivas, sejam para fazer emergir determinados pensamentos ou para adormecer outros não validados por tais filtros.

Ressalte-se que, no caso desse estudo, não obstante a importância da fenomenologia, predominará como abordagem teórico-conceitual a perspectiva crítico-social, na qual a análise dos personagens e a trama desenvolvida nos contos negreiros, de Marcelino Freire, são analisados a luz dos processos que presidem as relações capitalistas, ensejando análises críticas, próprias do movimento dialético de tais relações que, ao nosso ver, são contraditórias e desiguais.

CONTOS NEGREIROS TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS CULTURAIS E SOCIO-ESPACIAIS

A história da humanidade atesta que o ato de contar e ouvir histórias sempre reuniu pessoas em todas as culturas, desde sociedades tribais, ditas primitivas, até às sociedades que se encontram no cerne das identidades pós-modernas e, com o passar dos tempos, foram aparecendo novas maneiras de narrar. A narrativa nasceu da necessidade do homem de contar fatos e experiências vividas e foi esse narrador, nascido do senso comum da humanidade, que atravessou séculos e, embora em ‘extinção’, como afirma Walter Benjamin (1994), ainda existe entre nós. Para Benjamin, o narrador tradicional é aquele narrador oral antigo que não tinha pressa, daí porque a riqueza de detalhes na maneira de se fazer arte antigamente, já o narrador atual é sintético e fragmentário. Na visão do crítico, é mais um cronista que sintetiza o conteúdo para, através de flagrantes ou flashes, contar algo instantaneamente.

Desse modo, independente do tipo e do público ao qual é direcionado, o conto sempre teve e ainda continua tendo lugar importante na vida das pessoas. Ressalta-se que, o conto nascido através da transmissão oral passa a ser registrado pela escrita quando o narrador, segundo Nadia Gotilib (2003, p. 13) “assume a função de contador-criador-escritor de contos, afirmando, então, o seu caráter literário”. Para Gotilib, a voz do narrador, seja na forma oral ou escrita, interfere no discurso, mas, segundo a autora, “esta voz que fala ou escreve só se afirma enquanto contista quando existe um resultado de

ordem estética, ou seja, quando consegue construir um conto que ressalte os seus próprios valores enquanto conto, nesta que já é, a esta altura, a arte do conto, do conto literário” (2003, p. 13). Nesse contexto, os contos de Marcelino Freire vêm ratificar as palavras de Gotilib, uma vez que se trata de uma obra polifônica em que ecoam as muitas vozes perdidas na imensidão de um vazio social.

O livro *Contos negreiros*, de Marcelino Freire, é composto de dezesseis contos, que são chamados de cantos, porque todos têm um ritmo, uma sonoridade musical, uma cadência que alimenta a leitura e a oralidade dos textos. Cada canto apresenta uma situação de vida de quem fala, dando, à obra, um contexto de múltiplas vozes e várias realidades sociais e culturais.

É possível observar que esses contos têm um teor de revolta e de sede de liberdade. Há uma tentativa de chamar atenção dos olhares dispersos, ‘viseirados’ por uma sociedade que ainda tenta manter uma cortina de fumaça sobre a realidade social do país. São vozes de excluídos sociais que tentam mostrar suas perspectivas culturais e buscam identidade e alteridade, mostrando as muralhas invisíveis que separam as pessoas por status social, as culturas e as etnias, que não veem mais umas as outras, pelo menos como deveriam. O que se percebe na realidade social são o uso e “abuso” do humano pelo outro, numa perspectiva de coisificação do outro em benefício próprio.

Essas perspectivas ficam bem claras no primeiro conto, quando um EU sem nome e sem apresentação, e desconsiderando as regras gramaticais, a exemplo da pontuação, chama atenção: “ninguém aqui é escravo de ninguém” (FREIRE, 2010, p. 20). Esse Eu anônimo, que pode ser qualquer um que tome para si tal perspectiva, é arbitrário gramaticalmente, tem uma linguagem coloquial e certa ansiedade ao expressar as ideias, ansiedade que é percebida pela ausência de vírgulas e pontos usados como forma de parar o fluxo da leitura, a continuidade do texto, em expressões breves. Podemos inferir que a arbitrariedade gramatical remete a própria ‘insubordinação’ de falar, expressar um olhar protestador para a própria condição em

está inserido socialmente. Essa voz, na visão ideológica de uma sociedade capitalista, patriarcal, preconceituosa e desigual, seria um atrevimento.

Ao final de cada frase-parágrafo, essa voz chama atenção do ouvinte-leitor que, na verdade, não o lê, o escuta, tal é a forma como se expressa verbalmente, com gracejos e ditos de uso coloquial. Nesse palavreado, vai narrando a vida sacrificada de muitos, especialmente do negro, uma vez que usa nomes de origem africana para seus personagens como Zumbi, Obatalá, Olorum e Quelé.

Percebe-se uma tonalidade irônica no texto, que deixa bem clara as fronteiras entre sujeitos que pertencem a status econômicos distintos e, ao mesmo tempo, as diferentes visões quando se trata de lentificar valores sociais e culturais muito assimétricos: “Enquanto rainha Quelé limpa fossa de banheiro. Sabango bungo na lama e isso parece que dá grana, porque o povo se junta e aplaude Sabango na merda pulando de cima da ponte. Tá me ouvindo bem”? (FREIRE, 2010, p. 20)

Vemos que o personagem chama atenção para o fato de que a penúria social de um, pode ser um atrativo para contemplação e prazer do outro que até paga para olhar o outro ferir a própria dignidade como, no caso em questão, tomar banho em água podre de fezes para poder ganhar dinheiro para subsistência.

Vemos na trama, a desconstrução de uma figura que poderia fazer parte da realeza em outra realidade cultural, no entanto, é submetida ao trabalho que, no Brasil, na maioria das vezes, é assumido pelos negros. Percebe-se um toque de ironia e uma tentativa de apresentar a identidade ignorada, o desrespeito cultural e, sobretudo, a coisificação do homem pelo outro.

Assim, a identidade acaba assumindo uma perspectiva multiforme. Para Manuel Castells (2008, p. 22), a identidade “É a parte de significado e experiência em um povo”. Já Zygmunt Bauman (2005) observa que aquilo que nos distingue de todas as outras pessoas é o que somos e isso é identidade, embora saibamos que, como já ensina Stuart Hall (2005), a identidade não é estática, ela sofre alterações, transformações em

todo o tempo de nossa vida, uma vez que o ser humano é, por natureza, um ser em constante movimento (in)evolutivo. Assim, a identidade vai se formando e transformando ao longo da história de cada povo (coletividade) e de cada pessoa (subjetivamente).

No entanto, a obra de Freire mostra a subtração das identidades culturais de povos e de indivíduos que se “destoam” dos preceitos socialmente construídos, é uma identidade coletiva atingida pelo poder do outro. Dessa forma, reconhecer-se em si e no meio em que vive pode ser um princípio de afirmação do sujeito e de sua identidade, mas também soa como insubordinação, como se uma parte da população tivesse que cumprir o tipo de vida a que foi condicionada.

É nessa perspectiva que observamos as várias vozes expressas nos contos de Freire, numa busca de alteridade, tanto no que condiz aos movimentos da sociabilidade quanto ao que diz respeito aos processos de aculturação, como podemos observar no conto *Nossa Rainha*.

Mãe, eu quero ser Xuxa. Mas minha filha. Eu quero ser Xuxa. A menina não tem nem nove anos, fica tagarelando com as bonecas. Com as pedras do Morro. Eu quero ser Xuxa. Mas minha filha. A mãe ia fazer um book, como? Viu no jornal quanto custa. Perguntou ao patrão, no Leblon. Um absurdo! Ia bater na porta da Globo? Nunca. A menina parecia uma lombriga. Porque nasceu desmilinguida. Mas vivia dizendo, a quem fosse: eu quero ser Xuxa. Que coisa! Que doença! Ainda era muito pequena. Eu quero ser Xuxa. Quem não pode se acode. A mãe já vivia da ajuda do povo. Mas tinha de levar a menina ao cinema. Toda vez que aparecia um filme novo. O que Xuxa está pensando? O que Padre Marcelo está pensando? Que tanto disco à venda, que tanto boneco, que tanta prece! Tenha santa paciência. O Padre Marcelo a mãe trocou por um pai de santo. Esse, pelo menos, só me pede umas velas. De quando em quando, uma galinha preta. Que eu aproveito e levo daqui, quando tem réveillon. Despacho de rico só tem o que é bom. Mas a menina não tem jeito. É uma paixão que não tem descanso. Eu quero ser Xuxa. Eu quero ser Xuxa. Eu quero ser Xuxa. Um dia eu esfolo essa condenada. Deus me perdoe. Essa danada da Xuxa. Dou uma surra nela para ela tomar jeito. Fazer isso com filha de pobre. Que horror! (FREIRE, 2010, p. 73)

Vemos que o poder midiático, juntamente com as forças do capitalismo, desconstrói identidades, fomentam o consumo e tiram, muitas vezes, o sossego de famílias, como é o caso da personagem, por não poder satisfazer o desejo estimulado pela mídia, que prega sonhos como se fossem aspectos de uma realidade próxima quando, para algumas pessoas, não seria pos-

sível nem sonhar. No entanto, é difícil para a criança separar o real do imaginário, especialmente quando alguém por traz da tela da televisão tenta fazer tudo parecer normal e acessível.

Xuxa, para a menina, seria o exemplo de tudo que ela poderia almejar, e para ter ou alcançar isso, ela imaginava que teria quer ser a própria, ou seja, branca, bonita, magra, porque com as características que a menina tinha, talvez fosse impossível estar no lugar de Xuxa. Vemos que, embora a criança não saiba expressar, ela sente essa diferença e se reconhece como parte de um lugar que não condiz com o que ela vê.

Esses aspectos nos levam a observar a pluralidade e contradição em que vivem os indivíduos, uma vez que precisamos distinguir o papel social e a perspectiva individual do sujeito, ou seja, a representação do indivíduo no meio coletivo e o que ele é como ser. Nesse contexto Castells observa que:

[...] É necessário estabelecer a distinção entre a identidade e o eu que tradicionalmente os sociólogos têm chamado de papéis, e conjunto de papéis. Papeis (por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante, socialista, sindicalista, jogador de basquete, frequentador de uma determinada Igreja e fumante ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre indivíduos e essas instituições e organizações. Identidades, por sua vez, constituem fontes de significados para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individualização. Embora [...] as identidades possam ser formadas também a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os seus atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização. (2008, p. 22-23)

Percebemos que, socialmente, há diferentes formas de pensar e agir a respeito da internalização de significados culturais e sociais. Nos contos de Freire o que percebemos são situações impostas e não internalizadas, por isso a voz insubordinada dos personagens soa como um canto ou um grito. Os textos de Freire trazem abordagens socioculturais diferenciadas, com linguagem e formas que apresentam indagações, pensamentos que não imaginamos em pessoas do lado oposto ao nosso, tal qual o Eu que fala e leva o indivíduo-leitor à reflexão, ao questionamento sob vários enfoques e direções como se vê no canto ‘Curso superior’:

O meu medo é entrar na faculdade e tirar zero eu que nunca fui bom de matemática fraco no inglês eu que nunca gostei de química geografia e português o que é que eu faço agora

hein mãe não sei.

O meu medo é o preconceito e o professor ficar me perguntando o tempo inteiro por que eu não passei por que eu não passei por que eu não passei por que fiquei olhando aquela loira gostosa o que é que eu faço se ela me der bola

hein mãe não sei.

[...]

O meu medo é a situação piorar e eu não conseguir arranjar emprego nem de faxineiro nem de porteiro nem de ajudante de pedreiro e o pessoal dizer que o governo já fez o que pôde já pôde o que fez já deu a sua cota de participação

hein mãe não sei.

O meu medo é que mesmo com diploma debaixo do braço andando por aí desiludido e desempregado o policial me olhe de cara feia e eu acabe fazendo uma burrice sei lá uma besteira será que vou ter direito a uma cela especial

hein mãe não sei. (FREIRE, 2010, p. 97-98)

Veja-se que é o contexto de uma realidade que remete, como bem verifica Antonio Candido (2006), a outras realidades. Freire dá voz ao outro lado para que o leitor possa fazer juízo de valores, conhecendo as faces da moeda, uma vez que somos levados a olhar o outro de forma preconceituosa sem refletir sobre o que o levou a determinada situação.

O conto tem uma repetição paralelística linguística e semântica, cada parágrafo começa pela colocação 'o meu medo', aspecto que mostra a própria condição de vida do personagem e que enfatiza também contexto de temor ao que pode acontecer em consequência de sua cor e posição social. O medo da possibilidade de ser confundido pelas outras pessoas que se deixam levar apenas pelo que ver materialmente uma vez que existe uma imagem concretizada, estagnada sobre determinados grupos sociais.

Os parágrafos terminam com a invocação à mãe, podemos perceber que mistura-se na voz que canta, o respeito, o amor e o medo da decepção. A mãe é aquela que confia, que acredita, que ama, mas também é aquela que sofre ao ver o filho sofrer. A mãe alcança uma dimensão bem maior, quando relacionamos a indagação do personagem não só a mãe biológica, mas também a mãe entidade maior a quem pode recorrer o mero mortal em perigo, em desespero ou com medo. O canto tem uma sonoridade, um ritmo, como os outros que compõem o livro, aspectos que nos levam a observar o canto do negro, o

canto de África que remete a lamentações dos escravos em sua rotina de sofrimento.

Dessa forma, a Literatura passa através da linguagem usada, a viver outra vida, autônoma, independente do autor e da realidade da qual ele recebeu inspiração, porque os fatos que lhe deram origem se encontram historicamente enraizados. Assim, é possível render-se a outra vida, frente a historicidade criada pelo autor. Segundo Candido (2006), a análise de um texto não pode e nem deve ignorar as perspectivas social, cultural e histórica que estão essencialmente postas na literatura.

Na perspectiva social em que estamos inseridos, é preciso considerar o olhar do outro, como eu me vejo e como o outro me vê; o que eu sou e o que o outro pensa que eu sou; o que eu represento no meu grupo social e como outros grupos veem o meu grupo. Esse jogo de representações acaba por caracterizar as contradições, os equívocos e preconceitos no contexto social mais amplo, perspectivas que ficam evidentes no conto "Solar dos príncipes", em que se percebe a divisão de fronteiras, as fraturas sociais, a condição abissal das territorialidades socialmente assimétricas.

Solar dos príncipes é o segundo conto do livro, e um dos poucos contos em que encontramos uma interferência em terceira pessoa. O texto começa com a chegada de três homens e uma mulher na porta de um edifício, fato que assusta o porteiro do prédio por imaginar, levado pela aparência dos recém-chegados, que se trata de um suposto assalto, quando eles queriam apenas fazer uma reportagem sobre como os ricos se sentem sendo o que são: "A ideia é entrar num apartamento do prédio, de supetão, e filmar, fazer uma entrevista com morador [...]. O pessoal vive subindo o morro para fazer filme. A gente abre as nossas portas, mostra nossas panelas, merda." (FREIRE, 2010, p. 24)

Percebe-se, no fragmento, a inserção do outro lado da moeda, a cobrança pelos mesmos direitos ou, pelo menos, de fazer com que as pessoas que pertencem a status sociais mais elevados sintam na pele, aquilo que acham normal quando são os outros a passar por determinadas situações. As casas dos pobres são praticamente

“invadidas”, suas vidas expostas e muitas vezes espetacularizadas, para o entretenimento de muitos que veem a realidade mundana apenas pela telemática, uma vez que a própria mídia, a exemplo da televisiva, pela forma como conduz alguns fatos, cria dificuldades para que o telespectador possa, autonomamente, chegar a uma constatação. É como se mostrasse realidades de outro mundo e não do que vivemos, porque as notícias e reportagens, como bem mostra Chauí (2006), são filtradas e tendenciadas conforme interesse de quem está por trás dessas reportagens. Assim, Freire mostra como seria a situação inversa, dando voz aos excluídos que são usados, muitas vezes, para o alcance de “IBOPE”. Nesse contexto, observemos o fragmento abaixo:

A graça era ninguém ser avisado. Perde-se a espontaneidade do depoimento, O condômino falar como é viver com carros na garagem, saldo, piscina, computador interligado. Dinheiro e sucesso. Festival de Brasília. Festival de Gramado. A gente fazendo exibição no telão da escola, no salão de festas do prédio. (FREIRE, 2010, p. 25)

Vê-se que uma das propostas de Freire, em suas narrativas, é colocar um no lugar do outro, para que haja, não a piedade, mas o respeito, reduzindo as fronteiras abismais³ hipocritamente in-visibilizadas, como mostra o fragmento seguinte:

A gente não só ouve samba. Não só ouve bala. Esse porteiro nem parece preto, deixando a gente preso do lado de fora. O morro tá lá, aberto 24 horas. A gente dá as boas vindas de peito aberto. Os malandrões entram, tocam no nosso passado. A gente desabafa que nem papagaio. A gente canta, rebola. A gente oferece nossa Coca-Cola. (FREIRE, 2010, p. 25)

O conto mostra as relações contraditórias na produção de territorialidade em que se percebe, de uma parte, um território vulnerabilizado pela dependência financeira, e de outra, um território que se protege dos que são vistos como escória socioespacial. Os estereótipos depreciativos em torno da imagem do negro são muito comuns, tanto que muitos negros assumem posturas pre-

3 Quando utilizamos o termo, **Fronteiras Abismais**, estamos nos referindo ao imenso fosso socioespacial, das relações capitalistas contraditórias na produção de territórios, cujas relações sociais são, por princípio, bastante assimétricas.

conceituosas com a sua própria etnia, atitude essa tomada pelo porteiro do prédio que também é negro. O porteiro certamente não reside no condomínio, é apenas uma vítima do sistema e representa simbolicamente a condição de subordinação em que muitos negros e brancos de classes sociais mais baixas ainda se encontram inseridos. Dessa forma, os contos de Marcelino Freire provocam discussões e reflexões a respeito da sociedade que vivemos e da realidade que nos negamos a ver.

Todos esses pressupostos remetem às ideias de Boaventura de Souza Santos (2010) ao falar do pensamento abissal que permite diferentes mundos conviverem paradoxalmente juntos, evidenciando a realidade das contradições capitalistas. Nesse contexto o autor enfatiza que:

As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o ‘universo do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical, porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão e considera como sendo o outro. (B. d. S. SANTOS et al., 2010, p. 332)

As observações de Santos se evidenciam claramente nos contos de Freire em que são apresentadas as outras vozes, a visão de quem está ‘do outro lado da linha’ com bem vemos no trecho a seguir:

[...] Não tem quem goste de polícia. A gente não quer esse tipo de notícia. O esquema foi todo montado num puta dum sacrifício. Nicholson deixou de ir vender churro. Caroline desistiu da boate. Eu deixei esposa, cadela e filho. Um longa não, é só um curta. Alegria de pobre é dura. Filma. O que? Dei a ordem: filma.

Começamos a filmar tudo. Alguns moradores posando a cara na sacada. O trânsito que transita. A sirene da polícia. Hã? A sirene da polícia. Todo filme tem sirene de polícia. E tiro. Muito tiro [...] (FREIRE, 2010, p. 26)

Como não poderia faltar em ações em que se encontram presentes favelados e negros, há a presença da polícia que configura a realidade assinalada pelo porteiro ao imaginá-los como assaltantes. Tais premissas nos levam ao pensamento de Malta, ao se referir aos territórios produzidos pelas desigualdades sociais:

O desafio que representa o exercício do poder, num país em que as correlações de força produzem ter-

ritorialidades corrompidas por práticas fisiológicas, espaços em que se produzem relações de dependência e em que os direitos da maioria da população são usurpados em benefício de minorias que assumem o comando das estruturas ideológicas e tecnoburocratas que mantêm o poder. (2014, p. 288)

Dessa forma, os contos negreiros, de Marcelino Freire podem, sem dúvida, ser usados na sala de aula, uma vez que, como afirma Malta (2014, p. 289):

Com uma boa dose de criatividade do professor, [se apropriando do] conceito de território, poderá demonstrar como os agentes que produzem o espaço definem as territorialidades, no sentido de perceber para quem? como? Quais os interesses que estão em jogo na organização e produção do espaço em suas interconexões escalares que vão do local ao regional, nacional, continental e global.

Os contos em questão, nos permite observar contextos de vida que estão à margem de uma sociedade que procura dar, aos jovens, uma visão homogeneizada de vida social, na qual não estão presentes personagens como Vanicléia, do conto de mesmo nome. Essas pessoas são vistas no contexto socioespacial⁴ como esdrúxulas, e talvez por isso, a incidência do preconceito. Vanicléia é citada no conto como uma prostituta que morreu por ser maltratada pelos próprios policiais. O texto traz uma narradora, uma mulher que vivia na prostituição, mas sonhava com o casamento, porque a fizeram acreditar ser, ele, o sonho e a 'salvação' de toda mulher. No entanto, o que se percebe nesse Eu é uma completa desilusão com a vida e decepção com o homem a quem chama de marido:

Agora que valor me dá esse Belzebu? Quanto vale ele ali, na praça? Pergunta, pergunta. A vida dele é me chamar de piranha e de vagabunda. E tirar sangue de mim. Cadê meus dentes? Nem vê que eu estou esperando uma criança. Agora, disse ninguém tem ciência. Ninguém dá um fim. Mulher como eu ser tratada assim. (FREIRE, 2010, p. 42)

O conto mostra uma vida de sonhos que foram desviados e uma situação da qual algumas

4 O termo socioespacial remete as concepções de Milton Santos (2005) que se fundamenta no conceito de formação socioespacial. Nesse sentido, nos processos de reprodução social considera-se, para explicar a formação socioespacial, a evolução de uma dada sociedade, em cuja realidade capitalista se apresenta socialmente contraditória e desigual. Essa concepção, como método de abordagem, pode ser estudada examinando-se a totalidade em sua concepção histórico-concreta.

mulheres não têm como sair, apesar das inúmeras transformações já observadas no contexto histórico-social feminino. Entendemos que provocar o olhar do jovem para esses fatores, é dar a ele oportunidade de conhecer historicamente e culturalmente o mundo em que está inserido e, ao mesmo tempo, perceber mudanças ou acomodação de situações não mais aceitáveis. Do mesmo modo, a visão do personagem leva a reflexão sobre si mesmo, aceitando ou não seus argumentos e ações. Vemos, no conto, representadas pela voz da prostituta, outras tantas vozes como a mãe inconformada, a pobre marginalizada e sem perspectiva de ascensão social, a mulher espancada, e a esposa arrependida, situação que reproduzem a marginalidade de classes e de indivíduos, em contraposição a situações diferentes daquela idealmente pretendida.

É claro que o professor deve orientar o processo de leiturização dos estudantes e assim identificar quais leituras podem e devem ser feitas e, principalmente discutidas em sala de aula. No conto "Esquece" percebemos, até certo ponto, a desconstrução do imaginário social em relação à violência. O vocábulo é colocado como sinônimo de situações em que se costuma ver um dos lados como vítima, mas o conto mostra, na voz de quem está do outro lado, outra perspectiva de violência causada pela desigualdade:

Violência é carrão para em cima do pé da gente e fechar a janela de vidro fumê e a gente nem ter a chance de ver a cara do palhaço de gravata para não perder a hora ele olha o tempo perdido no rolex dourado.

Violência é a gente naquele sol e o cara dentro do ar condicionado uma duas três horas quatro esperando uma melhor oportunidade de a gente enfiar o revolver na cara do cara plac.

Violência é ele ficar assustado porque a gente é negro ou porque a gente chega assim nervoso a ponto de bala cuspindo gritando que ele passe a carteira enquanto as bocas buzina desesperadas. [...] Violência é a gente receber tapa na cara e na bunda quando socam a gente naquela cela imunda cheia de gente e mais gente e mais gente pensando como seria bom ter um carrão do ano e aquele relógio rolex mas isso fica pra depois uma outra hora. Esquece. (FREIRE, 2010, p. 31-32)

A falta de pontuação no texto denota a pressa do próprio personagem em mostrar as várias situações e, ao mesmo tempo, a pressa das ações que ele mesmo descreve como a falta de tempo do homem do carro, a forma como abordam as pessoas apressadamente e nervosos, entre

outros. É interessante observar como os espaços metropolitanos marcados ‘de um lado da linha’, como símbolo de modernidade e desenvolvimento, são “invadidos”, segundo Santos (B. d. S. SANTOS et al., 2010, p. 44) por forças opressoras, confirmando a visão abissal que, segundo ele:

Os direitos humanos são dessa forma violados para poderem ser defendidos, a democracia é destruída para garantir a sua salvaguarda, a vida é eliminada em nome de sua preservação. Linhas abissais são traçadas tanto no sentido literal quanto metafórico. No sentido literal essas são as linhas que definem as fronteiras como vedações e campos de morte, dividindo as cidades em zonas civilizadas (*gaget communities* em número sempre crescente) e zonas selvagens, e prisões entre locais de detenção legal e locais de destruição brutal e sem lei da vida.

As observações de Santos são alegadas no conto “Nação Zumbi”, que mostra pessoas que se submetem a determinadas situações como se fossem oportunidades de melhorar a vida, mas, ao mesmo tempo, vê-se a alienação e a hipocrisia dos que sempre estão do lado oposto da linha, aqueles que se dão bem nos sistemas de correlações de força:

Que merda!

Porque não cuidam eles deles, ora essa? O rim é meu ou não é? Até um pé eu venderia e de muleta eu viveria. Na minha. Um olho enxerga pelos dois ou não enxerga? Se é pra livrar a minha barriga da miséria até cego eu ficaria. depois eu ia ali na ponte, ao meio dia, ganhar mais dinheiro. Diria que foi um acidente, que esses buracos apareceram de repente, em cima do meu nariz. Quem quer ver a agonia de um doente, assim, infeliz, hein, companheiro?

Fácil é denunciar, cagar regra e caguetar. O que é que tem? O rim é meu, bando de filho da puta? Cuidar da minha saúde ninguém cuida. se não fosse eu mesmo me alimentar. arranjar batata e caruá, pirão de caranguejo. Não tenho medo de cara feia, não tenho medo.

Porque você não se preocupam com os meninos aí, soltos na rua? Tanta criança morta e inteirinha, desperdiçada em tudo que é esquina. [...] Aqui se mata mais que na Etiópia, à mingua. [...] (FREIRE, 2010, p. 54-55).

Vê-se que as perspectivas espaciais, tanto físicas quanto subjetivas, estão presentes nos contos de Freire. Assim como também, as perspectivas socioculturais das quais participam a sociedade contemporânea. Dessa forma, os dois lados da linha observados por Boaventura Santos embasam as discussões provocadas por Freire.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No texto apresentado, procuramos demonstrar, ainda que de forma seminal, que a Educação, a Literatura e a Geografia participam de um corpo integrado de conhecimento, o qual costumamos denominar de interdisciplinaridade. Nesse caso, os conhecimentos postulados desses campos de conhecimento formam um amalgama que visa a completude do conhecimento. Apesar de ser uma tarefa infundável estabelecer todas as possibilidades de ligações disciplinares, acreditamos que, agindo dessa forma, estamos contribuindo para uma formação integrada e mais significativa para os nossos estudantes.

Nesse ínterim, consideramos que as atividades pedagógicas que dirigimos aos nossos estudantes são atividades eminentemente comunicacionais e, que essa característica enseja processos interativos e processos de significação pedagógica, processos esses que consideramos de grande valor na teia de relações construídas no âmbito escolar. Obviamente, que os resultados dos processos comunicacionais no âmbito escolar vão depender muito do tipo de comunicação que se processa nesse nível e da densidade e da espessura de tais processos, ou seja, quanto maior forem os estímulos pedagógicos para a prática da comunicação integrada e significativa, melhores serão os resultados da aprendizagem.

Para promover maior espessura das reflexões, consideramos as aproximações, empírica e teórico-metodológicas entre Educação, Literatura e Geografia, em termos dos contributos para se desfrutar de conhecimentos que transitam entre esses campos de conhecimento e os benefícios que esses entrelaces produzem na aprendizagem dos nossos estudantes. Dessa forma, percebemos que o contista Marcelino Freire, tem trazido enormes contribuições ao entendimento do Homem, enquanto sujeito caracterizado por diásporas culturais e étnico-raciais.

Na obra de Marcelino Freire encontramos dezenas de contos, em que emergem múltiplos contextos socioculturais. Em perspectiva, esse autor procura dar voz aqueles que se encontram discriminados social e etnicamente. Foi possível constatar que o seu olhar se dirige para uma

crítica contundente à sociedade contemporânea e, ao mesmo tempo, convida o leitor a pensar sobre o valor da liberdade, como característica essencial ao exercício da cidadania. Nesse contexto, o autor constrói enredos que reforçam a necessidade da busca da identidade e alteridade, evidenciando as territorialidades e as fronteiras invisíveis e abissais que, em geral, coisifica o homem na sua condição de ser e de estar no mundo.

Referências

- BAUMAN, Z. **Identidade**. São Paulo: Jorge Zahar Editora, 2005.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política, Ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacao>>.
- CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz na Terra, 2008.
- CHAUÍ, M. **Simulacro e poder, uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- FREIRE, M. **Contos negreiros**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- GOTLIB, N. B. **Teoria do conto**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2003. (Série Princípios).
- HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DPA, 2005.
- LESSARD, C.; TARDIF, M. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Tradução: João Batista Kreuch. 8. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- MALTA, S. Entre a Geografia e a Literatura: inteligibilidade didático-pedagógica em mundo, linguagem e literatura ao gosto popular, de Socorro Almeida. In: FARIAS, P. S. C.; OLIVEIRA, M. M. de (organizadores). **A formação docente em Geografia: teorias e práticas**. Campina Grande: EDUEFG, 2014.
- SANTOS, B. de S.; MENEZES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DA PESCA E DA PISCICULTURA NO RESERVATÓRIO HIDRELÉTRICO DE XINGÓ, DELMIRO GOUVEIA-AL

LIMA, Janniera Mariana dos Anjos^{1,*}, SILVA, Adriana Maria Cunha da^{2,†} e TENÓRIO, Ruy Albuquerque^{3,‡}

^{1,2,3}Universidade do Estado da Bahia – UNEB

*Mestra do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana – PPGecoH da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus VIII. janniere26@hotmail.com

†Docente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana – PPGecoH da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus VIII. adricunha@hotmail.com

‡Docente do Curso de Engenharia de Pesca da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus VIII. ruytenorio@gmail.com

Resumo

A construção do reservatório para a operação da usina hidrelétrica de Xingó trouxe novas possibilidades de uso de suas águas, assim como muitos problemas as comunidades ribeirinhas do seu entorno. Diante disso, esta pesquisa objetivou realizar um levantamento no reservatório de Xingó para obtenção de subsídios necessários ao desenvolvimento de políticas públicas que culminem para uma gestão socioambiental da pesca no município de Delmiro Gouveia, Alagoas. O levantamento foi realizado entre os meses de março a dezembro de 2016, por meio de pesquisas bibliográficas, entrevistas estruturadas com pescadores de quatro comunidades ribeirinhas, coleta de peixes e conversas formais com os técnicos da secretaria municipal do meio ambiente. Os resultados mostraram que as águas do reservatório são usadas para diversos fins. A pesca é representada em sua maioria por pescadores do sexo masculino; os pescadores têm idade entre 29 e 75 anos e grande parte possui baixa escolaridade. Após a construção deste reservatório houve uma redução no número das espécies de peixes, levando os pescadores a procurarem atividades paralelas, como a piscicultura. Verificou-se que as espécies mais frequentes na pesca foram: *Plagioscion squamosissimus* (HECKEL, 1840) e *Metynnis lippincottianus* (COPE, 1870). Acerca da gestão socioambiental no setor pesqueiro, constataram-se ações governamentais nas esferas federal, estadual e municipal.

Palavra Chave: Comunidades ribeirinhas. Impactos ambientais. Pescadores.

Abstract

The construction of the reservoir for the operation of the Xingó hydroelectric plant brought new possibilities of consumption of its waters, as well as many problems for the riparian communities around it. In face of this, this paper aimed to conduct a research in the Xingó reservoir to obtain the necessary subsidy to develop public policies that result in a socio-environmental management of fishing in the city of Delmiro Gouveia, Alagoas state of Brazil. The data gathering was conducted between the months of march and October 2016, through bibliographical researches, structured interviews with the fishermen from four riparian communities, fish collection and formal conversations with the technicians from the municipal secretary of environment. The results have showed that the waters of the reservoir are used for several purposes. Fishing is mostly represented by male fishermen, with ages that vary from 29 to 75 years old, and most of them are poorly educated. After the construction of the reservoir, there was a reduction in the number of fish species, which made the fishermen look for parallel activities, such as fish-farming. It was verified that the most common species for fishing were: *Plagioscion squamosissimus* (Heckel, 1840) and *Metynnis lippincottianus* (Cope, 1870). In what concerns the environmental question in the fishing sector, governmental actions were found in the federal, state and municipal cores.

Key words: Riparian communities. Environmental impacts. Fishermen.

INTRODUÇÃO

A gestão socioambiental é o processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço com vistas a garantir a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais, econômicos e socioculturais (P. M. F. SANTOS et al., 2013).

Dentre tantas necessidades de gerir os problemas socioambientais encontram-se aqueles provocados por ações antrópicas, a exemplo do represamento de rios para a geração de energia elétrica, tornando a parte do rio (reservatório) com águas lânticas, trazendo assim limitações no uso dessas águas (TENÓRIO, 2011).

Neste aspecto, compreender os conflitos causados a população ribeirinha do reservatório de Xingó é de suma importância para que seja feita uma gestão socioambiental sustentável da pesca e da piscicultura (REZENDE et al., 2015).

Alguns pescadores estão migrando para a piscicultura, deixando uma tradição milenar, por uma questão de sobrevivência, devido à escassez de peixes no reservatório de Xingó. Entretanto, esta nova atividade pode ser sustentável ou pode ocasionar ainda mais impactos ao meio ambiente (BARROS, 2011).

Neste contexto de conflitos sociais e ambientais aos quais os ribeirinhos do reservatório de Xingó vem passando, em especial os do município de Delmiro Gouveia, a gestão socioambiental pode ser utilizada como ferramenta mitigadora destes problemas. Já necessária, haja vista que este município tem a décima maior população do Estado de Alagoas, com mais de 50.000 habitantes (IBGE, 2014).

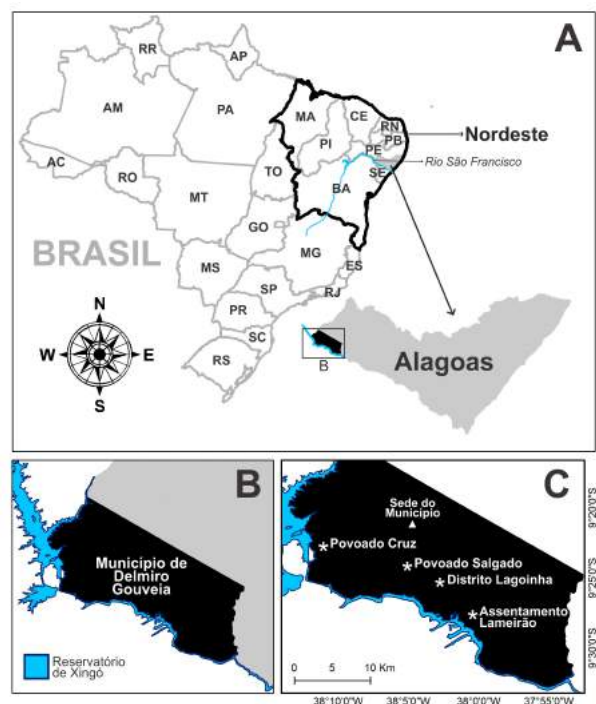
Diante do exposto, esta pesquisa objetivou realizar um levantamento no reservatório de Xingó para obtenção de subsídios necessários ao desenvolvimento de políticas públicas que culminem para uma gestão socioambiental da pesca e da piscicultura no município de Delmiro Gouveia, Alagoas.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de Estudo

A pesquisa foi realizada no município de Delmiro Gouveia-AL, nas delimitações com o reservatório de Xingó, em quatro comunidades de pescadores (Figura 1) estabelecidas nas margens deste reservatório, sendo estas as que possuem um maior quantitativo de pescadores cadastrados na colônia.

Figura 1. (A) Mapa de localização do município de Delmiro Gouveia; (B) Detalhe das margens do reservatório de Xingó nas delimitações do município; (C) Localização das comunidades de pescadores pesquisadas no município. Fonte: Mota (2017).



Coleta e Análise dos Dados

Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os impactos ambientais causados às comunidades estabelecidas na margem alagoana do reservatório de Xingó, Baixo São Francisco, em periódicos e em outros tipos de publicações, impressas e online, sendo estabelecido um período de 16 anos investigados, iniciando-se no ano de 2000 e concluído-se em 2016.

Foram feitas entrevistas estruturadas (método quantitativo) durante os meses de setembro e outubro de 2016; realizados registros foto-

gráficos com os pescadores e piscicultores que moram nas comunidades ribeirinhas da área de estudo.

Cada participante da pesquisa recebeu um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando, assim, o sigilo na divulgação das informações. Além disso, todos tiveram suas falas transcritas manualmente. A identificação científica dos peixes foi realizada através de coletas durante os meses de março a dezembro de 2016, quando os peixes eram comprados assim que capturados, uma vez por mês.

Os peixes coletados foram acondicionados, seguindo o protocolo da Coleção de Referência do Rio São Francisco (CRSF), até serem transportados para a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) campus VIII, município de Paulo Afonso, onde foram identificados cientificamente por um revisor da CRSF.

Logo em seguida, foram fixados, utilizando-se da técnica de afogamento (UIEDA et al., 1999), concluindo-se com os depósitos dos espécimes na CRSF do Campus VIII da UNEB, onde foram tombados e fornecidos os COREs de cada espécie de peixe.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia (CEP-UNEB), sob o número CAAE: 52223415.5.0000.0057, em 11/03/2016.

Resultados e Discussão

No município de Delmiro Gouveia acontece o múltiplo uso das águas do reservatório de Xingó, a saber: para abastecimento humano, dessedentação animal, irrigação, geração de energia elétrica, navegação, pesca e piscicultura, além de servir como balneário e também para a prática de esportes aquáticos e do turismo (BARROSO, 2015a).

Perfil dos Pescadores Entrevistados

Dos pescadores entrevistados, verificou-se que apresentam idade entre 29 e 75 anos, sendo que a grande maioria são idosos, com variação etária entre 61 a 75 anos (46,67%), revelando que entre os pescadores deste município a atividade pesqueira é pouco valorizada, ou seja, segundo

Santos e Sampaio (2013) a cultura da pesca não desperta o interesse dos mais jovens e nem os pescadores mais experientes querem repassar a tradição adiante, pela ausência de expectativa, ante o fato de se obter êxito na profissão.

Acerca da questão de gênero em relação aos pescadores, os dados obtidos mostram que 66,67% são do sexo masculino e 33,33% do sexo feminino. A questão da menor representatividade da mulher na pesca, condiz com Freitas et al. (2015), que demonstram que no Cânion do rio São Francisco, onde está inserido o reservatório de Xingó, 80,9% dos pescadores são do sexo masculino, enquanto que o feminino é de apenas 19,1%.

Sobre o grau de escolaridade dos entrevistados constatou-se que 66,66% estudaram até o fundamental incompleto e os demais 16,66%, são semianalfabetos e analfabetos, condizendo com Alencar e Maia (2011), os quais afirmam que 75% dos pescadores brasileiros possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Conforme Lucena e Freire (2011), este resultado, infelizmente, faz parte da realidade de pescadores de quase todos os estados brasileiros, demonstrando que a maioria destes profissionais apresenta baixa escolaridade.

Além da pesca, alguns dos pescadores tem outras atividades para complementar a renda, note-se que 30% são também agricultores e 13,33% usam da piscicultura para sobreviver, corroborando com Rodrigues (2012) quando descreve que todos os pescadores entrevistados têm a pesca como principal fonte de renda, porém, praticam outras atividades (ajudante de pedreiro, mateiro), exercidas por pouco período de tempo, para complementarem, em geral, as despesas familiares.

Impactos Ambientais

De acordo com os dados coletados, conexo ao que foi encontrado na literatura, na opinião dos pescadores o impacto que quase extinguiu a pesca no Baixo São Francisco se deu em virtude do barramento do rio para construção das Usinas Hidrelétricas (83,33%), neste caso o barramento para a operação da Hidrelétrica de Xingó.

Outros impactos como o despejo de esgotos industriais, residenciais e lixo; a construção de barracos e casas as margens do rio ficaram em segundo lugar (6,67%) e por último, a implantação de empresas de ecoturismo (3,33%).

Os pescadores entrevistados relatam que, atualmente, só pescam corvina, pacu, tucunaré e pirambebas, peixes que não tem muito sabor, porém, eles consomem porque são as únicas opções. Dentre estes, os mais capturados são *Plagioscion squamosissimus* – corvina e *Metynnis lippincottianus* – pacu, tendo sido confirmado durante a pesquisa de campo, que foram frequentes em mais de 70% das coletas.

Depois de analisados os peixes capturados, conseguiu-se identificar 11 espécies, relacionadas na Figura 2:

Figura 2. Imagens de exemplares coletados após a pescaria com identificação do nome científico, nome popular e CORE. Fonte: Autor (2016).



Legenda: Nome científico – nome popular:
 (a) *Schizodon knerii* (Steindachner, 1875) – Piau;
 (b) *Metynnis lippincottianus* (Cope, 1870) – Pacu ou CD;
 (c) *Serrasalmus brandtii* (Lütken, 1875) – Pirambeba;
 (d) *Hoplias malabaricus* (Bloch, 1794) – Traíra;
 (e) *Astronotus ocellatus* (Swainson, 1839) – Apaiari;
 (f) *Cichla* sp. – Tucunaré;
 (g) *Plagioscion squamosissimus* (Heckel, 1840) – Corvina;
 (h) *Cichla kelberi* (Kullander; Ferreira, 2006) – Tucunaré amarelo;
 (i) *Megalancistrus barrae* (Steindachner, 1910) – Acari;
 (j) *Franciscodoras marmoratus* (Reinhardt, 1874) – Caboge;
 (l) *Pimelodus fur* (Lütken, 1874) – Mandi-branco.

A PISCICULTURA COMO ALTERNATIVA A ESCASSEZ DE PEIXES NO RIO

A piscicultura veio como alternativa de substituição ou complemento das atividades tradicionais de subsistência da população local, como a pesca extrativa (CODEVASF, 1985). Quando indagados em relação à piscicultura, 70% os pescadores a percebem como uma forma de desenvolvimento sustentável para a comunidade; 13,33% disseram que é mais uma modalidade de impacto ambiental ao rio; 10% responderam que é uma nova forma de sobreviver, já que os peixes estão desaparecendo e 6,66% relataram que a criação de peixes não traz ameaça alguma ao rio.

A piscicultura é uma das atividades que mais cresce na região, segundo Ribeiro (2015) só o reservatório de Xingó produziu 1.705 toneladas de tilápia em 2014 e a margem alagoana, dessa barragem, foi responsável por 87,69% da produção de peixes. No município de Delmiro Gouveia, na margem alagoana do reservatório de Xingó, existem três pisciculturas, localizadas nos Povoados Cruz, Salgado e no Assentamento Lameirão.

Todos cultivam tilápia no sistema intensivo de produção, fazendo uso de tanques-rede para o criatório de peixes. Possuem licença ambiental emitidas pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA, sendo um fator de suma importância para a sustentabilidade local, pois segundo Sarah (2013), tal fato, demonstra conhecimento e controle por parte do referido instituto, o que, de certa forma, confere a relevância do processo da regularização ambiental aos aludidos envolvidos e seus empreendimentos.

Porém, os criadores sofrem com a inexistência de apoio técnico nas pisciculturas e a ausência do citado apoio acaba gerando descontentamentos dos mesmos, originando a desistência da atividade, o que é muito frequente no Baixo São Francisco (ARAÚJO et al., 2008).

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DA PESCA E DA PISCICULTURA NO RESERVATÓRIO DE XINGÓ

A gestão socioambiental da pesca na margem alagoana do reservatório de Xingó é feita de

forma muito pontual (SMARHCT – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, 2016). No estado de Alagoas existe o Instituto do Meio Ambiente (IMA), criado desde 1975, sendo o mais antigo órgão ambiental do Brasil (IMA, 2015).

Segundo o IMA (2015), este órgão tem como atribuições o licenciamento ambiental, fiscalização e monitoramento; educação ambiental; reconhecimento e gestão das Unidades de Conservação; gestão florestal; controles laboratoriais; proteção da flora e fauna nativas; assessorar o Conselho Estadual de Proteção ao Meio Ambiente – CEPRAM.

Porém, todas essas demandas requer uma grande quantidade de mão de obra e infraestrutura especializada, o que não condiz com a realidade deste órgão, que acaba não dando conta de todos os municípios alagoanos, principalmente no que condiz a fiscalização e monitoramento das margens do reservatório de Xingó (SMARHCT – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, 2016).

Desde 2009, criou-se um Decreto, o Monumento Natural do Rio São Francisco (MONA) que transformou o Cânion do rio São Francisco, ao qual o reservatório de Xingó está inserido, em uma Unidade de Conservação da Caatinga, com a finalidade de preservar as características naturais deste local, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza, de turismo ecológico, assim como também do setor pesqueiro na região (ICMBIO, 2009),

Conta também com a parceria da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e do Instituto de Ecologia Humana (IEH) desde 2009, que atua em algumas práticas socioambientais, através do Plano de Ação Socioambiental (PAS), que realiza palestras e oficinas de Educação Ambiental nas comunidades ribeirinhas, elevando a cultura e as tradições destas comunidades (PAS, 2016).

Ainda no ano de 2009, foi criada a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Ciência e Tecnologia, que desenvolveu alguns trabalhos que ajudaram na gestão socioambiental da pesca no município, porém pontuais,

pela falta de incentivo financeiro governamental, como: o Programa Rio com Lixo não tem Peixe, em que eram realizadas até o ano de 2016, ações de Educação Ambiental, com palestras e plantio de mudas nativas nas margens do reservatório de Xingó e o Programa Peixe Vivo, no qual foram distribuídos mais de 200.000 alevinos de espécies nativas no reservatório e de espécies de criação como tilápia e tambaqui em açudes situados em pequenas propriedades (SMARHCT – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, 2016).

Em 2015, foi criado o Conselho Consultivo do Monumento Natural do Rio São Francisco, nos estados da Bahia, Alagoas e Sergipe, com o objetivo de criar um Plano de Manejo Socioambiental nestas áreas, contemplando os usuários do território de influência da Unidade de Conservação, a saber: os setores de turismo, agropecuário, de piscicultura, de pesca. Tais atividades são praticadas por povos e comunidades tradicionais dos municípios que fazem parte do aludido monumento: Delmiro Gouveia, Piranhas e Olho D'água do Casado, ambos em Alagoas; Paulo Afonso-BA e Canindé do São Francisco – SE. Ressalte-se, também, que estão presentes na área, ações de instituições de ensino, pesquisa e extensão (ICMBIO, 2015).

Em 2016, o município de Delmiro Gouveia-AL passou a licenciar os empreendimentos de impactos locais, incluindo as pisciculturas em sua tipologia de licenças ambientais, tornando-se um instrumento de gestão socioambiental muito relevante no contexto da pesca, porque pode assegurar a sustentabilidade do reservatório de Xingó futuramente (ALAGOAS, 2016).

CONCLUSÕES

Os pescadores e os piscicultores residentes no município de Delmiro Gouveia-AL, que desenvolvem suas atividades econômicas com o pescado proveniente do reservatório de Xingó, são beneficiados com ações realizadas pelos governos federal e estadual, mas, apenas recentemente, algumas ações do citado município começaram a ser desenvolvidas em prol da tradição pesqueira e da piscicultura.

Durante o trabalho, foi possível perceber que é necessário que os órgãos ambientais tenham mais incentivo governamental, possibilitando uma melhor assistência às comunidades ribeirinhas com ações contínuas de monitoramento, educação ambiental e capacitações. Assim, as comunidades destes municípios poderão ter os impactos sociais e ambientais minimizados, evitando o abandono de suas tradições e continuando a viver sustentavelmente dos recursos pesqueiros.

Referências

- ALAGOAS. **Resolução Nº 30/2016 do Conselho Estadual de Proteção Ambiental (CEPRAM/AL):** Descentralização da Gestão Ambiental: classificação das atividades de impacto local sujeitas ao Licenciamento Ambiental pelo município de Delmiro Gouveia/AL. 2016.
- ALENCAR, C. A. G; MAIA, L. P. Perfil socioeconômico dos pescadores brasileiros. **Arquivos de Ciências do Mar**, Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 12-19, 2011.
- ARAÚJO, J. S.; SÁ, M. F. P. Sustentabilidade da piscicultura no baixo São Francisco alagoano: condicionantes socioeconômicos. **Ambiente Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 405-424, 2008.
- BARROS, A. F. et al. Caracterização da piscicultura na microrregião da baixada cuiabana, Mato Grosso, Brasil. **Boletim Instituto da Pesca**, São Paulo, v. 3, n. 37, p. 261-273, 2011.
- BARROSO, R. M. et al. A importância da organização da cadeia de valor da tilápia na gestão da crise hídrica. In: **Série Documentos**. Palmas, 2015a. v. 24. p. 48.
- CODEVASF, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. **Piscicultura no vale do São Francisco**. Brasília: Codevasf, 1985.
- FREITAS, L. O.; NOGUEIRA, E. M. S.; MOURA, G. J. B. Pesca artesanal no cânion do rio São Francisco: modo de vida, desafios e percepções. In: Petrolina: SABEH, 2015. p. 39-69.
- IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados dos Municípios**. 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=270240>>. Acesso em: 3 jan. 2015.
- ICMBIO, INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Decreto de 5 de junho de 2009**. 2009. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rio%5C%20sao%5C%20francisco.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- _____. **Portaria Nº 29, de 7 de maio de 2015**. 2015. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/mona_sao_francisco_port29_de_07-05-2015.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- IMA, INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS. **Acesso à informação institucional: apresentação**. 2015. Disponível em: <<http://ima.al.gov.br/institucional/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- LUCENA, M. M. A.; FREIRE, E. M. X. Percepção Ambiental sobre uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), pela Comunidade Rural do Entorno, Semiárido brasileiro. **Educação Ambiental em Ação**, v. 35, Ano IX, p. 60-74, 2011.
- PAS, PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL - **Chesf Sustentabilidade. Meio Ambiente**. 2016. Disponível em: <<https://www.chesf.gov.br/sustentabilidade/StyleLibraryCanal/MeioAmbiente/TextoPASRio20040612x.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- REZENDE, P. C.; OLIVEIRA, I. M. da. Descrição socioeconômica dos pescadores no Baixo São Francisco, Nordeste-Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)**, v. 17, Edição Especial, 2015.
- RIBEIRO, M. R. F. et al. A piscicultura nos reservatórios hidrelétricos do Submédio e Baixo São Francisco, região semiárida do Nordeste do Brasil. **Acta Fish. Aquat. Res.**, v. 3, n. 1, p. 91-108, 2015.

RODRIGUES, H. J. N. **Impactos da construção das usinas hidroelétricas PA IV e Xingó na pesca em Olho d'água do Casado-AL: dinâmica do conhecimento popular e resiliência cultural.** 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Paulo Afonso.

SANTOS, E. C.; SAMPAIO, C. L. S. A pesca artesanal na comunidade de Fernão Velho, Maceió, (Alagoas, Brasil): de tradicional a marginal. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, Alagoas, v. 13, n. 4, p. 513–524, 2013.

SANTOS, P. M. F.; PORTO, R. B. Gestão Ambiental como Fonte de Vantagem Competitiva Sustentável: Contribuição da Visão Baseada em Recursos e da Teoria Institucional. **Revista de Ciências da Administração**, Alagoas, v. 15, n. 35, p. 152–167, abr 2013.

SARAH, M. G. M. et al. Aspectos da atividade de piscicultura praticada por produtores rurais no município de Cruzeiro do Sul – Acre. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 9, n. 16, p. 568–576, 2013.

SMARHCT – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE RECURSOS HÍDRICOS, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA. **Gestão Socioambiental da Pesca no município de Delmiro Gouveia-AL: Informações obtidas através do próprio autor, Analista Ambiental (Engenheiro de Pesca) da secretaria.** 2016.

TENÓRIO, R.A. **Biorremediação em ambientes límnicos eutrofizados com a utilização de *Dendrocephalus brasiliensis* Pesta, 1921 (Crustacea: Anostraca: Thamnocephalidae) e seu aproveitamento na aquicultura.** 2011. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

UIEDA, V. S.; CASTRO, R. M. C. Coleta e fixação de peixes de riachos. **PPGE-UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 01–22, 1999.

HOMENS E ESPAÇOS: UMA ANÁLISE DO ROMANCE CLARA DOS ANJOS, DE LIMA BARRETO

BESERRA, Eduardo de Lima^{1,*}, SILVA, Rodrigo Selmo da^{2,†} e ALMEIDA, Maria do Socorro Pereira de^{3,‡}

^{1,2,3}Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UFRPE/UAST

*Graduandos em Letras pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UFRPE/UAST. Membros do PET Letras.

‡Doutora em Literatura e Cultura, professora adjunta II da UFRPE/UAST. socorroalmeidalettras@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo fazer um estudo a respeito da multidimensionalidade do espaço na obra *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, tendo como fundamento a presença das personagens na conjuntura da obra. De modo introdutório, apresentaremos alguns dados referentes ao romance a fim de que o leitor tenha uma melhor compreensão da obra em questão. Para podermos analisar os diferentes espaços presentes no romance. Abordaremos algumas reflexões relacionadas ao espaço narrativo, observando não só o espaço físico, mas também as perspectivas sociais, culturais étnicas que estruturam e, assim como unem, também separam pessoas, grupos e comunidades, transformando e fragmentando os espaços fronteirios, embora essas muralhas estejam, muitas vezes, subjetivadas ou cobertas por ações hipócritas e cruéis. Dessa forma, busca-se na obra em questão, observar como esses aspectos são revelados e transformados em diferentes espaços para diferentes indivíduos. Tais aspectos serão vistos a partir da vivência e com-vivência dos personagens e as relações que mantêm com a singularidade dos ambientes. Entre outros estudiosos que nos apoiaram no desenvolvimento da pesquisa, contamos com Candido (2006), Santos; Oliveira (2001), Reuter (2004), Santos(2007). Com a pesquisa, foi possível observar que a análise dos espaços de vida no âmbito da ecologia humana, nos mostra muito mais do que os olhos percebem e que a vida em sociedade tem muitos mais fronteiras do que os limites supõem.

Palavra Chave: Literatura. Espaços. Sociedade. Ecologia Humana.

Abstract

This paper aims to analyze the multidimensionality of space in the novel *Clara dos Anjos*, by Brazilian author Lima Barreto, basing on the presence of the characters in the context of the work. As an introduction, we present some data referring to the novel, in order to offer the reader a better comprehension about the referred work. To analyze the different spaces shown in the story, we approach a few reflections related to the narrative space, observing not only the physical space, but also the social, cultural and ethnical perspectives that found and, as much as they unite it, they also separate people, groups and communities, transforming and fragmenting the bordering areas, although these walls are often veiled by hypocritical and cruel actions. This way, it is sought in the referred novel to observe how these aspects are revealed and transformed into different spaces for different individuals. Such aspects are seen through the experience and interaction of the characters, and the relationships they keep with the singularity of the environments. Among the authors that guided the development of this research, are Candido (2006), Santos; Oliveira (2001), Reuter (2004), Santos(2007). Thanks to the research, it was possible to observe that the analysis of life spaces in the Human Ecology field shows us much more that the eyes can see and that life in society has many more borders than the limits suppose.

Key words: Literature. Spaces. Society. Human Ecology.

INTRODUÇÃO

O romance *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, foi publicado pela primeira vez em 1948, mais de vinte anos após a morte do escritor. A obra suscita problemáticas de ordem social, política e econômica no começo do século XX. Nela, narra-se a história de Clara, uma jovem pobre e mulata que, com os pais, Engrácia e Joaquim, vive no subúrbio do Rio de Janeiro. Engrácia é dona de casa, sedentária e religiosa – sempre preocupada com a moral de seu lar, bem como em superproteger a filha dos infortúnios terrenos e 'morais'.

Joaquim é carteiro e tem forte ligação com a música e um de seus deleites é atravessar as tardes de domingo, jogando baralho com seu compadre Marramaque e seu amigo Eduardo Lafões.

Apesar de todo o anteparo conferido à Clara, embasado nos preceitos da moral e da religiosidade, Clara, sob lampejos de insensatez, oriundos da proteção/domínio esmagador exercido sobre ela, acaba engravidando de Casse Jones – um rapaz considerado “malandro sedutor”, um afronte aos bons costumes velados, principalmente, na conjuntura familiar da jovem. Ao saber do desfecho que lhe era desfavorável, Cassi desaparece, deixando Clara à mercê da desventura tão conjurada por sua mãe e pregada pela hipocrisia social. Abandonada, a fim de solucionar o problema e reaver sua condição respeitosa perante a família e a comunidade em que vivia, Clara decide realizar o aborto. Para isso, a jovem recorre à dona Margarida, amiga da família Anjos, para solicitar um empréstimo. Contudo, Margarida, tendo a confissão de Clara, decide revelar o fato à Engrácia e a Joaquim, sugerindo que os pais de Cassi sejam responsabilizados pelo dano moral.

Resoluta a procurar a família de Cassi, Clara deseja a retratação do brio que pairava sobre a família Anjos, entretanto, uma zona de conflito se institui quando a mãe do rapaz, Dona Salustiana, encara a situação com indiferença e menosprezo. Para a senhora, era inconcebível

qualquer vínculo entre o filho e uma mulata, ainda por cima, pobre. A mulher também ponderava, em sua mesquinhez, se a situação, de fato, era verdadeira. Afinal de contas, para Salustiana Azevedo, mulheres como Clara dos Anjos não tinham outra intenção a não ser de casar com rapazes tidos como nobres com o intuito de ascenderem socialmente.

Clara dos Anjos, humilhada, parecia agora ter noção exata da posição que assumia na sociedade. Fora preciso ser reprimida severamente para compreender que não fazia parte de uma parcela favorecida na sociedade e que não poderia ocupar o espaço de esposa em uma família como a de Cassi Jones, fato que a mãe dele fazia questão de enfatizar. Como as demais moças atingidas pelo mesmo revés, concepções gerais as definia socialmente: mulatas, pobres, suburbanas e vulneráveis. Ir de encontro a isso, requeria educar o caráter e se munir de uma potência capaz de desbancar a presunção masculina, burguesa e branca insuflada pela ingenuidade dessas mulheres.

O romance de Lima Barreto coloca em xeque a situação de miséria e das injustiças por que passavam as pessoas que habitavam os subúrbios, espaços geralmente distantes dos núcleos das grandes cidades, aspectos que não estão distantes da realidade social atual. Nesses lugares, os sujeitos eram ignorados pelos governantes, não eram pensados em função de políticas públicas, assim, estavam à mercê dos males terrenos que aplacavam suas existências, como as graves doenças resultantes da falta de saneamento básico, água potável e condições para boa alimentação, por exemplo. Parece que nada ou pouca coisa mudou com relação as políticas públicas em relação aos mais carentes, pois a condição de semelhança com o que se vê atualmente é gritante. No subúrbio estavam e ainda estão as pessoas condenadas aos infortúnios da vida, entregues ao acaso.

Diante desses aspectos, o trabalho intenta investigar a citada obra, observando como os espaços físicos e imateriais se revelam a ponto

de separar os indivíduos que muitas vezes se diferenciam pela cor da pele, pelo lugar de origem, pelo poder aquisitivo entre outros fatores que ditam qual ‘lugar’ os indivíduos ocupam na sociedade. Dessa forma, o nosso olhar não vai só para o ambiente físico, mas também para as posições e condições dos personagens tanto nos grupos sociais que integram quanto perante a sociedade como um todo. Nesse contexto é importante observar a condição de Clara dos Anjos como mulher negra numa sociedade patriarcal, burguesa e ideologicamente branca.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo que dar-nos a liberdade de observação, inferência e discussão, bem como argumentação sobre o assunto tratado. Nessa perspectiva, perpassamos pelos estudos da crítica literária, dos estudos culturais, da Ecologia humana, bem como de outros campos do saber como a filosofia, sociologia entre outros.

Começamos traçando algumas considerações sobre o espaço na literatura e considerações dos espaços na obra. Seguindo a linha de pensamento, observamos nos personagens, suas ‘qualificações’ e como isso implica um determinado espaço social e passamos a observar a questão feminina em relação às perspectivas socioespaciais na obra.

O ESPAÇO NA LITERATURA

Em virtude de seu caráter heterogêneo, conceituar espaço, no âmbito da literatura, não é tarefa simples. Isso se deve a dois motivos preponderantes: o primeiro diz respeito às ambivalências da concepção de que essa categoria narrativa é uma representação da realidade, o segundo se refere à forma como os espaços e/ou lugares são projetados na ficção.

De modo geral, diz-se que a arte é uma representação da realidade. Como a literatura está inserida no campo das artes, ela também deve assumir o papel de traduzir aquilo que está determinado fora da ficção. Para Candido (2006), não é errôneo, em todo caso, assumir que, em certa medida, um texto literário seja capaz de exprimir em sua tessitura, aspectos do contexto no qual foi produzido, afinal de contas, as coi-

sas não são completamente inéditas e neutras. Nesse sentido, a literatura é capaz, de modo fracionário, de fazer referimentos a certos traços de um objeto. Sendo assim, Santos e Oliveira sublinham que:

A literatura pode agir de duas formas básicas. Pode pretender atuar como um espelho plano, alimentando a ilusão de que é capaz de mostrar a realidade como ela é. Esse é o caso do Realismo, movimento literário difundido na segunda metade do século XIX, mas cujos princípios ‘realistas’ podem ser encontrados em épocas diversas. A segunda possibilidade, oposta à primeira, é a literatura assumir-se como espelho deformante, com a intenção de deslocar a imagem que a sociedade tem de si mesma (2001, p. 72-73).

Como pontuam os citados autores, reiterar não sugere, necessariamente, “produzir novamente”, contudo, o respaldo da realidade sensível permite a elaboração de uma realidade nova, constituindo, assim, a ficção. No tocante a isso, o insólito é elaborado a partir da fragmentação daquilo que já existe, das imagens que os sujeitos já estão acostumados a ver.

Por outro lado, no tocante à textualização do discurso narrativo, Reuter (2004) assinala que a decorrência do real está mais atrelada à exposição textual do espaço do que à sua realidade. À luz disso, “nos prenderemos às descrições, à sua precisão, aos elementos típicos, aos nomes e às informações que remetem a um saber cultural recuperável fora do romance, aos procedimentos realizados para produzir este efeito realista” (REUTER, 2004, p. 59). Nessa acepção, o romance ocasiona, tão somente, a impressão da manifestação do real. Ademais, o autor ainda coloca que “as funções dos lugares são múltiplas e que estes lugares se organizam, formam sistemas e produzem sentido. Frequentemente, eles delimitam os campos das personagens” (REUTER, 2004, p. 59).

Colocado isso, mas não de forma cabal, o outro problema a respeito da definição de espaço concerne à maneira como ele é expresso nas malhas da narrativa. Nesse ponto, ganham relevo as considerações estabelecidas entre espaços e personagens, haja vista que estes são construídos, reelaborados ou localizados em função daqueles. Nesse sentido, Santos e Oliveira (2001), argumentam que o espaço é um conjunto de indicações concretas ou abstratas constitutivo de

um sistema variável de relações.

Assim, significa dizer que os espaços são projetados mediante condições pré-determinadas, isto é, quando um personagem é concebido em uma narrativa, ele precisa ser circunscrito em função de algum aspecto, que é forjado no sistema de relações. Ao demarcar uma série de caracterizações psicológicas para um personagem, cria-se um espaço existencial, por exemplo. Em caso análogo, traçar as características de personagens figurativamente institui um espaço de caráter físico. De acordo com Santos e Oliveira (2001), essas ponderações ocorrem em outros planos, como o temporal, o social e o linguístico.

Em razão disso, os espaços são entendidos e alicerçados pelos sentidos humanos, pois, “o espaço seria, em primeiro lugar, aquilo que podemos perceber através do nosso corpo. O espaço que ocupo seria, especialmente, aquele que vejo” (SANTOS et al., 2001, p. 68), nessa perspectiva, os espaços são valorados, porque a conceitualização das coisas se dá por meio da existência humana, esta é tomada como referência para a organização da realidade em que estamos situados. Contudo, no que se refere ao texto literário, alguns ‘vacilos’ são necessários.

No momento da leitura de uma narrativa literária, transplantamos, para o texto, essa nossa tendência. Sim, sabemos que se trata de um universo ficcional, mas tentamos identificar espaços que sejam concretos para os seres que habitam tal universo. A literatura, entretanto, propõe que se questione a primazia dos espaços concretos sobre outros tipos de espaços – comumente denominados de subjetivos, imaginários, ficcionais, abstratos, etc. [...] A literatura costuma interrogar a certeza que possuímos quando acreditamos na *concretude* dos espaços. Não se trata de negar a existência do espaço físico, mas de chamar atenção para o fato de que é impossível dissociar, do espaço físico, o modo como ele é percebido (SANTOS et al., 2001, p. 69)

Vemos que aí entra a perspectiva da ecologia do espaço vivido e também da condição de se adequar, aceitando ou não, o contexto de determinados lugares. Parece ser uma provocação na ficção para uma possível reflexão sobre o espaço não só como um cenário solto e estático, mas como algo que representa e, muitas vezes até se confunde com o personagem, haja vista que além de estar condizente com a condição desses personagens no mundo, também remete ao ‘espaço’ sócio-cultural-político a que são,

ideologicamente colocados, os indivíduos em sociedade. Nesse aspecto, Lins assevera que:

[...] o espaço, no romance, tem sido – ou assim pode entender-se – tudo que, intencionalmente disposto, enquadra a personagem e que, inventariado, tanto pode ser absorvido como acrescentado pela personagem, sucedendo, inclusive, ser constituído por figuras humanas, então coisificadas ou com a sua individualidade tendendo para zero [...] (LINS, 1976, p. 72).

Vemos que a fala do citado autor nos leva para o contexto da obra estudada, uma vez que os personagens enredados por Lima Barreto, em *Clara dos Anjos*, estão em cumplicidade com os espaços que ocupam, tanto no aspecto físico quanto no que diz respeito ao contexto social, como se um representasse o outro.

Sendo assim, sensíveis ou abstratos, os espaços são os suportes que permitem o leitor de um texto literário acessar determinadas particularidades de outros componentes narrativos, como o tempo, a voz narrativa, os contextos socioculturais e as singularidades individuais dos personagens. Correntemente, espaços de natureza fechada costumam ser palcos de conflitos internos constantes, principalmente quando o tempo é psicológico. Em contrapartida, espaços abertos dão mais vazão a determinações gerais, como, por exemplo, o processo descritivo de um vilarejo.

Um tipo de espaço não suplanta o que é próprio do outro ou mais expressivo nele. Nos espaços abertos, a título de exemplo, dependendo do foco narrativo e da arquitetura das personagens, pode e/ou deve haver conflitos extremos, porém pontuais, em virtude dos traços das personagens das ações. Nesse tipo de espaço, o tempo tende à variabilidade.

Posto isso, é possível dizer que “nossa percepção do espaço físico é, assim, mediada por valores. A literatura é capaz de mostrar que esses valores não são imutáveis, podem ser constantemente repensados e redefinidos” (SANTOS et al., 2001, p. 69). Ratifica-se que os espaços na literatura representam a realidade em uma escala mensurável, porquanto há elementos que são intrínsecos tanto ao autor, o estilo, quanto aos paradigmas ao qual o texto literário tende a atender em uma dada época.

Espaço e Espaços em Clara dos Anjos

A Narrativa começa contando a vida de Joaquim dos Anjos, pai de Clara, a origem dele e como chegou até aquele lugar onde agora vivia. A história traz os espaços físicos bem delineados e estritamente descritos, como uma necessidade por parte do narrador, de dizer algo além do que o espaço alcança, ou seja, de apresentar os espaços ruas, casas, e condições de vida dos personagens numa fusão de um todo coeso e ao mesmo tempo discrepante do resto do mundo que o rodeia.

A rua em que estava situada a sua casa se desenvolvia no plano e, quando chovia, encharcava e ficava que nem um pântano; entretanto, era povoada e se fazia caminho obrigado das margens da Central para a longínqua e habitada freguesia de Inhaúma. Carroções, carros, autocaminhões que, quase diariamente, andam por aquelas bandas a suprir os retalhistas de gêneros que os atacadistas lhes fornecem, percorriam-na do começo ao fim, indicando que tal via pública devia merecer mais atenção da edilidade. (BARRETO, 1948, p. 5)

A forma como o espaço é disposto na narrativa, constitui um aspecto vívido e ao mesmo tempo amorfo, a vida pela frequência dos personagens e transeuntes e amorfo pelas condições sub-humanas de habitação. Os personagens têm seus sentidos determinados pelos espaços no qual estão inseridos e/ou pelos quais transitam. Tais personagens não são apenas resultado de uma configuração verbal, instituída pelo ponto de vista do narrador. Desse modo, as ações e os significados que eles adquirem na obra são consequência do diálogo concreto e/ou abstrato que conservam com a ambientação.

Embora o espaço do romance se mostre, por meio de impressões, aberto, quando é observada a composição do subúrbio na obra, depreende-se que ele tende a se fechar em determinados momentos que predominam na obra. Isso se justifica pela estrutura das moradias, pois “há casas, casebres, barracões, choças, por toda a parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas” (BARRETO, 1948, p. 38), pelos becos lamacentos, pelos atalhos e pelo fato de o subúrbio se constituir como um ninho – lugar onde todos os infelizes se aninham quando tudo se perde, quando a esperança se desvanece na atmosfera densa da

existência humana. Além disso, “há verdadeiros aldeamentos dessas barracas, nas coroas dos morros, que as árvores e os bambuais escondem aos olhos dos transeuntes” (BARRETO, 1948, p. 38). Ademais, os conflitos recorrentes nas personagens corroboram os aspectos do espaço.

Os momentos de conflitos, medo e anseio vividos por Clara retratam a concepção de um espaço fechado, não só no sentido material, como o quarto por exemplo, mas também do fechamento de sua liberdade enquanto indivíduo e enquanto mulher. Os grupos/comunidades apresentadas no contexto narrativo, faziam parte de espaços específicos que representavam a posição social dos personagens.

A família de Clara dos Anjos vivia em um lugar apertado, abafado não apenas pelo tamanho, mas também pela pobreza e pela opressão vivida pelos que viviam em espaço ditos privilegiados, como é o caso da família de Cassi Jones que, embora não tivesse condições tão superiores, vivia em uma rua calçada e uma casa solta e bem maior do que as da vila onde morava Clara, esse aspecto fazia com que a mãe de Cassi Jones, que ostentava uma ancestralidade burguesa, se sentisse superior aos demais, especialmente aos familiares de Clara, que tinham o ‘agravante’ de serem negros.

Os aspectos acima, coadunam com ideias de Boaventura de Souza Santos (2007), ao observar que a sociedade vive dividida por linhas abissais. O autor reconhece que as perspectivas separatistas que alimentavam o pensamento colonial ainda subsistem na sociedade moderna e constituem a vivência político-social e cultural atual. Dessa forma, é importante observar o autor quando diz que as linhas abissais:

Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o “outro”. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo “deste lado da linha” só prevalece na

medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética. (SOUZA SANTOS, 2007, p. 71)

Vemos que no contexto social, o tempo é um aspecto, por vezes ignorado quando se trata de atitudes e ideologias que envolvem valores humanos, sociais, ambientais entre outros. A narrativa de Barreto evidencia os ‘cortes’ sociais por linhas aparentemente invisíveis, mas que delimitam a condição dos indivíduos sem perceber o valor humano. Assim, as linhas que dividem os aspectos étnicos, de gênero e intelectuais entre os humanos, são as mesmas que dividem, desde muito tempo, o humano e o que ele entende como natureza, uma vez que ao separar-se dela, pode apropriar-se e usá-la conforme seus interesses assim como há o uso do homem pelo homem.

Veja-se que a família de Clara se acomoda em uma condição sem perceber que aquilo não seria destino, mas desigualdades criadas pelo homem. O lugar insalubre muitas vezes mostrado na obra, por onde caminhavam os personagens suburbanos, condiz exatamente com a posição ocupada por eles na sociedade, ou melhor como a outra parte da sociedade os via. O personagem Marramaque que se desvia, por assim dizer, dessa perspectiva, é tirado de circulação. Marramaque tem deficiência nas pernas, fato que também contribui para que seja visto como algo asqueroso ou indecoroso por pessoas como Cassi Jones. No entanto, o padrinho de Clara não se rendia ao infortúnio “Tendo vivido em rodas de gente fina – como já vimos – não pela fortuna, mas pela educação e instrução; tendo sonhado outro destino que não o que tivera; acrescentando a tudo isto o seu aleijamento – Marramaque era naturalmente azedo e oposicionista” (BARRETO, 1948, p. 8).

Esse personagem aparece, por várias vezes, caminhando em ruas ermas, fato que mostra o posicionamento dele em relação aos demais personagens, como se estivesse só, em seu modo de pensar, bem como sua solitária condição como deficiente. Esse senhor vai de encontro ao ego-centrismo de Cassi Jones, no tocante aos desejos dele por Clara então Cassi, ao sentir que

o padrinho da menina poderia ser um empecilho, o mata. Esses fatores colocados sobre espaço/personagem e vice-versa na obra, se assevera nas palavras de Lins ao dizer que: [...] “mesmo a personagem é espaço” [...] ou mesmo quando afirma que “[...]Tudo na ficção sugere a existência de espaço” (LINS, 1976, p. 69).

Nesse aspecto, ficam claras na obra barretiana, as fronteiras entre as classes e, ao mesmo tempo, as diferentes visões quando se trata de observar valores sociais e culturais de classes vistas como subalternas. Como bem observa Lins: “entre as criaturas de Lima Barreto, ainda é Clara dos Anjos o romance onde mais se manifestam oposições entre indivíduo e indivíduo”. (LINS, 1976, p. 51). Pela fala de Lins, observamos que a perspectiva da desigualdade de classes, bem como do modo de tratamento entre indivíduos coisificados e coisificantes é evidente na obra em apreço.

QUALIFICAÇÕES DAS PERSONAGENS CENTRAIS EM CLARA DOS ANJOS

Em *Clara dos Anjos*, o narrador é onisciente, não participa das ações decorrentes na história, contudo, tem elevada compreensão do tempo, do espaço e das particularidades das personagens. Por outro lado, vez ou outra, esse narrador se inscreve na narrativa a fim de demarcar sua função de supremacia em relação a tudo que narra e apreende.

O estado de irritabilidade, provindo das constantes dificuldades por que passam, a incapacidade de encontrar fora do seu habitual campo de visão motivo para explicar o seu mal-estar, fazem-nas descarregar as suas queixas, em forma de desaforos velados, nas vizinhas com que antipatizam por lhes parecer mais felizes. Todas elas se têm na mais alta conta, provindas da mais alta prosápia; mas são probíssimas e necessitadas. Uma diferença acidental de cor é causa para que se possa julgar superior a vizinha; o fato de o marido desta ganhar mais do que o daquela é outro. Um ‘belchior’ de mesquinhas açula-lhes a vaidade e alimenta-lhe o despeito. (BARRETO, 1948, p. 38).

No excerto acima, o narrador se insere no estado das coisas quando enuncia que “cada um de nós [...] tem que meditar [...] sobre o angustioso mistério da morte, para poder responder cabalmente [...] sobre o emprego que damos à nossa existência” (BARRETO, 1948, p. 49). Nesse trecho, a voz narrativa faz reflexões

acerca da importância de meditar a respeito do existir, bem como, implicitamente, dos significados que devem ser dados à vida. Essa postura ponderativa se propagada em várias passagens do romance e cria um espaço de especificidade psicológica, pois ressoa considerações sobre aspectos existenciais.

Clara dos Anjos se desenha como personagem central na narrativa e se configura em qualificação diferencial¹ pelas caracterizações e classificações que lhe são conferidas, mas também é definida por distribuição diferencial, a julgar pela frequência com que ela aparece na narrativa. Isso implica dizer que, embora seja um personagem central na história, Clara é apresentada ao leitor em momentos estratégicos.

Nos termos da onomástica, estudo da significação dos nomes em um texto, segundo Reuter (2004), o nome Clara designa retidão, inocência, honestidade ou anulação de opacidade. “Clara era de uma natureza amorfa, pastosa, que precisava de mãos fortes que a modelassem e a fixassem [...] sem ser leviana, era, entretanto, de um poder reduzido de pensar, que não lhe permitia meditar um instante sobre o destino [...] e tirar elações e conclusões” (BARRETO, 1948, p. 49).

No fragmento acima, a personagem é adjetivada pelos vocábulos “amorfa” e “pastosa”. Tal determinação se deve a fatores estruturais vigorantes na época ao qual o romance se reporta. Clara dos Anjos, como todas as mulheres de sua progênie, foi privada de educação escolar, desse modo, acabou sendo reduzida às incompreensões e aos cuidados desmoderados dos pais, Engrácia e Joaquim. Por não ter podido acesar a heterogeneidade das relações, bem como sofrer o influxo das experiências diversas, a jovem do subúrbio carioca ficou estagnada numa credulidade elementar.

Nesse sentido, a singeleza ganha realces na figura de Clara, como também reforça o discurso tirânico da necessidade da imagem masculina em um processo de refinamento ou subjugação

da mulher, haja vista a adjetivação “amorfa” e “pastosa” não ser empregada despreziosamente. Assim sendo, Clara mimetiza dois tipos de opressão: a primeira se refere aos impedimentos que as mulheres tinham dentro das conjunturas sociais no início século XX; a segunda tem relação com o grupo social ao qual a personagem pertence – um povo calcado, ausente de voz, anulado da educação formal e que não dispunha de forças para ir de encontro às injustiças às quais estava submetido.

Além disso, encontra-se em Clara dos Anjos um conflito alusivo aos fatalismos de um cuidado exacerbado – ela era, excessivamente, protegida pelos pais que, ao formarem uma unidade extremamente estável, acabavam reforçando o silêncio genuíno do povo subjugado, e também avigoravam um constructo de passividade e maleabilidade forjadas em meio às sujeições.

Por outro lado, é importante ressaltar a ironia do que o nome Clara dos Anjos insinua uma vez que no imaginário social a clareza vem de leveza, limpeza, beleza e tudo mais de positivo. O sobrenome dos Anjos ainda a coloca na aura a candura que lhe fora tirada pelo seu sedutor. Socialmente, Clara perdeu a pureza, passou de virgem donzela e pura, a uma mulher perdida e sem nome, esses conceitos são cultivados ainda hoje por muitas pessoas. O nome de Clara ainda remete ao de santa Clara que, antes de se tornar franciscana, fugiu de casa e acabou por entrar em uma capela onde foi recebida por São Francisco, que lhe cortou os cabelos e ela passou a fazer parte da corrente dos franciscanos, por isso também é conhecida como Santa Clara de Assis.

Cassi Jones, por sua vez, também possui um nome ironicamente formulado, uma vez que o autor tentava, nas suas obras, criticar a perspectiva do excesso de estrangeirismo, muitas vezes usados como tentativa de mostrar status social. Esses aspectos condizem com o comportamento de dona Salustiana, mãe de Cassi, que tentava manter ou mostrar um status que, na verdade, não condizia com a realidade vivida.

Os pais de Clara, Engrácia e Joaquim dos Anjos, representam, metaforicamente, na organização do subúrbio, a família patriarcal, pois con-

1 Ver distinções e hierarquizações das personagens, propostas por Philippe Hamon, em Introdução à análise do romance, de Yves Reuter, 2004.

catenam diversas características que apontam para isso, como o diálogo cabalístico que um ou outro componente da família mantém com os preceitos religiosos e pela valorização dos bons hábitos e costumes, definidores de uma moral desejável e admissível dentro de padrões rigorosos de uma época atravessada por mudanças em diversos âmbitos, como é comum ocorrer no âmbito econômico.

Na condição de carteiro, Joaquim dos Anjos é o único a trabalhar fora de casa, tem o poder de tomar decisões relacionadas ao rumo e às estabilidades da família, porta bom caráter e se relaciona amistosamente com os membros da comunidade. As relações imbricadas entre personagens constituem um espaço social.

Engrácia dos Anjos, firma-se como uma típica dona de casa, em que pese tenha tido boa educação, assimilado padrões de comportamentos e condutas senhoris – dadas as condições em que nasceu e foi criada –, optou pela satisfação particular de um matrimônio, pela construção de um antro familiar. Essa tomada de decisão se deve, talvez, à apropriação, por parte de Engrácia, de crenças indignas relacionadas à imagem da mulher e à sua submissão reforçada nos traslados das sociedades do início do século XX.

Dona Margarida, imigrante alemã, viúva, apodera-se de relevâncias inegáveis na obra. Ela migrou para o Brasil em virtude das possibilidades favoráveis às sobrevivências sua e de seu filho de 14 anos, após a morte do esposo. Margarida se assemelha ao espectro da afeição e da reverência àquilo externo aos padrões brasileiros e é analisada sob uma ótica divergente da qual a maioria das mulheres do período retratado no romance não eram visualizadas. No tocante a isso, a viúva alemã “tinha [...] um temperamento de heroína doméstica” (BARRETO, 1948, p. 20).

Margarida é próxima à família Anjos, assim, ficam mais evidentes os contrastes de caracteres encerrados pelo que as personagens em contato representam. Ela “[...] Gostava muito da família do carteiro, mas, no seu íntimo, julgava-os dóceis demais, como que passivos, mal armados para a luta entre os maus e entre as insídias da vida” (BARRETO, 1948, p. 65). Essas relações

dão ênfase ao espaço de natureza social.

A maior parte das ações e dos deslocamentos na narrativa, se dá em função do personagem Cassi Jones, ele se distingue e se categoriza em qualificação diferencial (é descrito socialmente, fisicamente e psicologicamente), distribuição diferencial (frequência em que aparece na narrativa) e autonomia diferencial (aparece só ou acompanhado de outras personagens).

Cassi é concebido como leviano, hediondo, ardidoso e indiferente, posto que não se consterne em situações de caos das quais é protagonista, assim como preza, unicamente, pelos seus interesses torpes. Para além desses predicativos completamente aflitivos, o jovem rapaz é recebido pelas famílias que velam pela moral, por uma ética desvanecida de situações conflitantes. Este personagem assume uma posição de ser desejante perante o recato e a vulnerabilidade das mulheres casadas e, precipuamente, das moças pobres e mulatas.

[...] Este rapaz é um perverso, é sem vergonha. Eu sei o nome das outras. “Olhe: a Inês, aquela crioulinha que foi nossa copeira e criada por nós; a Luísa, que era empregada do doutor Camacho; a Santinha, que ajudava a mãe a costurar para fora e morava na Rua Valentim; a Bernarda, que trabalhava no ‘Joie de Vivre’ (BARRETO, 1948, p. 7).

Cassi foi educado basicamente pela mãe, Salustiana Azevedo, pois o pai, Manuel, precisava trabalhar praticamente dia e noite para suprir as necessidades básicas e, também, as extravagâncias da família. Embora fosse uma espécie de princípio da época, o rapaz não recebeu formação moral do pai. Somando comportamento radical e anarquista de Cassi, manifestado desde idades tenras, aos cuidados excessivos da mãe, Cassi se resvalou de inúmeros problemas resultantes de suas práticas repulsivas. Por causa de seu caráter pernicioso, Cassi Jones era deixado um pouco de lado por parte do pai e das irmãs, das situações de gozo e de bonança da família Azevedo.

Salustiana Baeta de Azevedo e Manuel Borges de Azevedo exprimem um paradoxo notável na obra: apesar de se firmarem como uma família tradicional em conformidade com os padrões estabelecidos à época, a família não possuía caracteres patriarcais, uma vez que a moral não

pairava absolutamente entre eles e, nesse caso, Manuel detinha forças muito reduzidas em seu lar, e dona Salustiana tomava decisões imperiosas ao que se refere aos interesses da família e do filho, Cassi. No entanto, é interessante observar que Salustiana representa, mesmo que de forma sutil, a sociedade burguesa e por isso o marido, na obra, fica um pouco arredio a ela, pela tradição familiar que ela insistia em sustentar, o que mostra, mesmo que já decadentes, as tradições dos padrões sociais ainda resistem.

Dona Salustiana disseminava preconceitos e potencializava o fenômeno da hierarquização social com seus discursos triviais acerca de si mesma, das coisas e das pessoas que passavam pelo martírio de estarem ao lado dela. Considerava-se gloriosa por viver em uma casa de boa aparência, em uma rua ladrilhada e, mais ainda, por ter herdado algum dinheiro de seu falecido pai. Nessa perspectiva, a personagem é sondada como um espelho literal das vaidades humanas:

Era homem de pouca altura, trazia a cabeça sempre erguida, testa reta e alta, queixo forte e olhar largo, olhar firme, debaixo do seu pince-nez de aros de ouro. Conquanto alguma coisa obeso era deveras um velho simpático e respeitável; e, apesar da sua importância de antigo burocrata, dos seus modos um tanto ríspidos e secos, todos o estimavam na proporção que seu filho era desprezado e odiado. Tinham até pena dele, confrontando a severidade de sua vida com a crapulice de Cassi. [...] Sua mulher não era lá muito querida, nem prezada. Tinha fumaças de grande dama, de ser muito superior às pessoas de sua vizinhança e mesmo às dos seus conhecimentos. O seu orgulho provinha de duas fontes: a primeira, por ter um irmão médico do Exército, com posto de capitão; e a segunda, por ter andado no Colégio das Irmãs de Caridade (BARRETO, 1948, p. 8).

Com relação aos jovens que centralizam a obra, os planos existenciais de Clara e Cassi não se declinam na narrativa, ele não se desloca do seu status de rapaz nocivo, bem como ela permanece na hombridade de sua credulidade – até o instante em que se enche de questionamentos e de desejos desdobrados para a insensatez. Em um dado momento, na medida em que vai discernindo a sutileza de afetos nunca antes sentidos, a moça se enxerga copiosamente apaixonada por Cassi.

Os afetos que pairavam sobre Clara se instalaram quando Cassi, por intermédio de um amigo, foi convidado para fazer uma apresentação de

viola no aniversário da jovem. À medida que o tempo foi passando, a inquietude e a veemência de sentimentos nobres foram se apoderando dos pensamentos e da concretude física da moça. Clara estava obstinada a vivenciar o que nunca havia experimentado: a paixão corrosiva, a impetuosidade do amor, a suavidade das promessas e o desespero das leves e parcias sensações de percas – e Cassi, tenazmente, a corresponder aos seus próprios arroubos libidinosos e pueris.

Entretanto, Marramaque, padrinho de Clara, reforçava constantemente os cuidados direcionados à moça frente às intenções de Cassi, como também fazia questão de potencializar a má fama do rapaz, dispersada pelos subúrbios cariocas. Engrácia resistia e repudiava toda e qualquer viabilidade de contato entre os dois jovens. Um ar de tensão entre o rapaz vil, imperitino, e Marramaque, homem de boa índole e atravessado por bons valores, espalhou-se na atmosfera na festa do aniversário de Clara.

Marramaque, infausto por suas deformidades físicas, projetada, em um íterim de tempo, velado de uma alteridade misteriosa, o íntimo de Cassi a partir de sua expressão corpórea. Para o intrínseco deste são transferidas as alterações físicas daquele. Um espaço de coabitação existencial reinou em meio aos dois homens e um embate colérico e de vilania dominou Cassi, agora, tomado pelo propósito de aniquilar Marramaque.

A fim de darem consumação aos desejos, Clara e Jones passam a se comunicar por meio de Cartas, através do dentista Menezes – homem saturado pelas refregas da vida, herdeiro de mazelas sociais e de uma realidade degradante. Foi consumido pelos fracassos, projetou para si realidades ostensivas, contudo, os percalços da vida excederam as vontades e seus ânimos de conquististas. Conquanto o infortúnio regesse a vida de Menezes, ele conservava valores invulgares, hábitos que o elevava ao patamar de homem honrado. Ele era, em lampejos de reflexões intensas, um tipo de síntese da ética e da moralidade.

Em contrapartida, ainda que portasse tais características, o velho dentista, no ritmo da audácia de Cassi, deixou-se influenciar pelos ideais capciosos do rapaz em razão de necessidades

primordiais, como comer, beber e (sobre)viver. Para Menezes, o álcool era o denso véu que encobria o núcleo duro da vida e a ‘aridez’ dos espaços, mascarava sua condição cruel e sem sentido algum. Os conflitos internos deste personagem são intensos e constantes. Isso confere um espaço de caráter psicológico, uma vez que a personagem reflete constantemente a respeito de sua subsistência, dando destaque aos martírios e ao pessimismo.

Toda a criação estava contra ele, conjugava-se para perdê-lo – que podia fazer contra tudo e contra todos? E a miséria? E a fome? Se se revoltasse, que seria dele, sem futuro, sem emprego, sem amigos, sem parentes, doente? Era bem triste o seu destino [...] Menezes, porém, continuava passivamente a desempenhar o seu indigno papel. Se não o achava decente, conformava-se diante da sua atroz e irremediável miséria. Não se julgava mais um homem [...] (BARRETO, 1948, p. 55).

No que toca a isso, Sontag (1967) sublinha que a existência nada mais é que a precária obtenção de relevância em um fluxo intensamente móvel de passado, presente e futuro. À vista disso, encontramos no personagem Menezes o simulacro de um passado suavemente glorioso, permeado pelas esperas de um devir, de um presente árduo e fortuito e a iminência de um futuro calamitoso, encerrado em uma classe social fadada às misérias terrenas, em um espaço espinhoso e de guerrilhas cotidianas.

REPRESENTAÇÃO FEMININA NO ROMANCE

No romance *Clara dos Anjos*, a figura feminina é contemplada por meio de alguns modelos que, mesmo sendo prevaletentes, parecem estar em processo de fragmentação. É possível apreender isso nos notáveis e contínuos deslocamentos recorrentes, tanto na família Menezes quanto na família Anjos. Na primeira, Salustiana detém o poder de tomar, basicamente, toda e qualquer deliberação relacionada ao seu lar e à composição familiar na qual está inserida. Na segunda, Engrácia também se porta com soberania em relação à organização de seu lar e detém determinados poderes de escolha, além disso, é cativa na manutenção dos valores moralizantes que revestem as condições de sua casa. Nessa perspectiva, faz-se parecer que esses lances de po-

tência se dão em espaços, paradigmaticamente e diretamente ligados à mulher, nesse caso, o doméstico.

Mesmo notando essas rupturas pontuais, entende-se que a figura masculina ainda ganha destaque nos paradigmas das relações que imbrica. No romance, isso pode ser observado sob duas óticas: no comportamento supra viril e dominante do personagem Cassi e na inevitabilidade da presença máscula na vida das mulheres. Sob esse último ponto de vista, os homens eram a garantia da sobrevivência das mulheres, bem como eram os responsáveis pelo estabelecimento das condutas que elas deveriam portar nas lógicas sociais do Século XX.

Não falava senão em leis e decretos: porque – dizia ele – a Lei 1857, de 14 de outubro de 1879, diz que a mulher casada, ao regime do casamento, não pode dispor dos seus bens, ter dinheiro em banco, na Caixa Econômica; entretanto, o Decreto 4572, de 24 de julho de 1899. Determina [...] (BARRETO, 1948, p. 21).

À sombra dos companheiros, as mulheres não podiam ser detentoras de bens, como possuir dinheiro em bancos ou ser proprietária de imóveis. Isso implica dizer que mulheres casadas estavam completamente assujeitadas às vontades de seus esposos, pois, por uma noção mais ou menos determinista, eles eram os únicos, capazes de administrar as posses da família, com também eram, singularmente, hábeis a sondar a subjetividade de suas companheiras, a controlar a existência delas. Dessa forma, percebemos espaços bem delineados para homens e mulheres no aspecto social.

Nesse contexto, a mulher era impossibilitada de exercer sua individualidade, de fazer escolhas até de ordem simples, do mesmo modo que era impedida de romper laços familiares a fim de viver em função de outros modelos, digam-se de passagem, estigmatizados pela sociedade. Fazer opções radicais era um ato completamente contrário ao que se esperava de uma mulher enquadrada nos moldes de séculos precedentes.

Na obra em estudo, as personagens femininas oscilam entre o lugar comum e novas formas que se instauram como insólitas, mesmo em meio a tensões. A viúva Margarida, por exemplo, vive sem a presença esmagadora de uma figura masculina. Por outro lado, Salustiana e

Engrácia são apresentadas à mercê do gênero masculino, que é responsável pela manutenção de diversos aspectos crucializados no romance, como a sustentação do lar.

Clara dos Anjos, corrompida por Cassi, sintetiza um problema de vulnerabilidade, determinado pelo espaço no qual está inserida e pela configuração de sua vida: sem estudo, sem experiências de vida, sem escudos para se proteger de hegemonias bem demarcadas. Ainda, com a presença da personagem Inês, criada da família Azevedo, primeira moça a ser deflorada por Cassi. Nesse caso, o ser humano, é representado na obra como um ente que tem acesso a uma concepção que vai em sentido contrário à ideia da mulher mulata como objeto, unicamente, de prazer. Nesse caso, a personagem não é sexualizada.

De dentro da taverna, com passo apressado, veio ao seu encontro uma negra suja, carapinha desgrenhada, com um saco de pente atravessado no alto da cabeça, calçando umas remendadas chilenas de tapete. Estava meio embriagada. (BARRETO, 1948, p. 65).

A personagem é apresentada em processo de decadência. Constitui a representação de muitas moças atingidas pela virilidade trivial e aniquiladora de muitos homens. Eram maleáveis e consideradas objetos de prazer. Entregavam-se, apesar de certa resistência, às investidas dos homens em função de falsas promessas, a principal: a de sobrevivência, mesmo em meio ao caos dos subúrbios, dos subsídios miseráveis, e da vontade de dignidade.

Clara dos Anjos se deixa levar pelos encantos de Cassi Jones e mesmo tendo ido além dos limites que sua condição dava, por ter acreditado e sonhado ou mesmo não ter percebido que tinha um lugar determinado na sociedade; ela “cai”, ou seja, acorda e vê a dura realidade que a impele para o espaço no qual ela deveria permanecer, de mulher, pobre, negra e, agora, perdida. Essa era a condição dada a mulher depois de passar pelo que passou Clara, o homem não era responsabilizado, ele apenas cumpria o seu papel, como ainda se diz (adágio popular) nos rincões sertanejos “amarre seu bode que as minhas cabras estão soltas”. Esse ditado se aproxima da fala de Salustiana quando disse para Clara que ela era culpada, devassa e que o filho não po-

deria ser responsabilizado se ela não se deu ao respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No romance *Clara dos Anjos*, nos deparamos com fatores responsáveis por refletirem conjunturas, majoritariamente sociais e, também, existenciais, emolduradas por aspectos factuais, metafísicos, psicológicos e simbólicos. De vocabulário simples, tempo cronológico e tipos diversos de espaços, uma vez que estes desembocam na estrutura íntima das personagens, como também refletem a construção delas. O romance pré-modernista supracitado ressoa duras denúncias de uma sociedade referenciada pelo preconceito racial (étnico), pela desigualdade social e por outras problemáticas que se acentuam na época em que a narrativa se reporta e que ainda é, em certas circunstâncias, socialmente reproduzida no contexto atual.

A obra se inscreve em um cenário da nova república brasileira, em que os negros, agora “libertos”, se reclusavam em subúrbios juntamente a todos aqueles que não eram aceitos no núcleo das grandes cidades. Em virtude disso, o romance mostra e descreve a situação de subúrbios cariocas, trazendo à tona circunstâncias de miséria, racismo, fome, injustiças e desprezo em que viviam os sujeitos que ocupavam esses espaços. No mais, todos esses problemas são colocados em ‘xeque’ em cunho de denúncia, mediante personagens complexas, que se instauram na obra por intermédio de micros espaços, como o social e o psicológico-ecológico, predominantemente.

Por fim, ao se tratar da obra de Lima Barreto, é importante ressaltar a participação do escritor na luta contra as mazelas sociais, a subjugação do povo oprimido pelas estruturas que regem a sociedade. No tocante a isso, *Clara dos Anjos* permite ponderações complexas a respeito dos inúmeros problemas que atingem os mais vulneráveis, dentre os quais se destacam mulheres negras e pobres. No romance, ganha relevo o problema da miséria e das desigualdades sociais como causas de grandes desgraças que podem acometer os sujeitos representados através de

uma ecologia social.

Referências

BARRETO, L. **Clara dos Anjos**. Rio de Janeiro: Editora Mérito, 1948.

CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

LINS, O. **Lima Barreto e o espaço romanesco**. São Paulo: Ática, 1976.

REUTER, Y. **Introdução à análise do romance**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, L. A. B.; OLIVEIRA, S. P. **Sujeito, tempo e espaço ficcionais – Introdução à Teoria da Literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal, das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, v. 3, n. 79, nov. 2007.

O DESPERDÍCIO ALIMENTAR E A SUSTENTABILIDADE DO MEIO AMBIENTE: DA TEORIA À PRÁTICA

JESUS, Carlos^{1,*} and BRUM, Pedro^{2,†}

¹Universidade Nova de Lisboa, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA) e ²Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

*Doutorando no programa de Doutoramento em Ecologia Humana Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
carlos.jesus@campus.fcs.unl.pt

†Mestre em Ecologia Humana e Investigador Associado ao Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. pedrobrum303@gmail.com

Resumo

Apesar do desenvolvimento humano se identificar, sobretudo, com o incremento da produção industrial ao serviço do consumismo individualista, este modelo tem se identificado como insustentável, obrigando ao seu reequacionamento e à introdução de soluções cada vez mais pautadas pela cooperação e solidariedade. A necessidade de se acautelar os recursos naturais, face ao exponencial crescimento da população, de forma a preservar a segurança alimentar, é tão estrutural à subsistência das sociedades de hoje que tem conduzido a um movimento internacional global, transversal aos diferentes níveis de abastecimento societários. Isso ocorre em uma escala que dos agricultores aos consumidores e dos estados às empresas, poderá vir a representar a emergência de um novo paradigma, capaz de refletir a capacidade humana em ultrapassar muitos dos desafios da atualidade. Este artigo, para além de pretender sensibilizar o cidadão e o consumidor para a problemática e irracionalidade do desperdício alimentar, procura dar a conhecer o que se encontra a ser feito pelas instituições nacionais e mundiais, no sentido da mitigação do problema, bem como de práticas inovadoras e mais sustentáveis que estão a emergir na sociedade.

Palavra Chave: Desperdício alimentar. Sustentabilidade. Segurança alimentar. Legislação. Empreendedorismo.

Abstract

Although human development is related to the increase of the industrial production to attend the individualist consumption, this model has been understood as unsustainable, making necessary a rebalancing and introduction of solutions increasingly more guided by cooperation and solidarity. The necessity of a careful utilization of natural resources, in face of the exponential population growth in order to preserve food safety, is so essential to the subsistence of societies nowadays that it has conducted to a global international movement that connects different levels of social supply. It occurs in a scale that, from farmers to consumers and from states to companies, could happen to represent the emergence of a new paradigm, capable of reflecting the human capacity of overcoming many current challenges. This paper, besides intending to make citizens and consumers aware of the problematic and the irrationality of food waste, aims to make known what is being made by the national and international institutions to solve the problem, as well as to reveal innovative and more sustainable practices that are arising in society.

Key words: Waste. Sustainability. Food safety. Legislation. Entrepreneurship.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Introdução

Vivemos num mundo global cada vez mais dinâmico, fluido e veloz. Nesta Era pautada pelo individualismo, tipo narcísico e hedonista, e pelo (hiper) consumismo (LIPOVETSKYG, 2007), tudo se transforma de maneira muito rápida e imprevisível, a segurança e liberdade com a incerteza e o risco. “Tudo é temporário, a modernidade [...] – tal como os líquidos – caracteriza-se pela incapacidade de manter a forma” (BAUMAN, 1999).

A crescente evidência científica da ação do Homem na degradação do ambiente, decorrentes das consequências do contínuo e imparável processo de industrialização e da expansão da globalização no final do Século XX, e a percepção dos efeitos nocivos decorrentes das alterações ambientais nos ecossistemas e o seu inevitável impacto na condição e desenvolvimento humanos, têm levado a que, no âmbito dos desafios do desenvolvimento sustentável, o impacto dos problemas ambientais nas sociedades humanas ganhe cada vez mais importância na agenda política internacional.

No presente, é fundamental tomar-se consciência do mais importante ensinamento da Ecologia Humana: de que entre os seres humanos e o meio ambiente existe uma relação de dependência absoluta e, como tal, os seres humanos, ao afetarem negativamente o meio ambiente, verão, como consequência, e em igual proporção, de que este irá, por sua vez, afetar negativamente os seres humanos.

Somos cada vez mais pessoas a disputar cada vez menos recursos, num planeta que não possui reservas ilimitadas; o peixe no mar e a fertilidade dos solos agrícolas encontram-se em risco. Em verdade, o atual modelo de desenvolvimento encontra-se inserido numa modernidade capitalista e consumista, e ao focar-se exclusivamente no crescimento, produção e economia, tem-se demonstrado insustentável social e ambientalmente, fazendo crescer a desigualdade social e

a sobre-exploração dos recursos naturais, colocando em causa a necessária conservação e regeneração do capital natural.

Lipovsky afirma que, mesmo em face aos desafios do hiperconsumo, a urgência está, em primeiro lugar, em integrar cada vez mais exigências ecológicas na vida econômica e, posteriormente, oferecer às novas gerações outras referências para lá do consumo (LIPOVETSKYG, 2007).

Como conciliar o desenvolvimento com a sustentabilidade ambiental e social e garantir os direitos fundamentais a uma população mundial em rápido crescimento? Será este, sem dúvida, o grande desafio do século XXI. A verdade é que dos atuais 7 bilhões de habitantes, chegaremos aos 9,8 bilhões em 2050, maioritariamente a viver em áreas urbanas (ONU, 2017).

Teremos de produzir mais, com menos recursos (mais 70% de alimentos até 2050), mantendo, ao mesmo tempo, a pegada ecológica da nossa alimentação dentro de limites sustentáveis, o que torna forçosa a diminuição do desperdício alimentar. Cerca de 30% da superfície agrícola mundial é desperdiçada na produção alimentar (FAO, 2013a).

O incremento da produção terá um obstáculo cada vez mais presente: as disfunções ambientais derivadas das alterações climáticas. Estas irão afetar a qualidade de vida, desde a saúde à alimentação e o direito à água, pelo que, serão determinantes a aplicação de fortes medidas preventivas, ações de adaptação e mitigação face à incerteza climática.

Entre as medidas a serem aplicadas temos, por exemplo, as tecnológicas, para a adaptação, como a colocação de diques, opção por culturas mais resistentes ao estresse térmico e hídrico, dessalinização, entre outras. Temos, também, outras medidas a longo prazo, como é o caso do estabelecimento de uma economia circular, o maior uso de energias renováveis, a gestão das culturas, as tecnologias verdes, entre outras. [...] “O clima está a mudar, a comida e a agricultura também devem mudar” (FAO, 2013b)

A nível de prevenção, é fundamental refletir-se sobre a maneira como nos relacionamos com o ambiente, o que, para um desenvolvimento sustentável, equilibrado e mais justo, vai exigir uma maior responsabilidade social de cada um de nós.

Em suma, num cenário de alterações climáticas, depleção dos recursos naturais e de previsível crescimento da população, teremos que encontrar formas de aumentar a sustentabilidade do planeta, nomeadamente compreender as interações entre sistemas globais, naturais, sociais e humanos e como essas interações afetam os desafios da sustentabilidade¹.

Crescimento econômico versus sustentabilidade

A evolução recente do nosso modo de vida baseia-se numa economia que ignora princípios básicos do ecossistema mais vasto que a alimenta, nomeadamente o da biocapacidade de regeneração do planeta.

Se é correto afirmar que a modernização e o crescimento econômico a ela associado, permitiram nas economias mais desenvolvidas grandes progressos e bem-estar nos diversos domínios da vida social, de igual modo será correto afirmar que isso só foi conseguido à custa da degradação progressiva do meio ambiente físico (GIDDENS, 1990). A verdade é que não foram considerados os limites ecológicos do planeta², facto que constitui um forte contributo para a presente crise ecológica, venha ela sob forma da erosão e salinização dos solos, sobre-exploração

dos recursos naturais, poluição, desflorestação, escassez de água ou alterações climáticas, e para a forte crise socioambiental sentida, que nos faz viver numa sociedade do risco e onde os pobres serão os mais afetados (BECK, 1992).

Neste sentido, não se pode discutir o desenvolvimento sustentável sem se considerar as suas ações e efeitos, quando a insustentabilidade ecológica (e social) atual das sociedades humanas é bem visível, conforme defende Douthwaite (2000), no seu livro *Growth Illusion*, referindo “um crescimento econômico que enriqueceu poucos, empobreceu muitos e colocou em risco o planeta”.

Falar em desenvolvimento sustentável é falar no paradigma do mundo atual. A palavra desenvolvimento, que antes era sinónimo de progresso, crescimento e aumento da produção ou do produto interno bruto, hoje passa a ter outro enfoque, o da sustentabilidade. Para se promover um desenvolvimento sustentável é agora necessário primeiro compreender-se se continua a ser possível crescer-se economicamente como tem vindo a ser feito, ou se deverá, em sentido contrário, começar a promover-se o decrescimento econômico (LATOUCHE, 2007).

Temos hoje um modelo de desenvolvimento que se vangloria de tudo fazer para o bem-estar do ser humano e para a sustentabilidade do planeta, mas que ainda não conseguiu resolver um problema tão básico como é o da fome no mundo. Em pleno século XXI centenas de milhões de pessoas não têm acesso a alimentos adequados, apesar de o mundo produzir alimentos suficientes para todos.

Em termos de alimentação, a relação entre o número de habitantes no planeta e os recursos alimentares neles disponíveis exigem a procura de meios alimentares alternativos, de forma a poder garantir-se, no futuro, a segurança alimentar. A segurança alimentar encontra-se de tal forma ameaçada que a Organização para a Alimentação e Agricultura, em 2013, sugeriu o incremento da Entomofagia, isto é, do consumo de insetos por seres humanos.

Apesar de ser considerado um tabu alimentar, ou uma prática alimentar primitiva e provocar repugnância a muitos, a verdade é que os insetos

1 A introdução da carne nas dietas das classes médias das economias emergentes (China e Índia) irá ter um enorme impacto na produção de cereais, de forragens e no consumo de água (FAO, 2009) e na natureza. Veja-se o sucedido no Brasil com a produção de soja, onde cerca de 70% serve para ração animal e 18% para produção de óleo de soja, situação que tem contribuído para a desflorestação da Amazônia.

2 O relatório *The Limits to Growth* iniciou o debate sobre os limites a que o planeta se encontra sujeito, ao analisar os cinco fatores que determinam o crescimento a nível global, a saber: população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição (Meadows et al., 1972, p. 11-12)

constituem um alimento potencial, mesmo que ainda pouco explorado no mundo. Tal deve-se ao facto de ser uma alternativa sustentável de produção de proteínas, gordura e minerais, sem se deteriorar ainda mais o ambiente. A sua produção também não requer volume de água excessivo e gera menos gases nocivos ao ambiente, quando comparada com a dos bovinos, por exemplo³.

Sabendo-se que as escolhas alimentares refletem sempre um complexo sistemas de funções sociais, carregadas de significados culturais e simbólicos (dimensões de ordem social, afetiva, comportamental, cultural e ambiental), trata-se de uma solução que apresenta um forte potencial de crescimento, para mitigar alguns problemas ambientais e enquanto auxílio ao combate da fome no mundo.

A construção social do desperdício alimentar da frugalidade ao desperdício

Num mundo onde cerca de 815 milhões de pessoas, 11% da população mundial (um em cada nove) sofrem de fome⁴, cerca de um terço dos alimentos é desperdiçado ou perdido ao longo de toda a cadeia, do campo ao garfo (GUSTAVSSON et al., 2011; FAO, 2013a). Daqui derivam elevados custos económicos, seja na produção e transporte dos produtos, ou no que se refere ao tratamento dos resíduos produzidos e ambientais (solo, energia, água, emissões de GEE)⁵.

3 Existem obstáculos identificados em relação a esta indústria, nomeadamente a alergenicidade e a existência identificada de patógenos que impõem ameaças à saúde humana (BERGGREN et al., 2019)

4 De acordo com o relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo da FAO et al. (2017), a insegurança alimentar no mundo voltou a subir na última década, nomeadamente na Ásia e África, devido a conflitos violentos e mudanças climáticas.

5 Só o setor agropecuário emite perto de 20% do total de emissões de gases de efeito estufa (metano, óxido nítrico). No Brasil, essa percentagem é de aproximadamente 60% (IMAFLOA, 2015). Nos últimos 50 anos o consumo de carne no mundo quadruplicou. Passou de 70Mton para 300Mton. Em Portugal, os indicadores de consumo de carne apontam para um aumento de 400% entre 1961 (23kg/ano/per/capita) e 2017 (114kg/ano/per/capita) (FAO, 2016).

Na União Europeia, a produção anual de desperdício alimentar está estimada em cerca de 89 milhões de toneladas, a representarem 143 bilhões de euros, distribuídos pelo consumo doméstico (42%), indústria (39%), setor da restauração (14%) e distribuição (5%) (STENMARCK, 2016).

Em Portugal, um estudo exploratório quantificou em cerca de 1 milhão de toneladas por ano (100 kg por pessoa), o que representa cerca de 17% de todos os alimentos produzidos para consumo (BAPTISTA et al., 2012). No Brasil, onde 2,5% da população passou fome em 2017 (5,2 milhões de pessoas), estimativas do *World Resources Institute*, apontam para a existência de um desperdício de cerca de 40 mil toneladas de alimento por ano, sendo o arroz, o milho, o tomate e a cebola os mais desperdiçados.⁶

Desde a 1ª Conferência Mundial de Alimentação, realizada em Roma, em 1974 que as Nações Unidas passou a considerar o direito à alimentação e o direito à saúde como direitos indissociáveis. Desde então, este passou a ser um tema fundamental na agenda política e institucional. Em 2015, foi incluído nas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030. Aqui, a par do combate à fome (ODS 2), apela-se a uma produção e consumo sustentáveis (ODS 12) e à redução do desperdício alimentar (UNRIC, 2015). “Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.” (ODS 12.3)

Sublinhe-se que, atualmente, a fome não se explica pela falta de produção de alimentos, mas sim pela falta de acesso e pela má distribuição dos mesmos, que constituem duas dimensões do desenvolvimento humano e da segurança alimentar.⁷ “Desperdício e fome são os dois lados

6 Recorde-se que o Brasil saiu do “mapa da fome” em 2014, quando o seu índice de segurança alimentar ficou abaixo dos 5%.

7 “Segurança Alimentar” é uma situação que existe quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e económico a alimentos suficientes.

de uma mesma moeda”, afirma Carlo Petrini, fundador do movimento *Slow Food*.

A Revolução Verde dos anos 60 e 70 foi realizada com base na tecnologia, partindo de pesquisas em sementes, apostando na fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização do campo, de forma a promover a resolução rápida do problema da escassez de alimentos. Para esse efeito, acabou por apostar na produção rápida de certos (poucos) alimentos, como o arroz, milho, trigo, soja e batata, tendo causado graves danos ambientais e sociais, conforme denunciou a ativista Vandana Shiva, sobretudo quando o solo e os aquíferos se esgotaram e a biodiversidade desapareceu, devido ao emprego excessivo de produtos químicos.⁸

Com o desenvolvimento da sociedade de consumo e com o avanço da globalização, a indústria alimentar moderna foi modificando a forma e o modo como consumimos alimentos. Transformou a nossa subjetividade (alimentar) e a nossa identidade alimentares, os nossos estilos de vida e os nossos comportamentos.

Depois de épocas em que ocorreram situações de má nutrição, decorrente da falta de alimentos, hoje, nas sociedades industrializadas e modernas, é possível afirmar que se vive num clima de superabundância alimentar (CONTRERAS, 2011), onde se come muito e mal; inclusivamente se-

tes, seguros e nutricionalmente adequados, que permitam satisfazer as suas necessidades nutricionais e as preferências alimentares para uma vida ativa e saudável” (FAO, 2002). No Brasil, o termo empregado para o conceito de “segurança alimentar” (food security) é “segurança alimentar e nutricional” (SAN), de modo a dar ênfase à sua dimensão qualitativa (a alimentação saudável como um objetivo a ser alcançado na garantia da segurança alimentar) (OKAMOTTO et al., 2001).

⁸ Vandana Shiva, uma crítica do modelo da “Revolução Verde”, veio alertar: para o desaparecimento de espécies; para o facto dos pequenos agricultores perderem os seus meios de subsistência; para o facto das populações rurais estarem a ser expulsas das terras, em prol da agricultura industrial, perdendo assim a sua soberania alimentar; e para o facto dos consumidores terem cada vez menos opções que não comprem alimentos cultivados em solos cada vez mais contaminados (SHIVA, 1988).

gundo a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2000), a obesidade, a pandemia mundial do século XXI, mais do que duplicou desde 1980.

A abundância e diversidade de alimentos fizeram emergir novos hábitos de consumo e de desperdício. Podemos questionarmo-nos sobre os motivos que conduzem ao consumo excessivo de alimentos na atualidade: terá o mesmo a sua origem na ausência das restrições alimentares severas do passado? Ou, então, simplesmente na agressividade do “marketing” da indústria alimentar do presente? Independentemente das causas, a verdade é que este excesso de consumo têm gerado em toda a cadeia alimentar um enorme desperdício de alimentos, ou seja, alimentos ainda próprios para consumo, mas eliminados por ação ou omissão humana.

Com efeito, a globalização alimentar, que transformou o alimento em mercadoria (ROBERTS, 2008) reporta-se a um processo global que, associado à racionalização e reflexividade da sociedade moderna (GIDDENS, 1990), a um nível econômico, político, individual e cultural, influenciou e transcendeu a sociedade e os indivíduos.

O sociólogo francês Jean-Pierre Poulain defende que a modernização e o avanço do conhecimento científico associado à saúde e à nutrição promove movimentos que reorganizam o “espaço social alimentar”, a que podemos associar a compressão do tempo-espaço (HARVEY, 1989).

[...] na chamada dieta ocidental a comida foi substituída pelos nutrientes, e o bom senso pela confusão – regra geral, os alimentos que ingerimos atualmente não são produtos da natureza, mas sim produtos da ciência alimentar. (POLLAN, 2008)

Parte dos problemas ambientais que as sociedades contemporâneas enfrentam, resultam de padrões de consumo não sustentáveis que se generalizaram nos países mais desenvolvidos. Urge, por isso, melhorar a compreensão do cidadão/consumidor, no que se refere aos alimentos e sua origem, à segurança alimentar e às causas do desperdício alimentar. Esta industrialização alimentar deu lugar a uma ideia cada vez mais sentida, de que cada vez sabemos menos sobre os alimentos que consumimos.

A perda de saberes sobre os alimentos, (PARFITT et al., 2010; STUART, 2009), nomeada-

mente no que respeita ao armazenamento, conservação, confecção e reaproveitamento, a incorreta interpretação dos prazos de validade e as práticas alimentares enraizadas (o hábito de cozinhar a mais), são causas apontadas para o crescimento do desperdício alimentar ao nível dos consumidores, principalmente nas cidades. Note-se que, de uma maneira geral, os consumidores não têm a verdadeira noção da quantidade de alimentos que desperdiçam (BAPTISTA et al., 2012).

Por outro lado, a contração do setor agrícola (passamos de uma agricultura de subsistência para uma de mercado, logo com mais intermediários), o processo de urbanização e as novas dinâmicas do mercado de trabalho (centrado agora nos serviços), vieram criar novos estilos de vida que são determinantes no aumento do desperdício alimentar (PARFITT et al., 2010).

Estes modos de vida urbanos caracterizam-se pela forte mobilidade, por novas estruturas familiares, pela escassez de tempo para a preparação e consumo de alimentos, pela flexibilização de horários e pela crescente individualização dos rituais alimentares, transformando por completo o próprio ato alimentar, tal como o conhecíamos anteriormente.

Também o alongamento das cadeias de abastecimento, que distanciou o produtor do consumidor e afastou o consumidor da ligação que tinha à terra e ao alimento, torna possível que os alimentos que consumimos hoje possam viajar milhares de quilômetros “food miles” (milhas ou quilômetros dos alimentos), antes de chegarem ao nosso prato, com enormes impactos ambientais decorrentes das emissões de gases de efeito estufa (GEE) associados seu transporte, terrestre ou marítimo. Uma pera produzida na China, por exemplo, é-nos apresentada mais barata do que a produzida em Portugal ou um salmão que é mais viajado do que nós.

As novas lógicas alimentares substituíram os sistemas tradicionais de abastecimento e de consumo. Passamos de uma cozinha tradicional para uma cozinha industrial, sempre pronta a servir-nos a toda a hora e em qualquer lugar. A frugalidade e a cozinha simples deram lugar a alimentos processados, variados e a preços

mais acessíveis. "A alimentação saudável começa quando priorizamos a comida de verdade, que vem da natureza, em vez da comida ultra-processada"(POLLAN, 2008).

Em síntese, os alimentos são um bem precioso e a sua produção implica uma utilização muito intensiva dos recursos, pelo que, para uma sociedade economicamente sustentável, precisamos de novas formas de pensar, produzir e consumir, de comunidades locais mais solidárias e inclusivas, de uma cultura humana mais saudável e de soluções sociais colaborativas e empreendedoristas. Estes são motivos mais que suficientes para que nos desperte a necessidade de combatermos e reduzirmos o desperdício de alimentos.

Como sublinha Peter Singer (2006), a forma como o ser humano se alimenta hoje precisa ser reavaliada. A forma como atualmente produzimos e consumimos não é sustentável. É essencial que o ato de produzir e de comer e suas implicações éticas e morais sejam discutidos nas sociedades ocidentais, conscientizando-nos de que é preciso fazer escolhas melhores, para nós mesmos e para o planeta.

O COMBATE AO DESPERDÍCIO ALIMENTAR NA AGENDA MUNDIAL

A relação do homem com o alimento precisa ser revista. Precisamos aproximar o saber do comer, o comer do cozinhar, o cozinhar do produzir, o produzir da natureza; agir em toda a cadeia de valor, com o propósito de fortalecer os territórios a partir de sua biodiversidade, agrodiversidade e sociodiversidade, para garantir alimento bom para todos e para o ambiente. (Manifesto do Instituto ATA no Brasil – do chef de cozinha Alex Atala).

Iniciativas legislativas na União Europeia

A União Europeia encontra-se empenhada em ser uma força motriz na luta global contra a perda de alimentos e desperdício alimentar, apoiando os protagonistas relevantes e interessados na tomada de medidas concretas, para prevenir e reduzir o desperdício alimentar⁹.

⁹ A ONU, reconhecendo a importância estratégica da agricultura familiar para a inclusão produtiva e para a segurança alimentar em todo o mundo, declarou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. No mesmo sentido, também a Comissão Europeia considerou o ano de 2014 como o “Ano Europeu contra o

Desde logo a Comissão da União Europeia estabeleceu, em 2016, uma plataforma multiparticipativa, para a prevenção do desperdício alimentar, denominada de Plataforma da União Europeia sobre Perdas Alimentares e Alimentação.

Esta Plataforma consiste num fórum que reúne elementos interessados, dos sectores público e privado, para promoverem o avanço da União Europeia no sentido do ODS 12.3 e inclui representações de organizações internacionais governamentais, nomeadamente de agências da Organização das Nações Unidas, instituições da União Europeia, especialistas dos Estados-Membros e outros interessados na cadeia de abastecimento alimentar, incluindo organizações não-governamentais.

A Plataforma visa, nomeadamente, apoiar os interessados na definição de políticas para prevenir o desperdício alimentar, partilha de melhores práticas e avaliação dos progressos realizados. Com a ajuda desta Plataforma, a Comissão adotou diretrizes para fomentarem a doação de alimentos e a utilização de alimentos impróprios para o consumo humano, desenvolveu também uma metodologia de medição de resíduos alimentares e encontra-se a trabalhar no aperfeiçoamento das práticas de marcação de datas.

Esta “metodologia comum” permitirá uma monitorização coerente dos níveis de desperdício alimentar, nos Estados-membros da União Europeia.¹⁰ Aguarda-se agora que a Plataforma apresente Recomendações, até ao final do corrente ano de 2019.

A União Europeia também optou por motivar os Estados-membros a legislarem sobre esta matéria, o que inclui a concepção de um quadro teórico consistente, com uma definição adequada de desperdício alimentar, e identificação dos diferentes momentos em que ocorre o desperdício, ao longo da cadeia alimentar, bem como as causas e sujeitos do desperdício.

desperdício alimentar”.

10 Conferir a Diretiva 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, que altera a Diretiva 2008/98/CE relativa aos resíduos.

Estas iniciativas marcaram um arranque consistente no sentido da resolução do problema, no entanto, sabe-se que estamos perante um longo caminho a percorrer, pois sabemos que o problema do desperdício alimentar é bastante complexo, desde logo por não se conhecer a sua verdadeira dimensão (FAO, 2011).

Os dados sobre desperdício alimentar variam significativamente consoante a fonte. É evidente que uma das razões para essa discrepância consiste na diferente interpretação do significado de desperdício alimentar (ou seja, a falta de uma definição comum) e nas diferentes metodologias utilizadas para o medir. Diferentes estudos apresentam dados divergentes para cada um dos setores da cadeia de abastecimento alimentar (TCE, 2016).

Mas façamos a referência a alguns casos europeus e a forma como têm abordado o problema. No Reino Unido, estudos apontam que 60% do lixo doméstico poderia ser evitado, originando uma poupança de cerca de 600 euros anuais em cada família, de acordo com o WRAP (QUESTED et al., 2011). Grande parte do desperdício alimentar é originado nas casas dos consumidores, resultando em cerca de 37 milhões de toneladas de alimentos deitados para o lixo.

A política de resíduos do Reino Unido é impulsionada principalmente pela Diretiva-Quadro de Resíduos da UE. Este diploma prevê uma hierarquia de resíduos, na qual a prevenção de resíduos é a prioridade, seguida da reutilização, redistribuição, doação, reciclagem e eliminação, esta sendo a opção menos preferida. Como o desperdício (incluindo o desperdício de alimentos) é uma questão muito complexa, cada governo do Reino Unido tem sua própria estratégia de resíduos.

Atualmente, não existem metas obrigatórias de redução de desperdício de alimentos no Reino Unido, mas a Escócia planeia introduzir uma meta de redução de 33% até 2025. Em julho de 2015, a Câmara dos Lordes do Reino Unido lançou a primeira Carta Verde¹¹ sobre desperdício

11 A Carta Verde é uma iniciativa nova, prevista no artigo 9.º do Protocolo 1 do Tratado de Lisboa, que permite que os parlamentos dos Estados-Membros da UE juntem esforços na apresentação de propostas à Comissão e, por conseguinte, que influenciem o desenvolvimento da política da EU (TCE, 2016).

alimentar, em nome do governo britânico e convidou a Comissão Europeia a adotar uma abordagem estratégica para a redução do desperdício. Na Carta Verde mencionada, reconhece-se que uma estratégia ao nível da UE ajudaria a garantir uma abordagem coordenada, para dar resposta ao problema.

Para tornar a produção e o consumo de alimentos mais sustentáveis foi lançado em 2016 o Compromisso Courtauld 2025, onde se recomenda ao WRAP¹², e ao Governo, que criem uma meta nacional de desperdício de alimentos, ideia que não foi bem recebida por muitos distribuidores, talvez devido ao facto de se tratar de um acordo voluntário, que reúne organizações em todo o sistema alimentar, do produtor ao consumidor.

Também o Sistema Nacional de Saúde do Reino Unido desenvolveu um sistema de auditoria ao desperdício de alimentos, em serviços de alimentação hospitalar. Através deste sistema, é possível quantificar o número de refeições produzidas não distribuídas. Para além de se conseguir quantificar o desperdício, também é possível qualificar-se os níveis de desperdício que ficam no prato após a refeição, sendo o limite aceitável de 10% do total produzido (NHSE HOSPITALITY, 2005). Um processo que facilita a avaliação qualitativa do desperdício de alimentos entre as refeições, assim como permitem identificar as razões do desperdício alimentar, e a organização de ações para a redução desses valores (NHSE HOSPITALITY, 2005).

Sobre as causas do desperdício de alimentos no Reino Unido, conclui-se existirem grandes dúvidas nos consumidores no momento da interpretação das datas de validade nos rótulos alimentares, comportamento que leva a que cerca de um terço dos alimentos seja deitado no lixo, antes do final da data indicada (QUESTED et al.,

2011). Estas dúvidas podem estar relacionadas com a forma como é colocada a data de validade nos produtos, uma vez que existem vários formatos: "antes de", "vender até", "consumir até", "expor até", não existindo uma aplicação consciente (EUFIC, 2012). Para além desta questão, outros estudos apontam que o desperdício de alimentos nas famílias do Reino Unido (bem como nos Estados Unidos da América e na Austrália) são reflexo do mau planeamento das compras, do aumento da compra de produtos perecíveis, da gestão pouco eficaz dos *stocks* e da falta de aproveitamento das sobras, por receio da segurança alimentar dos produtos (QUESTED et al., 2011).

A França liderou a iniciativa de legislação sobre esta matéria, ao aprovar, em 11 de fevereiro de 2016, a Lei n.º 2016-138, relativa à "luta contra o desperdício alimentar". A lei francesa destaca-se justamente por ter sido a primeira na Europa a dirigir-se a esta questão, abordando-a através de diferentes perspetivas, devendo considerar-se, no entanto, num modelo a ser aperfeiçoado (TEIXIDÓ, 2017).¹³

Este diploma, desde logo clarifica a hierarquia do desperdício e dirige-se a todos os sujeitos intervenientes na cadeia alimentar, sejam produtores, processadores, distribuidores ou consumidores. Porém, não estabelece mecanismos para a execução das obrigações que estatui e apenas vincula os distribuidores. Tão pouco estabelece um quadro teórico satisfatório.

O legislador francês disciplina sobretudo a doação de alimentos. Identifica os sujeitos da doação, mais concretamente as superfícies de venda de alimentos, com mais de 400 metros quadrados que distribuam os alimentos, assim como as entidades que delas se beneficiam, sobretudo organizações não-governamentais, dando ênfase à preocupação de que os alimentos permaneçam seguros. Não define, no entanto, a proporção de alimentos a doar. Deste modo, se o supermercado assinar um acordo de doação de 1% desses alimentos, já está a cumprir a lei (TCE, 2016).

12 WRAP (Waste e Resources Action Program): Programa de Ação Relativo aos Resíduos e Recursos: entidade sem fins lucrativos do Reino Unido que trabalha com governos, empresas e comunidades para a prestação de soluções práticas destinadas a melhorar a eficiência dos recursos e a acelerar a transição para uma economia sustentável e eficiente neste domínio.

13 A França desperdiça anualmente novecentos milhões de dólares, pela destruição de produtos de consumo não vendidos (THE NEW YORK TIMES, 2019).

O diploma proíbe os supermercados de destruírem ou deitarem fora produtos a atingirem o fim da validade. Se os alimentos não puderem ser doados, deverão ser utilizados como fertilizantes na agricultura, ir para rações de animais ou ser sujeitos a compostagem, para a produção de combustível de metano.¹⁴

O diploma, além de prever a imposição de sanções no caso de incumprimento, estabelece estímulos fiscais para a promoção da doação. Deixa, no entanto, fora, aspetos fundamentais como a responsabilização penal, civil e administrativa.

Podemos apreciar positivamente a iniciativa francesa, porém, da mesma forma, podemos referir a limitação do diploma, que vincula sobretudo as grandes superfícies, deixando de fora, por exemplo, os agricultores ou o pequeno comércio de distribuição, não promovendo, assim, a prossecução da justiça social. Da mesma forma, deixa de fora a consideração da existência de um fosso entre países onde a abundância de alimentos é manifesta e países onde a escassez de alimentos também é manifesta (GOMES et al., 2011, p. 112-114.)

A Lei italiana n.º 166, de 19 de agosto de 2016, introduz “disposições relativas à doação e distribuição de produtos alimentares e farmacêuticos, para fins de solidariedade social e para limitar o desperdício”, diverge ligeiramente da lei francesa, não apenas no que respeita aos objetivos prioritários da lei, que inclusivamente se dirige a outros produtos e serviços, mas também quanto ao seu conteúdo e forma de implementação.

A lei italiana também dá ênfase às iniciativas de sensibilização para o tema, neste âmbito parecendo-se bastante à lei francesa, no entanto, enfatizando a educação para os consumidores, e, em especial, para os jovens.

As definições na lei italiana não são idênticas às constantes na lei francesa. Refira-se, a este propósito, que a definição de “operador do sector alimentar” na lei italiana é mais abrangente do que as categorias previstas na lei francesa. A

definição de desperdício alimentar, bem como a de excedentes alimentares, também é adequada pela sua amplitude, podendo mesmo ser utilizada por outros Estados-membros da União Europeia, tal como recomendado pelos Auditores do Tribunal Europeu.

A definição de prazo de validade e data-limite, de fundamental importância para as campanhas de sensibilização para o combate ao desperdício alimentar, e normalmente mal compreendidos pelos consumidores, é apresentada neste diploma de um modo claro, sob a expressão “prazo de validade mínimo”. Através desta expressão, o legislador acautelou as situações em que, mesmo findo o prazo dos alimentos, a comida não se tornou tóxica após essa data¹⁵.

Questiona-se a opção do legislador italiano em ter limitado as doações apenas aos mais carentes, excluindo assim outros cidadãos que, não se inserindo ainda na categoria de indigentes, deveriam poder beneficiar, por exemplo, dos bancos de alimentos.

O artigo 8º prevê a criação de uma Comissão de Coordenação, porém, questiona-se se não será mais um organismo burocrático pesado; por esse facto, este organismo não deve ser considerado um modelo a seguir pelos outros Estados-Membros.

Também o artigo 9º prevê a intervenção e articulação de diversos organismos públicos. Questiona-se se não seria mais eficaz colocar a lei sob a alçada de um único organismo, idóneo (VAQUE, 2017).

Na República Checa, o Parlamento adotou uma emenda à Lei para a Comida e Tabaco, para combater o desperdício alimentar. Tal como a lei francesa, incide, sobretudo, no desperdício dos supermercados com área de vendas superior a 400 metros quadrados. À semelhança da lei francesa, estas superfícies também têm de doar os alimentos a bancos de alimentos, para distribuição a pessoas carenciadas.

A lei checa também introduziu disposições sobre benefícios fiscais, na doação de alimentos;

14 Conferir o art.º L. 541-15-4 da Lei francesa n.º 2016-138, de 11 de fevereiro de 2016, relativa à “luta contra o desperdício alimentar.”

15 O diploma italiano parece ter seguido o parecer C 017/06 do Comité das Regiões Europeu, de 18 de janeiro de 2017, sobre desperdício alimentar.

nomeadamente, os supermercados não têm de pagar os 5% de Imposto sobre o Valor Acrescentado para os alimentos doados, medida também adotada por outros Estados-membros da União Europeia. De facto, é o caso da França e Espanha, em que se aplicam ainda benefícios fiscais acrescidos: operadores de alimentos que doem o excesso de gêneros alimentícios vêm as suas obrigações fiscais reduzidas, por via de um ratio referente ao valor contabilísticos dos alimentos doados. O descumprimento da obrigação de doar alimentos é punido com uma multa até dez milhões de Coroaas Checas.

Neste país, a redistribuição de alimentos é organizada através dos Bancos Alimentares da Federação Checa, com 14 subsidiárias dentro do território do país e a abranger a cooperação entre 250 organizações não-governamentais. Cada uma das subsidiárias opera numa das 14 regiões da República Checa.

Uma das questões identificadas pela aplicação desta lei, é que alguns supermercados tentam evitar a obrigação de doação de alimentos, através da introdução de descontos nos alimentos a chegarem perto da data limite de consumo. Esta medida faz com que os consumidores, por vezes, comprem esses alimentos em maiores quantidades, sendo, no entanto, incapazes de consumi-los, acabando por contribuir para o desperdício alimentar.

A Noruega é um dos primeiros países do mundo a conseguir articular esforços entre as autoridades públicas e a indústria alimentar, com o escopo do cumprimento do ODS. Encontra-se a fazê-lo por via de um acordo subscrito sobre desperdício alimentar e resíduos, celebrado em junho de 2017, representando um exemplo ao nível da política internacional.

Os noruegueses enfatizam a importância de se reduzir, de forma efetiva, o desperdício alimentar, inclusive obstando-se à passagem dos resíduos alimentares ao passo seguinte da cadeia alimentar.

O acordo mencionado, implica que: se recolham e relatem anualmente informações sobre desperdício alimentar; o trabalho seja coordenado através de entidades no mesmo nível na cadeia alimentar; se comuniquem as medidas

adotadas para a redução dos resíduos; e que se desenvolva um sistema para a promoção da reutilização do desperdício alimentar.

A indústria também contribui, através da doação de comida para instituições de caridade, bem como através da sensibilização dos consumidores, para que deitem fora menos alimentos. O Governo recebe as informações e relatórios da indústria alimentar, prepara as estatísticas, fornece os relatórios à União Europeia e, também, avalia o desperdício alimentar ao nível do consumidor. Também o Governo sensibiliza os consumidores para que deitem menos comida fora. O acordo não estipula sanções para o incumprimento das diretrizes acordadas.

As campanhas realizadas incluíram a sensibilização dos consumidores de que a expressão “melhor antes de” não significa necessariamente que um produto se torna impróprio para consumo após essa data, bem como a sensibilização dos distribuidores para reduzirem as unidades de produtos à venda. Também se vendem alimentos com descontos pouco antes do “melhor antes de” ou do “usar até” (VAALHALLBER, 2017).

Em Portugal, a Assembleia da República aprovou por unanimidade, a Resolução n.º 65/2015, de 17 de junho “Combater o desperdício alimentar para promover uma gestão eficiente dos alimentos” (uma iniciativa legislativa do partido Os Verdes) e declarou o ano de 2016 como o ano nacional do combate ao desperdício alimentar. Nesse sentido, foi criada a Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar (CNCDA), que tem como missão “promover a redução do desperdício alimentar através de uma abordagem integrada e multidisciplinar”.

Em 2017, a Assembleia da República recomendou à CNCDA diversas medidas de combate ao desperdício alimentar, no sentido de sensibilizar e envolver as organizações da sociedade civil, os cidadãos e os consumidores em geral para a problemática.

O combate ao desperdício alimentar: mais vale prevenir que remediar

Como já referido, na luta contra o desperdício de alimentos, é crucial uma utilização eficiente dos

recursos, ao longo da cadeia de abastecimento alimentar. Neste sentido, é essencial uma mudança de atitude em relação aos alimentos.

Quando não for possível evitar o desperdício alimentar, seja de um produto cultivado, pescado ou transformado para consumo humano, que poderia ter sido consumido se tivesse sido tratado ou armazenado de forma diferente, devemos redirecioná-lo para outros fins, o que, no âmbito da economia circular, significa dar uma nova oportunidade aos alimentos, antes de os deitar fora, isto é, encontrar um destino que permita valorizá-lo, desta forma reduzindo o impacto ambiental.

Ao reintegrar-se os resíduos alimentares na economia, enquanto recursos, seja através da reutilização, recuperação para o ser humano ou para os animais, da compostagem, da produção de biogás ou incineração, e ao maximizar-se a eficiência destes ao longo de toda a cadeia de valor, “fecha-se o ciclo”: nada se perde, tudo se transforma, num contínuo reaproveitamento da natureza¹⁶. A prevenção do desperdício na fonte é mais benéfico, pois assim evita ter-se de o combater posteriormente, trazendo sempre menores custos para o ambiente e para todos nós.

Assim, na *Produção*, através de melhores culturas e mais diversificadas, e de regimes de colheita e manuseamento mais apropriados; Na *Transformação*, através de adequadas condições de armazenagem e refrigeração; Na *Distribuição* feita de forma mais racional, por exemplo, através do uso de embalagens mais pequenas (em função do número reduzido de elementos na família moderna) ou através da venda de produtos em final de vida a preços reduzidos, pois, é melhor vender-se mais barato do que deitar-se fora. Também o reaproveitamento da fruta/legumes maduros para bolos ou sopas, o alívio de certas normas/critérios do circuito comercial de abastecimento, a maior cooperação/comunicação entre os vários setores da cadeia, e as boas infraestruturas de acondiciona-

mento e de conservação dos alimentos (com especial atenção para os produtos perecíveis), são opções mais racionais no sentido da sustentabilidade¹⁷.

Por fim e ao nível do *Consumidor final*, sabendo-se hoje que o consumidor se encontra mais bem informado, é expectável: que opte por escolhas e dietas alimentares mais responsáveis e sustentáveis, como por exemplo a dieta mediterrânea, com mais vegetais e menos carne; que compre alimentos locais e da época; que privilegie sempre o preço justo; que identifique bem os rótulos dos alimentos¹⁸ e que planeie as compras, evitando as promoções/descontos, que, segundo o Tribunal de Contas Europeu (TCE), se tratam de externalidades negativas¹⁹ do sistema alimentar. Assim, “Os alimentos que você escolher podem salvar o planeta: vamos deter juntos a mudança climática”. (Movimento Slow Food do Brasil).²⁰

Boas práticas de iniciativas empreendedoras e inovadoras

Existem diversos projetos e ideias com um cariz mais ambiental ou social ou até mesmo económico, que procuram contribuir para minimizar este flagelo e prolongar o tempo de vida útil dos alimentos.

16 “Fechar o ciclo – plano de ação da UE para a economia circular” (2015)

17 A Grande Distribuição tem dado o seu contributo através de ações de venda a preço reduzido de produtos alimentares “feios” ou a perder validade, ou doando os seus excedentes a instituições solidariedade social, como no caso da Missão Continente (Bolo “Panana”), da cadeia Jerónimo Martins e do Grupo Auchan.

18 Os inquéritos do Eurobarómetro, feitos pelo Parlamento Europeu, demonstram que os consumidores não estão esclarecidos no que respeita às indicações das datas dos alimentos, nomeadamente em relação ao “consumir até” e “consumir de preferência antes de” (Eurobarómetro Flash 425, 2015).

19 Uma externalidade negativa ocorre quando uma empresa toma uma decisão e não tem de suportar o custo integral dessa decisão. O TCE considera este um expediente da Distribuição que lhe permite transferir o seu desperdício para o consumidor final.

20 O Slow Food segue o conceito da ecogastronomia, conjugando o prazer e a alimentação com consciência e responsabilidade, reconhecendo as fortes conexões entre o prato e o planeta (“alimento, bom, limpo e justo” para todos).

Desde logo, a GoodAtfer – um supermercado “online”, especializado na comercialização de produtos alimentares não perecíveis e não alimentares que se encontrem próximo ou que tenham ultrapassado da data de consumo preferencial, assim como de produtos de linhas obsoletas, descontinuados ou sazonais – tem como objetivo dar uma segunda vida a alguns bens alimentares, promover a sua circularidade e evitar o seu descarte. Ou seja, aproveita os produtos que se encontrem em perfeito estado para consumo e que tinham como certo o destino do caixote do lixo. Uma iniciativa que, segundo dados da organização, permitiu entre 2017 e 2018, que 47 toneladas de bens alimentares tenham sido reaproveitadas e que 9,94 toneladas de emissões de CO₂eq tenham sido evitadas.

No mesmo sentido, podemos destacar, no Brasil, o Projeto Fruta Imperfeita e em Portugal a Cooperativa Fruta Feia, organizações que previnem o desperdício alimentar nos campos e que combatem o gasto desnecessário dos recursos (água, terras cultiváveis, energia) utilizados na produção de frutas e legumes. Mais concretamente reincorporam na cadeia de consumo produtos que iriam terminar no lixo, apenas por não cumprirem os padrões estéticos exigidos na distribuição (formato, cor e calibre), gerando valor para os agricultores e consumidores. São casos de manifesta racionalidade econômica que só vêm beneficiar as economias locais e respeitar o ambiente.²¹

Outro exemplo inovador e empreendedor virado para a sustentabilidade alimentar, é-nos dado pela “Fruut”, uma empresa que desidrata a fruta com pequenos defeitos na casca, ou com formas mais irregulares, produtos que iriam terminar no caixote do lixo. Assim, prepara snacks ou aperitivos 100% naturais, sem adição de açúcar, corantes ou conservantes. Desde 2013, segundo dados da empresa, já foram “resgatados” cerca de cinco milhões de quilos de fruta — à

volta de 32 milhões de peças que teriam sido descartadas, por não cumprirem os requisitos estéticos do circuito comercial.

Outras iniciativas chegam-nos da restauração. Projetos como a “Dose Certa”, que reduz as quantidades de comida servida nos restaurantes ao cliente ou o “Embrulha”, que incentiva os clientes a levarem para casa o que não consumiram, mas que pagaram. São iniciativas simples, que demonstram bem a sua eficácia.

No âmbito da economia circular temos a Agra-loop, uma empresa britânica que, através de tecnologia inovadora, circular e regenerativa, transforma resíduos, como cascas de banana, folhas de abacaxi e talos de cânhamo, em recursos (têxteis), evita o desperdício no sistema agrícola.

Quando se recolhem bananas, canas-de-açúcar ou óleo de linhaça, apenas a fruta ou o produto final é desejado. Ou seja, a colheita e o processamento das plantas deixa para trás literalmente toneladas de resíduos, incluindo o cânhamo, as oleaginosas e a palha de linho oleaginosa, as folhas de abacaxi, os troncos de banana e a casca da cana-de-açúcar. Estas cinco culturas oferecem mais de 250 milhões de toneladas de fibra por ano.

No Reino Unido, país que se encontra na vanguarda do combate ao desperdício alimentar, todos os anos se desperdiçam mais de 10 milhões de toneladas de comida (700 libras por família), o equivalente a 17 bilhões de libras, por ano.

A Bio-Bean usa as borras de café para extrair óleos de base para biocombustíveis. A Toast Ale fabrica, uma ideia de Tristram Stuart, autor do livro “Waste: Uncovering the Global Food Scandal” e fundador do Feedback, um movimento que luta contra o desperdício alimentar, fabrica cerveja com sobras de pão, onde 40% do malte é substituído por pão que não foi vendido.

Considerando-se que se vive, na atualidade, em sociedades em rede (CASTELLS, 2007), é de realçar que as inovações tecnológicas têm um papel deveras importante na redução do desperdício alimentar. O Olio, uma aplicação informática, permite denunciar a ocorrência de sobras de comida e organizar a sua recolha. O aplica-

21 Em tempos idos, a atividade da respiga, de apanha no campo das espigas que aí ficavam após a colheita, era muito usada. A Falling Fruit identifica, no mundo inteiro, os locais públicos onde se pode apanhar fruta que, se não for apanhada, irá acabar no lixo.

tivo é gratuito, mas seus fundadores esperam torná-lo em algo lucrativo através de publicidade, parcerias e doações.

De igual modo a aplicação Too Good To Go, criada no Reino Unido, oferece um serviço similar para restaurantes, permitindo que estes ponham à venda a preços reduzidos refeições que iriam parar ao lixo. Um aplicativo que já salvou mais de um milhão de refeições, em toda a Europa.

No Brasil, temos o aplicativo "Comida Invisível", mais conhecido como o "Tinder da comida", que conecta quem tem comida em excesso com quem precisa dela. Os doadores, (restaurantes/supermercados/hotéis), registram-se e oferecem os seus produtos para doação, desde que estejam dentro da data de validade e aguardam a sinalização do interesse por parte de entidades que distribuam comida. Estas, por sua vez, navegam no mapa disponível da aplicação e recolhem os alimentos, nos locais mais próximos. Quando ambos aceitam o acordo, a aplicação mostra onde o alimento deve ser resgatado.

Por último, há que dar conta do enorme contributo que nos chega pela televisão, através dos seus programas temáticos dedicados à culinária. A este respeito, refira-se, por exemplo, o "The Naked Chef", de Jamie Oliver, ou o "Scraps", na 24 Kitchen. Também os "reality shows" de comida, tais como o MasterChef, o Hell's Kitchen ou o Top Chef, ou, igualmente, as séries, tais como a "Cooked", baseada no livro de Michael Pollan, "Cooked: A Natural History of Transformation", ou a "The Mind of a Chef", de Anthony Bourdain.

Trata-se de excelentes ações de sensibilização e prevenção, pois para além de nos darem a entender as origens da comida e nos transmitirem a alegria em cozinhar bem, mostram-nos como combater o desperdício alimentar, através do aproveitamento de "restos" de comida, que muitas pessoas desperdiçam por não saberem o que podem fazer com eles. Temos, por exemplo, pratos feitos com ingredientes considerados "lixo", como cascas de banana, cascas de camarão, ossos de galinha ou cascas de cenoura.

No caso de haver excedentes alimentares, a "doação" de alimentos para a sua redistribui-

ção às Pessoas mais Carentes é sempre a opção mais indicada. Segundo a Comissão Europeia e o Tribunal de Contas Europeu, deve ser uma opção mais incentivada e mais facilitada, considerando-se que ainda se debate com muitos obstáculos/barreiras, nomeadamente no que diz respeito à responsabilidade dos vários agentes, em cada fase do processo.

Para assegurar-se a eficácia da doação, será necessária uma forte regulação, por parte dos Estados Membros (TCE, 2016). A verdade é que a doação envolve, a montante, vários intervenientes, sejam agricultores, produtores de alimentos, retalhistas, com práticas distintas e em contínua evolução como, também, a jusante, os destinatários, sejam bancos alimentares, organizações de beneficência ou utilizadores finais.

O excesso de alimentos pode ser redistribuído, desde que: seja adequado ao consumo humano, compatível com os requisitos de segurança e higiene alimentar, seja assegurada a rastreabilidade dos géneros alimentícios em todo o percurso, desde o doador até ao consumidor final. Referimo-nos aos alimentos que estão perto do prazo de validade ou produtos que, por meras razões estéticas ou de calibre, foram rejeitados pelo circuito comercial e que iriam terminar no lixo. "Um género alimentício não perecível pode continuar a ser comercializado após o término da data de durabilidade, desde que o consumidor seja informado e desde que o operador económico esteja em condições de garantir que o produto corresponde às características gerais de legislação alimentar e em particular as relativas à sua segurança" (DGAV, 2018).

Na verdade, não faltam bons exemplos de boas práticas de recuperação de alimentos para doação, como é caso dos Bancos Alimentares. Estes consistem numa organização, espalhada pelo mundo, norteadas pelo valor da solidariedade, e movidas pela generosidade das empresas de distribuição, dos mercados abastecedores e dos cidadãos, que congrega e coordena as iniciativas de diversas instituições locais.

Do mesmo modo, têm emergido da sociedade civil inúmeros movimentos e organizações com o objetivo de resgatarem os excedentes alimentares e os redistribuírem, gratuitamente, dire-

tamente ou através de instituições de solidariedade social, aos mais carenciados. Em Portugal, podemos destacar a organização Re-Food e o movimento Zero Desperdício²².

O movimento Re-Food, por exemplo, trabalha, diariamente, para a eliminação do desperdício de alimentos e da fome, em cada bairro. Todas as noites, várias equipas de voluntários saem para a rua a fim de resgatarem alimentos excedentários de cafés e restaurantes, redistribuindo-os, de imediato, a pessoas carentes de alimentos. Como resultado do seu trabalho, o Re-Food, para além de combater o desperdício alimentar, fortalece os laços sociais da comunidade, reforça o seu capital social, ao mesmo tempo que possibilita aos parceiros aderentes que concretizem, ativamente, a sua responsabilidade social.

O Movimento Zero Desperdício, da associação Dariacordar, tem por objetivo promover o aproveitamento de todos os bens alimentares sobrantes, distribuindo-os por instituições de solidariedade social, em condições controladas de higiene e segurança alimentar, evitando assim o desperdício. Trata-se de um projeto realizado em estreita ligação com as juntas de freguesia, e que permite, em simultâneo, identificar outras necessidades das pessoas carenciadas.

No Brasil, iniciativas como o “Disco Xepa”, que distribui sopas feitas com sobras de alimentos, apelam ao consumo consciente e sem desperdício.

Quando os alimentos não estiverem em condições de serem reaproveitados para o ser humano ou para a alimentação animal, devemos recorrer à compostagem, um processo de reciclagem da matéria orgânica e uma forma de atenuar o pro-

blema da acumulação de resíduos nos aterros, dando um destino útil aos resíduos orgânicos²³. Este processo transforma matéria orgânica em húmus (adubo orgânico), a fim de melhorar os solos agrícolas, faz crescer a geração posterior de culturas e melhorar a qualidade da água.

A valorização dos resíduos alimentares para a produção energética é outra opção possível, dado que, no seu processo de decomposição, se gera metano (um gás excessivamente gerador de efeito de estufa), que pode ser utilizado como biogás. Assim, podemos transformar os restos de comida em combustível. Nas cidades, estes restos chegam a representar cerca de 30% dos resíduos urbanos, presentes numa fração indiferenciada desses resíduos.

Quando uma maçã com bolor ou um iogurte fora da validade não estão mais em condições seguras, a utilização de um digestor anaeróbico pode transformá-los em combustível, que poderá, inclusive, aquecer um edifício.

Na atualidade, cresce o número de hotéis e de escritórios que estão instalando sistemas de aquecimento de biomassa com base nesta tecnologia. Por sua vez, as empresas de gestão de resíduos estão gerando energia sustentável em escala industrial, usando também elas restos orgânicos descartados pelas famílias e pela indústria alimentar.

Por fim, quando os resíduos não podem ser valorizados de nenhuma forma, não nos resta outra opção que não seja a sua incineração ou depósito em aterros sanitários, uma solução que acarreta graves danos ambientais, devido, por exemplo, à possibilidade de contaminação das águas subterrâneas ou à produção de poluição atmosférica.

Por fim, refira-se outros projetos, tão inovadores quanto criativos, que estão a ser desenvolvidos no setor agroalimentar e que apostam na valorização de produtos e subprodutos agrícolas. É o caso do aproveitamento do soro das queijarias para a obtenção de bebidas fermentadas,

22 A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), a autoridade administrativa de Portugal especializada para as áreas de segurança alimentar e fiscalização, e para desfazer dúvidas que persistiam em relação à segurança dos alimentos doados, veio esclarecer, através da “newsletter” n.º 32/2011, que não há nada que impeça a doação de alimentos, desde que sejam cumpridas, e ao longo de todas as etapas, desde o doador ao consumidor final, as regras da rastreabilidade alimentar, bem como as normas mínimas de higiene e segurança alimentar.

23 Os alimentos depositados em aterros sanitários, ou simplesmente descartados no ambiente, produzem metano, gás com efeito estufa 23 vezes mais potente do que dióxido de carbono. (FAO,2013)

a produção de mel em pó para a obtenção de produtos de valor acrescentado, a produção de betão leve a partir de casca de arroz ou o contributo de extratos de algas para a preservação de maçãs embaladas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendendo-se à difícil relação entre o número de pessoas, a velocidade do seu crescimento, a limitação dos recursos naturais do planeta, e os danos contínuos causado pela indústria e por uma sociedade hiperconsumista, é tão indispensável quanto urgente o encontro de soluções para se mitigar esta disfunção, para que se promova a própria sustentabilidade da presença dos seres humanos no planeta.

O desperdício alimentar é, na atualidade, um problema identificado como uma das causas para o desperdício dos recursos do meio ambiente, mesmo que se não conheça a sua verdadeira dimensão ou extensão. Foi, por esse facto, colocado na agenda política mundial, cabendo agora passar-se da identificação do problema, comumente aceite, a uma prática ou práticas para a sua resolução, que se encontram ainda em desenvolvimento.

Considerando-se que o desperdício alimentar abrange tanto pessoas coletivas como indivíduos, sejam produtores, processadores, distribuidores ou consumidores, as soluções têm necessariamente de articular todos os sujeitos dentro de uma sociedade. Ressalte-se que tal interação é muito diversa e ampla, abrangendo redes que representem estes interesses públicos ou privados, consumidores ou empresas.

As primeiras soluções apresentadas são manifestamente tímidas e insuficientes. No entanto, diversos países apresentaram já os primeiros diplomas legislativos sobre o tema, que abrangem sobretudo uma maior sensibilização do público para a questão, assim como a obrigatoriedade de médias e grandes superfícies distribuidoras doarem os excedentes alimentares a instituições de solidariedade social; os primeiros diplomas preveem, também, o estabelecimento de organismos públicos para articularem os diversos agentes sociais no combate ao desperdício.

No que concerne os cidadãos em geral, assiste-se ao surgimento de diferentes iniciativas empreendedoras, que identificam formas criativas para se promover uma economia circular, aproveitando-se os desperdícios alimentares em toda a sua hierarquia, desde a sua produção agrícola ao consumo.

O mosaico de casos apresentados ilustram o fervilhar e multiplicar de iniciativas, e refletem um grande dinamismo na abordagem da questão, mas, da mesma forma, o seu estado embrionário, cabendo a cada um de nós, enquanto sujeitos potenciadores do problema, contribuirmos para o seu solucionamento. O desafio é enorme, mas os recursos coletivos que temos na nossa posse também o são, pelo que, evitar e combater o desperdício alimentar terá que ser um compromisso de todos nós.

Referências

- BAPTISTA, P.; AL., et. **Do Campo ao Garfo, Desperdício Alimentar em Portugal**. Lisboa: CESTRAS, 2012.
- BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BECK, U. **Risk Society: Towards a New Modernity**. Londres: SAGE Publications, 1992.
- BERGGREN, A.; JANSSON, A.; LOW, M. Approaching Ecological Sustainability in the Emerging Insects-as-Food Industry. **Trends in Ecology Evolution**, v. 34, n. 2, p. 132-138, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.tree.2018.11.005>>. Acesso em:
- CASTELLS, M. Communication, Power and Counter-Power in the Network Society. **International Journal of Communication**, n. 1, p. 238-266, 2007.
- CONTRERAS, J. A. **A modernidade alimentar: entre a superabundância e a insegurança**. 54. ed. Curitiba: UFPR, 2011.
- DOUTHWAITE, R. **The Growth Illusion: How Economic Growth Has Enriched the Few, Impoverished the Many, and Endangered the Planet**. Londres: The Liliput Press, 2000.

- EUFIC, (European Food Information Council). **Como minimizar o desperdício alimentar**. 2012. Disponível em: <<https://www.eufic.org/en>>. Acesso em:
- EUROPEIA), UE (União. **Fechar o ciclo – plano de ação da UE para a economia circular**. 2015. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX%5C%3A52015DC0614>>. Acesso em:
- FAO. **Food wastage footprint: Impacts on natural resources**. 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/i3347e/i3347e.pdf>>. Acesso em:
- _____. **Global food losses and food waste – Extent, causes and prevention**. 2011. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i2697e.pdf>>. Acesso em:
- _____. **Toolkit – Reducing the food wastage footprint: Food Agriculture Organization**. 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/i3342e/i3342e.pdf>>. Acesso em:
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1990.
- GOMES, C.; MOREIRA, V. (coord.). **Compreender os Direitos Humanos: Manual de Educação para os Direitos Humanos**. Coimbra: Coimbra Editora, 2011.
- GUSTAVSSON, J.; AL., et. **Global food losses and food waste: Extent, causes and prevention**. 2011. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/014/mb060e/mb060e00.pdf>>. Acesso em:
- HARVEY, D. **A compressão do tempo-espaço e a condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.
- HOSPITALITY, NHSE. **Managing food waste in the NHS**. Leeds: Department of Health, 2005.
- IMAFLORA. **Documento de análise: evolução das emissões de gases de efeito estufa no Brasil (1970–2013): setor agropecuário**. 2015. Disponível em: <https://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/55ca3a26a856a_agropecuaria_2015.pdf>.
- LATOUCHE, S. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MEADOWS, D. H.; AL., et. **The Limits to Growth: a report for the club of Rome's Project on the Predicament of Mankind**. New York: Universe Books, 1972. Disponível em: <<http://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf>>.
- OKAMOTTO, P.; AL., et. **Uma proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil. Projeto Fome Zero**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001.
- PARFITT, J.; BARTHEL, M.; MACNAUGHTON, S. **Food waste within food supply chains: quantification and potential for change to 2050. Philosophical Transactions of Royal Society B**, London, v. 365, p. 3065–3081, set 2010. Disponível em: <<https://royalsocietypublishing.org/doi/pdf/10.1098/rstb.2010.0126>>.
- POLLAN, M. **Em defesa da comida: um manifesto**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.
- QUESTED, T.; INGLE, R.; A., PARRY. **Household Food and Drink Waste in the United Kingdom**. 2011.
- ROBERTS, P. **The End of Food**. Boston: Houghton Mifflin, 2008.
- SHIVA, V. **Staying Alive: Women, Ecology and Development**. New Delhi: Kali for Women, 1988.
- SINGER, P. **The Way We Eat – Why Our Food Choices Matter**. 3 dez. 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0312200607.htm>>.
- STENMARCK, Å. et al. **Estimates of European food waste levels**. 2016. Disponível em: <<https://www.eu-fusions.org/phocadownload/Publications/Estimates%5C%20of%5C%20European%5C%20food%5C%20waste%5C%20levels.pdf>>. Acesso em:
- STUART, T. **Waste – Uncovering the global food scandal**. Londres: W. W. Norton Company, 2009.

TCE. **Luta contra o desperdício alimentar: uma oportunidade para a UE melhorar a eficiência dos recursos na cadeia de abastecimento alimentar.** 2016. Disponível em: <https://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/SR16_34/SR_FOOD_WASTE_PT.pdf>.

TEIXIDÓ, L. S. El Modelo Francés de Lucha Contra el Despilfarro de Alimentos. **Dereito**, v. 27, n. 1, p. 63–97, jan. 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/37187718/El_modelo_franc%C3%A9s_de_lucha_contra_el_despilfarro_de_alimentos_The_French_model_against_food_waste_Dereito_revista_xur%C3%ADdica_da_Universidade_de_Santiago_de_Compostela_n%C3%BAm._27_1_2018>.

UNRIC. **Guia sobre desenvolvimento sustentável: 17 objetivos para transformar o nosso mundo.** 2015. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/images/stories/2016/ods_2edicao_web_pages.pdf>.

VAALE-HALLBER, M. Norway: New Maximum and Minimum Limits for Food Supplements. **European Food and Feed Law Review**, v. 12, n. 5, p. 441–442, 2017.

VAQUE, L. G. French and Italian Food Waste Legislation: An Example for other EU Member States to Follow? **European Food and Feed Law Review**, v. 12, n. 3, p. 224–233, 2017.

WHO. **Obesity: Preventing and managing the global epidemic.** 2000. Disponível em: <http://www.who.int/nutrition/publications/obesity/WHO_TRS_894/en/>.

BETWEEN CULTURAL CHANGES AND THE FORMATION OF ECOLOGICAL INDIVIDUALS: THE TARTARUGUEIROS OF THE TAMAR PROJECT

TOGNIN, Frederico^{1,*}, FERRARO JR, Luiz Antonio^{2,†} e MARCOVALDI, Maria Ângela^{3,‡}

^{1,3}Fundação PRÓ-TAMAR – Av. Farol Garcia D’Avila, Mata de São João / Bahia / Brazil e ²Universidade Estadual de Feira de Santana – Avenida Transnordestina, s/n – Novo Horizonte, Feira de Santana / Bahia / Brazil

* protamar@tamar.org.br

† ferraroluiz@yahoo.com.br

‡ protamar@tamar.org.br

Resumo

Em 1980, o Projeto TAMAR iniciou as atividades de conservação das tartarugas marinhas e realizou um levantamento de informações sobre os usos e hábitos culturais relacionados às espécies nas praias brasileiras. Após diagnosticar a extração de carne/ovos e relacioná-lo às causas do risco de extinção, convidou alguns pescadores conhecidos pelo hábito de consumo de tartaruga para iniciar um trabalho na intenção de possíveis mudanças comportamentais das comunidades. Através desse Estudo, buscou-se compreender por meio das narrativas de dois *tartarugueiros* do Projeto TAMAR, as raízes dessas mudanças, que são observáveis no dia-a-dia, mas não investigadas de forma mais sistemática. Houve a formação de sujeitos ecológicos ou as mudanças se devem às induções circunstanciais (troca por dinheiro)? A metodologia utilizada foi baseada em narrativas biográficas. Os escolhidos para participar habitam a comunidade Coqueiros, Município de Jandaíra/BA. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com dois *tartarugueiros*, e abordados os temas: ecologia das tartarugas marinhas, trajetória pessoal e formação profissional (como pescador/*tartarugueiro*). Entre as visões apresentadas, uma reduz a compreensão do ambiente à vila, a outra é mais ampla e há tanto a extensão do papel conservacionista para outras espécies (raposas), como para o ambiente em geral. Estas visões se expressam em variação da ação pessoal para além do emprego, variando do compromisso em manter a própria comunidade engajada não na predação e sim na ação educadora mais ampla. Pode-se afirmar que a relação de trabalho, as mudanças culturais gerais, a capacitação e os resultados observáveis do projeto, concorrem conjuntamente para as mudanças de comportamento em relação à tartaruga. A formação dos *tartarugueiros* como sujeitos ecológicos está em curso.

Palavra Chave: Ecologia. Tartaruga Marinha. Mudança de Comportamento. Conservação. Projeto TAMAR.

Abstract

In 1980, the Tamar project started conservation activities and performed a survey on Brazilian beaches looking for information about the usages and cultural habits related to the sea turtles. After diagnosing that the consumption of meat/eggs was related to the risk of endangerment, we invited some well-known fishermen to start a new work with the intention of achieving a possible behavioral change in the communities. Through this research, we sought to understand the roots of these changes through the narratives of two *tartarugueiros* from the TAMAR project. Such characteristics are observed on a daily basis, but not investigated more systematically. Was there a construction of ecological individuals, or did it all happen through circumstantial inductions (exchange for money)? The methodology used was based on biographical narratives. Those chosen to participate live in the Coqueiros community, Jandaíra County, state of Bahia, Brazil. Two semi-structured interviews were conducted with each *tartarugueiro*, and the topics addressed were: ecology of sea turtles, personal background and professional training (as a fisherman/*tartarugueiro*). Among the presented points of view; one narrows the comprehension about the environment to the village; the other one is wider and extends its understanding about the conservatory role towards other species (like foxes) and the environment in general. These views express themselves in a number of personal actions beyond their job, having the commitment of making the community focused on not being predators. One can say that the working relationship, the general cultural changes, the professional training and observable results of the project jointly contribute to the behavioral changes related to the turtles. The formation of the *tartarugueiros* as ecological individuals is ongoing.

Key words: Ecology. SeaTurtle. Behavior Change. Conservation. TAMAR project.

INTRODUCTION

In 1980, the Brazilian National Program for the Conservation of Sea Turtles (TAMAR, in Portuguese) began its activities aiming the conservation of the sea turtles, and has carried out surveys about the uses and cultural habits related to these species in Brazilian beaches.

After diagnosing that the extraction of meat and eggs was one of the main causes of its extinction risk, some fishermen known for their habits of consuming turtles were invited as coworkers in a study project which intended to introduce possible cultural changes in their own communities. These fishermen knew how to find sea turtle nests, the best time to work for conservation activities, which species come to this part of the Brazilian coast, etc., and became the *tartarugueiro*. All activities of protection and management, brought by the oceanology students of Rio Grande Federal University (FURG), sought to interact with traditional knowledge and practices.

Marcovaldi and Marcovaldi (1999) consider that the success of this conservation program was due to the participation of local communities, including the employment of fishermen to patrol the beaches and to protect the nests of sea turtles: the *tartarugueiros* (objects of this Study). Thus, the beginning of these activities, based on the relationship of inhabitants with the environment, falls within the field of Human Ecology, described by Pianka (1983) as an area of wider ecology, involving a range of environmental variables, including the social area.

Since it is an area that blends ecological and social studies, we have few established tools and research methods, which implies in specific methodological constructions. One of the possibilities of analysis is a qualitative research, which considers the new behaviors as a result of efforts and tasks (OLIVEIRA, 2008).

The observable changes draw up an intricate multi-causal network and circumstantial effects, environmental and cultural changes with both regional and even global reach. The

concept of Carvalho (2001) defines “environmental” as a heterogeneous set of actors and a diversity of practices, beliefs and values whose common axis refers to the importance of nature and the environment. This concept guides this Study. It is essential to consider, in these changes, the meanings, motives, aspirations, attitudes, beliefs and values expressed in the daily life of those involved (TEIXEIRA, 2002).

Thus, considering the complexity of human ecology and its multiplicity of social, cultural, economic, institutional and environmental relations, long-term initiatives, such as TAMAR, are a great opportunity to understand this process in which human lives and environmental projects interact and influence each other, which, according to Alves and Sá (2011), makes the individual seek to redefine its own role in the environment and towards society.

Currently, TAMAR has the *tartarugueiro* and their communities as fundamental and necessary allies in the conservation of sea turtle species. Internal reports point out that effective changes of behavior were registered, which are also commonly reported in the activities of environmental education and training of the *tartarugueiros*. Investigating these might also help the planning and, if necessary, conceptual transformations of TAMAR’s work with the turtles.

It is important to emphasize that the northern coast of Bahia is an important conservation area for sea turtles in Brazil, since it is an area known for dense nesting numbers of the loggerhead turtle (*Caretta caretta*), hawksbill (*Eretmochelys imbricata*), olive ridley (*Lepidochelys olivacea*) (M. A. MARCOVALDI; M. CHALOUPKA, 2007; CASTILHO, 2011) and, occasionally, the green turtle (*Chelonia mydas*) (ALMEIDA, 2011). This region represents more than 30% of the nests in Brazil (BRASIL, 2018).

METHODOLOGY

This research was based on the Resolution 466/2012, which guarantees the rights and duties of those involved (researcher and State) and

received the CAAE (Certificate of Presentation for Ethical Appreciation) 56247716.9. 0000,5031. The interviews were conducted after the approval of the CEP (Research Ethics Council) of Bahia's Federal Institute of Education, Science and Technology, and followed the standards and guidelines of the Helsinki and Tokyo measures. For submission, a term of free clarification and consent for the interviewees was elaborated, ensuring confidentiality, anonymity and the certainty that it will not generate any legal or institutional embarrassments to their professional functions.

The present study seeks to understand, through the narratives of two *tartarugueiros* of the TAMAR Project, the roots of their cultural changes, which are observable in daily life, but were not investigated in a more systematic way. Was there the formation of new ecological individuals or were these changes due to circumstantial inductions like, for instance, money?

The methodology used was based on biographical maps, which focus on the life trajectories expressed in personal narratives. Carvalho (2003) reports that the success in this type of study depends on several communication activities: the informant must tell his life history; describe life situations, and argue about significant and recurring problems in their lives and how he/she relates to it. The researcher, by meticulously working on this material, becomes itself an active part of this dialogue while producing knowledge.

In August 2016, the semi-structured interviews were carried out on the topics: ecology of sea turtles, personal trajectory and professional training (as fisherman/*tartarugueiro*); perception of the changes that have occurred in recent years in their region and in their lives; projects and fears about their own future and their descendants'.

In these meetings, the social reproduction of this functional activity was approached, that means, to which extent the ancient cultural elements and the recently acquired ones play a role in the intergenerational narratives and on each individual life project.

Some authors like Triviños (1987) and Man-

zini (1990) conceptualize and characterize this type of interview that was used with the *tartarugueiros*. For the first, Triviños (1987), the semi-structured research has as characteristic only the search for answers to basic questions related to the theme, and is made through standardized answers, yet Manzini (1990), suggests the preparation of a script in which answers will emerge in a freer form, not conditioned to anything, that means, the interviewee can express itself in a natural way. For this study, I blended both definitions and, through a script and the organization of the ideas, the interviews were developed, answering the basic questions related to the understanding of the turtle ecology by the *tartarugueiros*; as a result of this informality, their life histories and their relationship with the environment and the sea turtle emerged.

The interviewees are not a sample, in the statistical sense, of the universe of the *tartarugueiros*. In Bahia, we have thirty-two professionals involved in monitoring beaches with the same kind of life, personal and professional history. The result represents the experience of those involved and refers to the possibility of gathering fragments for an understanding of this social reality, considering the individual as an expression of their time and context, as understood by Velho (1994) and Ginzburg (1987) and (1991). Besides these authors, several qualitative researches carried out through biographical narratives were based on only one or a few subjects (CARVALHO, 2000).

Both the field of phenomenology and several foundational authors of social research, such as Durkheim (2007) and Foucault (1967), have demonstrated the potential of each individual to be investigated as a phenomenon of its time. Alencar (2004) reports that, when researching a case study, there is the exposition of a possibly real part, generating, therefore, new hypotheses for the development of other researches with the same theme.

For this study, I searched for two *tartarugueiros* in full working activity, who inhabited the same community with the same development pressures, whose work had similar

characteristics since the beginning of the protection and management of sea turtle nesting activities. I chose the *tartarugueiro* with the longest working time, one who actually fed on the sea turtle, and another who inhabited the same community.

The biographical method is the interaction between the subject and its history. While reporting his experience, the *tartarugueiro* made the connection between his trajectory and the changes promoted by the working activities related to the protection and management of sea turtles. Benjamin (1987) says that tradition only makes sense insofar as it intertwines with the narrator's experience, and it is on this basis that the texts have been interpreted. These reports transposed the elements of part of the interviewees thinking into a recorded and transcribed report. While the *tartarugueiro* narrated, he also interpreted his history: a description and at the same time, a version.

According to Manzini (2004), the questions should be adapted to the reality of the interviewees and should be attentive to vocabulary, form and sequence. The interviews involved two moments: Pre-encounter and the meeting itself.

In the pre-meeting, the interviewees were visited by the researcher. The location was decided by the interviewee. At this moment of the research, a compromise was established between the parties. The consent and confidentiality agreement was signed by the interviewees.

At the second meeting, the interviewee was once more reminded that it was a recorded interview.

First question was: "Mr. X, tell us a bit about your life history, ever since you came to Coqueiros, how you became and lived as a turtle fisher, until this moment when you are a *tartarugueiro* at the TAMAR Project."

When the interviewee did not answer some important questions, I tried to receive this information during a more personal conversation:

- What has changed (the) most in your life? What has changed for the better and what

has changed for the worse? What about your family, your community?

- What do you think that has changed in yourself? Have the people in your family and community changed? How?
- What contributed the most to these changes? Tell one or more facts that were important to you, your family and the community.
- What do you miss in the past? What about selling and eating turtle eggs or turtles? What about your family? Do you think many people miss it in the community?
- What are your expectations for the future of your children and grandchildren? What do they expect?

We ended the interview by asking the interviewee if he would like to say something more or tell us something curious that he had lived throughout these years of activity. I thanked him and agreed to give him a transcription and a presentation of this work, introducing him and his family/community to the final product. The record player was turned off and I said goodbye.

STUDY AREA

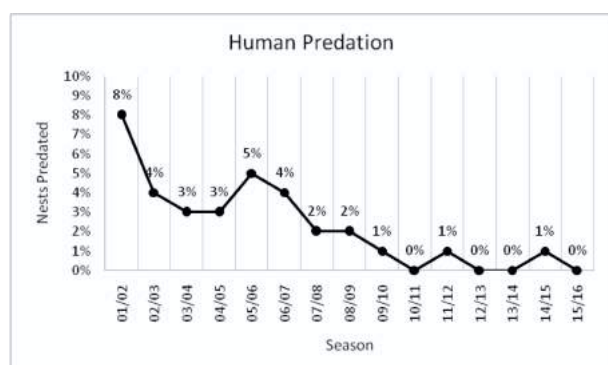
Among all the areas monitored by the TAMAR Project, the community of Coqueiros, in Jandaíra, Bahia, is the only one that still has characteristics similar to the ones found at the beginning of the monitoring efforts of sea turtles and still has the *tartarugueiros* since these activities began. Other monitored areas have already been more affected by the real estate development or the tourism, which brings to its inhabitants a greater set of influences beyond the TAMAR Project. This is a beautiful northern area of the Bahian coast, surrounded by sand and still with rustic features, within the Mangue Seco Environmental Protection Area, decreed as protected on November 6, 1991 (MEIO AMBIENTE, 1991).

RESULTS AND DISCUSSION

In the studied area, there was a reduction of the collected sea turtle eggs. This indication was

made based on SITAMAR (2018), as seen on in figure 1.

Figure 1. Proportion of Human Predation in Sea Turtle Nests throughout the Reproductive Seasons.



This reduction was an important premise for the beginning of the study of the *tartarugueiros* and their relation with the sea turtles. The *tartarugueiros* are all men, at least 49 years old, have incomplete basic schooling, approximately 14.5 years of activity as *tartarugueiros* and still inhabit small and simple places, where the native vegetation is very well preserved and there is almost no urbanization.

The *tartarugueiros* will be represented by numbers (1 and 2) and had the secrecy of their identity preserved, as according to the rules of the "Free Clarification and Confidentiality Term" based on Resolution 466/2012 of the National Health Council of Brazil. Interviewee 1 was born in 1953, has been a *tartarugueiro* for 27 years. He is illiterate. The interviewee 2 was born in 1973, has been for 20 years in this activity, and has not completed high school.

After transcription, the interview results were divided into categories according to each study proposal, which are: first contacts with the turtles; knowledge about biology and ecology of sea turtles; knowledge of threats beyond consumption; action as an environmentalist and changes of life; expectation for the future.

First contacts with the turtles

When the conservation activities of sea turtles begun, FURG students searched for people known for eating meat and eggs of these endangered animals. A quick and practical solu-

tion was to offer a compensation for the help on the beach and, thus, to have in each community an agent involved and reporting the number of nesting, birth of turtles and possible threats to the various species of sea turtle. This exchange of money for conservation played an important role in the construction of the pattern of new relations sought at that time.

When the TAMAR Biologist arrived in Coqueiros in 1988, all residents indicated interviewee 1 as the major consumer of sea turtles. He avoids asserting, but in the analysis of his speech, one notices that he actually ate, at least, the sea turtle eggs. This fear of recognizing his attitude can have several causes, from the risk of accountability to the will of not having it recorded in his biography, which is now marked by the protection of this animal. This was noticed when 1 reported: "I was at home, it was 6 o'clock in the afternoon and the boy arrived, it was not forbidden to eat a turtle, that day I even had some eggs on the roof of the house drying up", and also in the speech: "he said that he had already heard that I was the one who killed the most turtles in Coqueiros beach there, I told him he was wrong, because I have always killed, but not many".

Interviewee 2, who is a resident of the same community, knows several stories of turtle consumption, including those of 1.

In Brazil, there are have 5 species that nests in our beaches; 4 can be found in Coqueiros: the *Caretta caretta*, *Eretmochelys imbricata*, *Lepidochelys olivacea* and *Chelonia mydas*.

Knowledge about biology and ecology of sea turtles

All hatchlings are dark, by natural camouflage, and have similar sizes. A practical way to see the difference between species is the number of plates on the shell. This concept of differentiation was completely absorbed by the studied *tartarugueiros*. 1 reported on the identification of the species: "You can see the difference by its back" / "Lepi is the smallest one and has 7 or 8 boards from one side to the other, the comb only has 4, the grimace has 5 and the green one has 4 as well".

According to the literature, *Caretta caretta* has on its shell 05 pairs of lateral plates juxtaposed and *Lepidochelys olivacea* (olive turtle) has 5 to 9 pairs (usually 6) of asymmetric lateral plates.

Tartarugueiro 2 also understands the morphological differences between the species, based on the ecological concepts passed by biologists on account of this scientific publication, and reported in his speech: "I count by plate, that to 'lepi', it has more plates than the caretta, it has less plates, it's 5". On the recognition of the species *Eretmochelys imbricate*, reported, corroborating the science: "The hawksbill we also identify by the carapace and it has the smaller head and the beak is more forward... The "de-pente" has 4 plates".

The sea turtle has a long life cycle and late sexual maturation, depending on the species, between 10 and 50 years old (M. Y. CHALOUKKA et al., 1997). For *Lepidochelys olivacea*, the most common on Coqueiros beaches, there is no study proving the real sexual maturation. What is of scientific knowledge is that in the Pacific Ocean they begin to reproduce between 10 and 18 years old (ZUG, 2006).

According to the TAMAR Project database (BRASIL, 2018), nests outside the reproductive season, from April to August, have increased during the last 15 years in the studied area, which reaffirms the increase of *Lepidochelys olivacea*. In this area, there are nests all over the year. This nesting increment of *Lepidochelys olivacea* was mentioned in Castilho (2011) in the review of conservation status of the species, and can be noted in figures 2 and 3.

The perception of this increase was noticed by the interviewee 1 and reported with pride: "nowadays, we have them, there is enough, there is no summer or winter anymore!"

The *tartarugueiro 2* reported, showing satisfaction, that in these 20 years of activity, his area has increased by almost 65 times the number of nests, it was from 11 to 700 nests during a turtle season. And as it is understood the life cycle of *Lepidochelys olivacea*, this increase in population is a direct result of his work in the area, as demonstrated when he was asked: "when you started, how many nests did you have?" The *tar-*

Figure 2. Number of nests in the last 15 years on the beaches of the Coqueiros community.

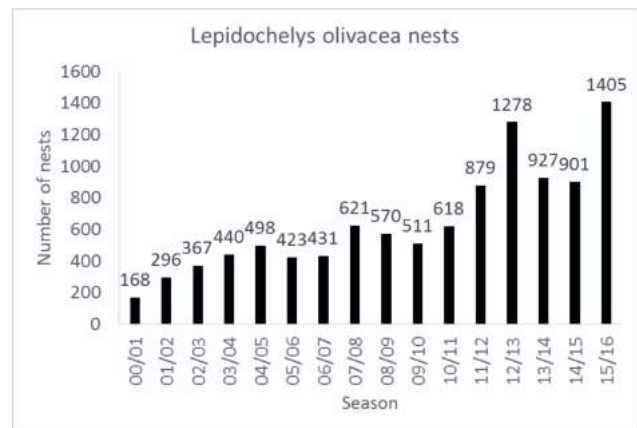
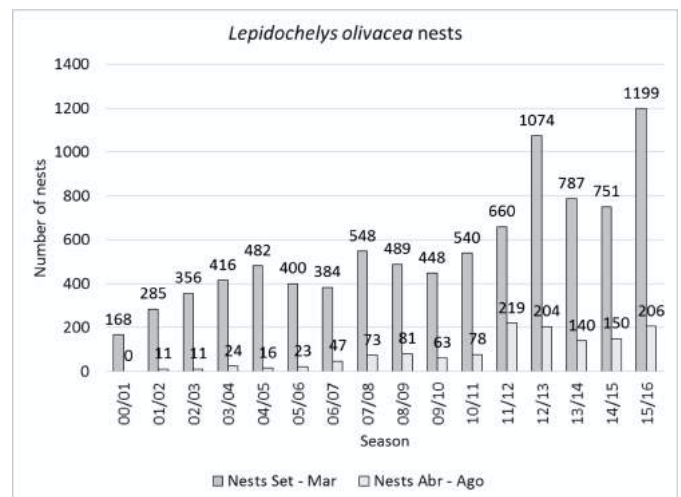


Figure 3. Number of nests during and after the seasons in the last 15 years on the beaches of Coqueiros community.



tarugueiro 1 said he had eleven: "nowadays, only in my area there are seven hundred". The man shows pride about this increase in the number of nests.

Knowledge of threats beyond consumption

Currently, the main threat to sea turtles is fishing and the interviewees have the real notion of all the problems involving shrimp trawling in the sea of their community, the main fishing gear used in Bahia's extreme northern region and in the whole state of Sergipe. According to Silva et al. (2007), there are records of catches of *Lepidochelys olivacea* by this type of fishery. On this subject, respondent 2 reported:

"Right here, what kills the most, I think, is

the boats out there, trawlers." Interviewee 1 has more conviction and is quite sure of this type of interaction with sea turtles and states: "the shrimp trawler, this is what kills most turtles because when they are out there, two or three days after, a lot of dead turtles appear".

Through the monitoring activities, we noticed that, when there are shrimp trawlers in activity, in a few days, the dead animals appear on the beach, usually in an advanced stage of decomposition. This perception of the field team corroborates the interviewees' reports.

Action as an environmentalist

The *tartarugueiro* 2 inspired by TAMAR activities has become a multiplying agent of our premises and always advises fishermen not to capture the sea turtles that get tangled in their nets. He reports that, sometimes, sea turtles can get entangled in the fisherman's net, tearing or getting trapped without being able to rise to breathe. The sea turtle is a lung reptile and, therefore, can die from drowning. There is a love-hate relationship between fishermen and sea turtles. According to his experience, the *tartarugueiro* reports: "there are people who do not like the turtles, every fisherman walks with his little knife or something and then, if it comes curled up, it takes, it cuts the net and unrolls the sea turtle loose". This shows that the community has not changed the relationship with animals so much.

Interviewee 1, as he does not see the fishermen landing in Coqueiros, did not report the possible multiplication of information about conservation of the sea turtles for this group, exactly for not finding them. One other point that shows their concern for their space: "it's kind of hard because they leave, we are here on land, and we do not find them."

Thus, with these years of TAMAR activity, field experience and broader understanding of the training process, the turtles have become a concern for the environment and the future of their community, revealing the importance of caring for nature, the maintenance of ecosystems and the conservation of the rustic charac-

teristics of the communities to guarantee their peace, their children's and nature's.

CONCLUSION

The *tartarugueiros* first contacts of with sea turtles happened in different decades and moments of TAMAR monitoring strategies. The exchange of money for the protection of nests on the beaches, in addition to the partnership with the new institution that had just arrived in the community, was fundamental for the beginning of the people's transformation, as demonstrated by the report of the *tartarugueiros*, including the one who was a consumer of meat and eggs.

The *tartarugueiros* are socially respected in their community because of their activity, mainly for the beginning of the recovery of sea turtle *Lepidochelys olivacea*. It is something visible, linked to their routine and to their land, and they can relate to the content that was absorbed after the trainings.

The training activities carried out with the interviewees throughout the seasons have brought a deep knowledge about the ecology of the sea turtle. The *tartarugueiros* know about the importance of sea turtles, how to identify species by side plates, the scientific names of all sea turtles and all the parts of their life cycle. Each year, when they had more nests on their beach because of their effort, their care for the environment increased, showing the importance of seeing, of being concretely part of the content of a training activity.

As a result of TAMAR activities since he was a teenager, one of the *tartarugueiros* became a defender and multiplier of the environmental discourse in his community. His perception of the environment is broad and he has a greater understanding of the facts and consequences of global actions. Both for a lesser personal relation to turtle consumption and for a higher schooling level, the younger *tartarugueiro* seems to have even more adherence to the discourse of conservation and a wider environmentalist thinking.

The *tartarugueiros* are proud of their environmental role, and the fact that they want their

descendants to study more and become Biologists in their community shows the will of professionalization in the area and gives more prominence to the children, perpetuating the sea turtle conservation work in this area.

At the end, it is possible to say that the cultural change, the good working relations, environmental training, community relationships and personal engagement are factors that contribute to the good conservation of the sea turtle. It can also be said that this transformation of the *tartarugueiros* into ecological individuals is under way, and the observed cultural change is a direct result of TAMAR activities.

References

- ALENCAR, E. **Metodologia Científica e Elaboração de Monografias**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2004.
- ALMEIDA, A. P. et al. Avaliação do Estado de Conservação da Tartaruga Marinha *Chelonia mydas* (Linnaeus, 1758) no Brasil. **Revista Biodiversidade Brasileira**, vol. 1, pp. 12–19, 2011.
- ALVES, A.; SÁ, J. C. A educação como estratégia de apropriação de conhecimentos para fortalecimento da medicina tradicional: a experiência dos índios fulni-ô (Águas Belas – PE). **Revista Diálogos**, Universidade de Pernambuco, Recife, no. 5, 2011.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Brasilienses, 1987. vol. 1.
- BRASIL. **Banco de Dados Projeto Tamar**. 2018. Address: <<http://www.projtotamar.org.br/>>.
- CARVALHO, I. C. M. A. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. **Horiz. Antropol**, Porto Alegre, vol. 9, no. 19, pp. 28–36, 2003.
- _____. **Educação Ambiental – a formação do sujeito ecológico**. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001. vol. 1.
- _____. **Invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em Educação ambiental**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- CASTILHO, J. C. et al. Avaliação do estado de conservação da tartaruga marinha *Lepidochelys olivacea* (Eschscholtz, 1829) no Brasil. **Revista Biodiversidade Brasileira**, vol. 1, pp. 28–36, 2011.
- CHALOUPKA, M. Y.; LIMPUS, C. Robust statical modelling of hawksbill sea turtle growth rates (Southern Great Barrier Reef). **Marine Ecology Progress Series**, no. 146, pp. 1–8, 1997.
- DURKHEIM, E. **As regas do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. Lisboa: Portugalia, 1967.
- GINZBURG, C. **Micro história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand-Brasil, 1991.
- _____. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, vol. 26/27, pp. 149–158, 1990.
- _____. **Entrevista Semiestruturada: Análise de Objetivos e de Roteiros**. Marília: Universidade Estadual São Paulo (UNESP), 2004.
- MARCOVALDI, M. A.; CHALOUPKA, M. Conservation status of the loggerhead sea turtle in Brazil: an encouraging outlook. **Endangered Species Research**, vol. 3, pp. 133–143, 2007.
- MARCOVALDI, M. A.; MARCOVALDI, G. G. Marine Turtles of Brazil: the history and structure of Projeto TAMAR-IBAMA. **Biological Conservation**, Washington, no. 91, pp. 35–41, 1999.
- MEIO AMBIENTE, INEMA – Instituto Estadual do. **Decreto nº 605 de 06 de novembro de 1991**. 1991. Address: <<https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85233/decreto-605-91>>.
- OLIVEIRA, C. L. **Educação um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características**. Alagoas: Universidade Federal de Alagoas, 2008. vol. 2.
- PIANKA, E. R. **Evolutionary ecology**. New York: Harper Row, Pub, 1983.

SILVA, A. C. C. D. et al. Nesting biology and conservation of the olive ridley sea turtle (*Lepidochelys olivacea*) in Brazil, 1991/1992 to 2002/2003. **J. Mar. Biol. Ass.**, United Kingdom, vol. 87, pp. 1047–1056, 2007.

TEIXEIRA, E. **As Três Metodologias: Acadêmica, da Ciência e da Pesquisa**. Revista e Ampliada. Belém, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ZUG, G. R. Age and growth in olive Ridley sea turtle (*Lepidochelys olivacea*) from the north central pacific: a skeletochnological analysis. **Marine Ecology**, vol. 27, pp. 263–270, 2006.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE HARMONIA NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: O EPISÓDIO DO PENSAMENTO REGIONAL

BARROS, Nilson Cortez Crocia de^{1,*}

¹Universidade Federal de Pernambuco – Departamento de Geografia

INTRODUÇÃO

O presente trabalho explora os contextos cognitivos de ordem teológica que ajudam a entender a edificação conceitual da Geografia Regional moderna. Empenha-se em identificar comunicações entre considerações conceituais no âmbito da tradição da teologia cristã, por um lado, e conceitos fundamentais na experiência de construção da Geografia Regional como disciplina de síntese. O material teológico encontra-se nas reflexões do Professor e Teólogo romano Lucius Lactancius assentadas na sua obra *Os Divinos Institutos*; nos servimos da edição em língua Inglesa de 2015, por A. Roberts, Sir J. Donaldson e A. Coxe, reimpressa em 2018. Do ponto de vista da Geografia são consideradas as características da Geografia Regional fixadas à época da institucionalização, isto é, no período que compreende o fim do século XIX e começos do século XX. Esta Geografia Regional é entendida como a Geografia de Síntese, ou Geografia como Ecologia Humana; ela passou a receber severas críticas positivistas partindo dos geógrafos com hábitos metodológicos sistemáticos a partir dos meados do século 20; estes viam a Complexidade ou a Síntese Regional como algo excessivamente obscuro, místico e difícil de tratar a nível racional.

CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O CONCEITO DE REGIÃO

O conceito de Região compôs a “ideologia mandarim” na Europa e no além-mar, como peça discursiva da “religião cívica” associada aos Nacionalismos e aos Regionalismos, crenças fervorosas e intensas nos séculos XIX e XX. O Nacionalismo pode ser entendido francamente como um tipo de Territorialismo/Regionalismo, ainda que não raro superimposto e em colisão com o Regionalismo convencional ou tradicional.

A noção de Região Geográfica na sua concepção tradicional e de síntese desenvolvida ao final do século XIX e primeira metade do século XX envolve a ideia de que os fatos da Natureza e da Sociedade/Cultura transcendem os indivíduos, formando eles – amalgamados ou fundidos – uma Totalidade Harmônica que molda ou trama as ações humanas; a Região Geográfica aparece então equalizada a algo superorgânico, a um pequeno Cosmos.

Ela, a noção de Região Geográfica, decorre do amplo e criativo entendimento que os geógrafos conferem ao Espaço Geográfico como conceito, este um assunto extensivamente tratado por Berdoulay (2012). Examinando trabalhos de O. Valverde e H. Sternberg, Gerd Kohlhepp identifica a presença da visão holística ou integradora da Geografia no estudo da Região; e acerca disto transcreve Sternberg: “O que a Geografia torna indispensável é... o pensamento holístico, quando enfoca a interface entre as so-

iedades humanas e o meio ambiente” (STERNBERG, 1998, p. XXIX) (apud KOHLHEPP, 2015, p. 42)

Carl Sauer, expoente da Geografia Cultural ou Humana, mesmo reconhecendo o papel e o valor central das Geografias Sistemáticas, doutrinava que a Geografia se preocupava com conjuntos, quer dizer, com Regiões ou Zonas culturais: “Sem a visão duma realidade regional como um todo interrelacionado existe apenas disciplinas específicas, parciais, não a Geografia” (SAUER, 1996, p. 299–300). Zelinsky (1973, p. 40–41) viu o problema do mesmo modo, quer dizer, a Geografia preocupava-se com o nível da agregação complexa, com um suposto nível autônomo, com aquela Totalidade Regional entendida como maior que a soma de todas as suas partes constituintes, a Região como uma entidade que por si própria possuía processos e estrutura, ainda que afetada pelas circunstâncias fossem estas sociais ou naturais. Retornemos ao ponto de vista de Sauer; ele estranhava a opinião dos cientistas positivistas extremados: “qualquer coisa mística é abominável para alguns” (SAUER, 1996, p. 311).

Sauer reconhecia haver algo além da ciência, um campo comum à estética, à alma, à ideia harmônica da Paisagem/Região, uma qualidade envolventemente sinfônica que emergia dos conhecimentos científicos mais atualizados e que, não obstante, diferenciava-se da ciência; uma qualidade de entendimento de nível superior que não poderia ser construída ou sistematizada por processos metodológicos formais (SAUER, 1996, p. 311).

Explorada na sua dimensão transcendente, a Região Geográfica é imaginada de modo tal que se assemelha ou aparenta ser, ou melhor, ela é uma entidade metafísica; digamos, ela é algo Superorgânico, algo ao mesmo tempo abordável de modo racional – quer dizer, passível da decomposição analítica dos seus fatores –, e também indefinível, um ser definitivamente claro-escuro. Apreciando assim a Região, imaginando-a deste modo, num desafio humano diante de tanta complexidade, há um pensador, o geógrafo armado com o Método Regional. Mas – repetiam os críticos – a Região

assim pensada seria uma utopia cognitiva.

A dimensão regional assim conceptualizada, a partir da ideia do Complexo Harmônico, poderia ela mesma em si aludir a uma espécie de “destino” – a propósito, para usar termo mais moderno, “vocação” –, desvendável mediante o rigoroso estudo regional geográfico. Neste nível coletivo, ou nível Superorgânico, ou nível Regional Geográfico (integrado, total), o individual ou qualquer geofator se submetia à Harmonia das Combinações entre os fatores físicos, biológicos e humanos, formando a Totalidade Regional singular (idiográfica) (BARROS, 2012).

Uma vez que este Superorgânico se situaria para além do nível propriamente observacional das provas e das contraprovas das afirmações e hipóteses que viessem a ser feitas sobre ele com base nos fatos, os críticos sustentaram, com boa dose de sucesso, a opinião de que o Método Regional Geográfico remetia mais às questões da fé, das convicções políticas, da ideologia e das intencionalidades de poder do que à ciência positiva ou baseada nos fatos propriamente ditos.

Os críticos alegavam que a contaminação metafísica harmonizadora da noção de Região Geográfica reforçaria as visões fatalistas ou de destinos para as populações atreladas a certos quadros regionais de poder, uma população de indivíduos atomizados que passariam a ser ligados e identificados pelo conceito ideológico-político unificador e harmonizador da Região Geográfica. O pensamento regional assim caracterizado, ao harmonizar combinatoriamente os fatores a nível regional como uma rígida cadeia coletiva de interações, deixaria pouco espaço para a verbalização, para a visibilidade e para a comunicação dos contrastes/conflitos nos interesses culturais, econômicos e sociais e nas características ambientais realmente existentes no espaço geográfico (DUNCAN, 1980, p. 189–191).

A GEOGRAFIA, TEOLOGIA E A HERANÇA GRECO-ROMANA

A Geografia no panorama greco-romano confundia-se com os estudos da Natureza em geral – Ciências da Natureza –, inclusive da

Natureza na sua dimensão astronômica, que foi justo o campo no qual o célebre geógrafo Cláudio Ptolomeu (1952) (100–178 d.C.) edificou a sua fama ao reunir, no seu grande trabalho *The Almagest*, todo o conhecimento temático até então produzido pelos chamados *physikóis* gregos (TAGLIAFERRO, 1952). *Physikói* foi o termo empregado por Aristóteles para distinguir, identificar, os filósofos da Natureza, quer dizer, aqueles que não lidavam com as reflexões sobre as circunstâncias humanas, quer dizer, aquelas de ordem Moral.

Aristóteles, na sua classificação das ciências, posiciona as Ciências Naturais – aquela dos *physikóis* –, a Teologia, a Filosofia e a Matemática sob a mesma denominação: Ciências Teóricas (MCKEON, 2001, p. xvii). As Ciências Teóricas estudariam as “leis necessárias”. Então, entender haver superposições, comunicações, percolações de ideias entre ciência e religião não se trata de nenhuma novidade, estando a convicção obviamente assentada na tradição do pensamento ocidental.

Aproximadamente três gerações depois de C. Ptolomeu, nasceu Lactancius, considerado o primeiro “grande” teólogo cristão. Lactancius produziu argumentos sobre a necessidade da conciliação entre as ideias da *Physis* e a convicção teológica que empenhadamente defendia da cósmica Unicidade de Deus e Harmonia Divina. No ambiente predominantemente politeísta no qual ele desencadeou a sua luta teológica, os mares, as terras e o vulcanismo, os ventos, as atividades humanas como o comércio, a agricultura, etc., cada uma destas dimensões ou condições da ecologia humana seria regida por deuses parciais, deuses tópicos. Estas discussões teóricas estão assentadas na sua obra célebre antes mencionada.

As relações entre ciência e religião são vastamente reconhecidas, sendo lugar comum a consideração de que o cristianismo, a ciência e filosofia gregas e a estrutura político-administrativa-jurídica romana formam as três colunas-bases da alma ocidental. Em seu estudo sobre o pensamento do *scholar* mandarim germânico – personagem que enfrentará as circunstâncias das transformações ou mudanças

sociais acontecidas no ambiente universitário na passagem entre os séculos 19 e 20, à época da acelerada modernização –, Ringer identifica no Pietismo professado na Universidade de Halle as raízes religiosas da crença da Harmonia Sinfônica do mandarim acadêmico (RINGER, 1990). Gomes, por seu turno, entende serem as cosmografias em geral – a obra *Cosmos* de Humboldt um exemplo – seguidoras do plano de Possidônio da “física do mundo” (GOMES, 2017, p. 91).

Ribeiro identifica o posicionamento epistemológico central da visão de Todo Complexo na proposta lablachiana (2012) e Berdoulay (2017, p. 199–2004), em estudo sobre a experiência formativa da Geografia francófona moderna, reconhece ser aquilo que Vidal de La Blache denominou por “espírito geográfico” uma evidência da influência do pensamento espiritualista – o neokantismo que se distancia do positivismo – na Geografia, perspectiva que postulava a supremacia das formas de pensamento, estas se impondo ao Universo.

A Harmonia Universal adviria das relações entre todas as coisas e se expressaria na Geografia pelos conceitos de Unidade Terrestre e Conexão Total entre os fatores/fenômenos, abordagem mediante a qual a Geografia justificava a si própria ante as outras ciências (solução de síntese). Mas vamos ao pensamento de Lactancius. Lucius Caecilius Firmianus Lactancius nasceu no Norte da África em 260, ou 250, ou 240, não se sabe ao certo, e faleceu na região da Gália em 330 ou 325, ou 320 d. C, data também sobre a qual não se tem certezas.

O Imperador Constantino, que associa a casa imperial ao cristianismo sob o qual educa os filhos, põe fim às perseguições aos cristãos nos domínios romanos. Propaga-se a liberdade religiosa, e o paganismo detém ainda grande poder; o ambiente das ideias, a luta pelas almas, tudo se encontrava exageradamente controverso e competitivo; apenas cerca de meio século após a morte de Lactancius, estando Roma já sob a tutela do Imperador Teodósio I, o cristianismo se tornará a religião oficial (FRANGIOTTI, 1997, p. 12).

Sensível aos estímulos do novo ambiente que se forma, maneja a sua erudita formação

intelectual, Lactancius (2015) encontrou espaço para se tornar o doutrinador sofisticado das crenças cristãs na esfera das chamadas Ciências Teóricas, atuando com eficácia na interlocução com as classes cultivadas e poderosas do Império Romano, dialogando, portanto, com o coração da cultura Greco-Romana. Na sua obra *As Instituições Divinas*, Livro I (*Sobre a Adoração dos Falsos Deuses*), Capítulos III, IV, V e VI, Lactancius mobiliza um vasto espectro de “referências de autoridade” em defesa da Tese da Unicidade de Deus, ou do mundo visto como um Cosmos Harmônico criado e comandado pelo Pai ou Deus Único. Este é o seu diálogo teológico com a *Physis*.

Dizia-se, ironicamente, à época, contra a tese da Unicidade Harmônica, que o mundo era complicado demais para ter sido feito e se mantendo governado por um só Deus ou um Deus sozinho. Entretanto, Lactancius colheu considerável sucesso no seu intento de convencer aos seus concidadãos romanos que “havia uma grande Providência preparada por uma grande Inteligência” (Livro I, Cap. II), a julgar pelo êxito e reconhecimento teológico alcançado pelos seus escritos até os dias atuais.

A ideia do Cosmos ordenado, harmonizado, noção particularmente cara ao *physikói* e com a qual Lucius Lactancius lida, reconhece-se – ou se projeta para – no mundo moderno na imaginação planetária do Barão Humboldt (1769–1859), esta, uma espécie de teologia laicizada, poética, cientificizada (GOMES, 2017, p. 91). Observe-se que, no ano de 1946, quando se tentava reviver a tradição cultural germânica após a 2ª Guerra, Friedrich Meinecke – desejoso de reativar as fontes espirituais da nação da época pura de Goethe (1749–1832) do Sacro Império Romano Germânico – propunha a criação de pequenas sociedades locais inspiradas nas ideias e estilo intelectual deste maior representante do Romantismo, Humboldt; isto em todas as cidades da Alemanha, e cujos membros deveriam, quando possível, encontrarem-se nas igrejas, cultivar os clássicos e promoverem a boa música germânica (RINGER, 1990, p. 443), esta considerada central na identidade alemã (POTTER, 2015).

A ideia de Cosmos veio a ser reconhecida no projeto da Imaginação Regional Totalizante dos finais do Século XIX e começos do Século XX, por ocasião da institucionalização da disciplina. Isto acontece sob a égide da ideia da Interdisciplinaridade, no ambiente da doutrina acadêmica da Ortodoxia da Síntese e da Analogia Sinfônica, que teria caracterizado a *scholarship* germânica de antes da emergência do trabalhismo militante, do hiper positivismo e da sociedade de consumo e de massas (RINGER, 1990).

No contexto acadêmico do final do Século XIX, impregnado pela utopia espiritualista (*Geist*) do mandarim germânico, a Região como totalidade orgânica é imaginada como um pequeno mundo harmonizado e positivamente existente, e que caberia à Geografia descobrir este pequeno mundo à parte, identificá-lo e comunicar a sua existência singular/peculiar (*idios*, Gr.), a sua personalidade integral, mediante a peça escrita denominada Monografia Regional (BARROS, 2016) (2018). O Método Regional não pressupunha verdades brotando puras dos fatos; mas “verdades regionais” edificadas pela tensão entre o exercício veemente da subjetividade observadora – quer dizer, da intencionalidade, da apreciação pessoal, da intuição, do instinto – e os fatos.

Retornemos a Lactancius. Para ele, o divino poder do Deus Único era Indivisível. Deus era o Todo, a Totalidade. A Mente Eterna Única havia criado e governava a Massa do Mundo, e neste Todo Harmonizado nada faltava e nada poderia ser adicionado. Então, não carecia existirem deuses parciais, limitados, suficientes apenas para criar e lidar com as partes: deuses parciais eram, portanto, logicamente desnecessários (Livro I, Cap. III). Os profetas, doutrinou Lactancius, em número elevado, haviam predito acontecimentos precisamente pelo fato de, inspirados, darem ouvidos aos comandos da Unicidade da Sabedoria (Livro I, Cap. IV).

Prosseguindo na sua argumentação de autoridade em torno do tema da Harmonia e Unicidade, Lactancius busca apoio nos Filósofos, uma vez que “a autoridade deles possui maior peso” (Livro I, Cap. V). Dá voz à opinião de Thales de Miletus, que teria afirmado serem as

coisas todas formadas a partir da água e que Deus teria tudo feito a partir deste elemento (Água). Pitágoras, segundo Lactancius, tinha Deus por uma alma regente e difusa por todo e qualquer elemento do Universo e que a vida derivava desta Alma Unificadora. E, para Antístenes, embora as pessoas pudessem cada qual individualmente crer em diferentes deuses, o Deus de toda a Natureza, da Totalidade, era Uno. Depois de apoiar-se, em prol da crença na Totalidade Harmônica, na autoridade de Aristóteles – com a ressalva de que neste era comum encontrar opiniões contraditórias entre si –, na sabedoria de Platão, nas reflexões de Cícero, e nas cogitações de Sêneca, Lucius Lactancius parte para explorar as opiniões atribuídas a Hermes Trismegistus, sábio divinizado, referido abundantemente na literatura ao longo dos séculos como o Patrono da Alquimia para a terras da Arábia e Grécia (GILCHRISTI, 1991). Trimegistus afirmava a Unicidade Divina, a operação harmônica da Providência. Lactancius o transcreve: “Deus é Um...” (Livro I, Cap. VI).

Referências

- BARROS, N. A modernização da Geografia como Ecologia Humana. In: DIÁLOGOS socioambientais e perspectivas culturais. Paulo Afonso: SABEH, 2016. p. 18–37.
- _____. O geral e o regional na História da Geografia. *Revista Geográfica*, IPGH, México, n. 152, p. 9–30, 2012.
- _____. O pensamento regional e a estrutura da Geografia: apreciação historiográfica. *Geografia*, Unesp, Rio Claro, v. 43, n. 2, p. 350–356, 2018.
- BERDOULAY, V. **A escola francesa de Geografia: uma abordagem contextual**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.
- _____. Espaço e Cultura. In: OLHARES geográficos. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012. p. 101–131.
- DUNCAN, J. The Superorganic in the American Cultural Geography. *Annals of The Association of American Geographers*, v. 70, n. 2, p. 181–198, 1980.
- FRANGIOTTI, R. Introdução. In: CONFISSÕES. São Paulo: Paulus, 1997. p. 9–16.
- GILCHRISTI, C. **The Elements of Alchemy**. Brisbane: Jacaranda Wiley Limited, 1991.
- GOMES, P. C. Imago Mundi nas cosmografias renascentistas. In: QUADROS geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017. p. 81–91.
- KOHLHEPP, G. Pioneiros brasileiros nas pesquisas geográficas do desenvolvimento regional: Orlando Valverde e Hilgard O’ Reilly Sternberg. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, v. 1, n. 3, p. 27–54, 2015.
- LACTANCIUS, L. C. F. (a.d.260–330). **The Divine Institutes**. Columbia, 2015.
- MCKEON, R. **The basic works of Aristotle**. New York: The Modern Library, 2001.
- POTTER, P. **A mais alemã das artes: musicologia e sociedade da República do Weimar ao fim da era nazista**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.
- PTOLEMY, C. The Almagest: I–V. In: **Great Books of The Western World**. Edição: R Hutchins. Chicago: E. Britannica, 1952. v. 16, p. 1–480.
- RIBEIRO, G. Geografia Humana: fundamentos epistemológicos de uma ciência. In: VIDAL, vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 23–40.
- RINGER, F. **The decline of the German Mandarins: the German Academic Community, 1890–1933**. Hanover e London: University Press of New England, 1990.
- SAUER, C. O. The morphology of landscape. In: HUMAN Geography: An Essential Anthology. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996. p. 296–315.
- STERNBERG, H. **A Água e o Homem na Várzea do Carreiro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998. v. 2.

TAGLIAFERRO, R. Introduction and Notes. In:
PTOLEMY, C. 1952. p. x and 1–3.

ZELINSKY, W. **The Cultural Geography of the
United States**. New Jersey: Prentice Hall, 1973.

A QUESTÃO NUCLEAR EM ITACURUBA: ENTENDENDO A ESCOLHA DO MUNICÍPIO PARA INSTALAÇÃO DA CENTRAL NUCLEAR DO NE E AS MOBILIZAÇÕES ANTINUCLEARES NO SERTÃO DE PERNAMBUCO

SILVA, Whodson^{1,*}

¹Antropólogo

* whodsoon@gmail.com

Ultimamente estamos acompanhando uma série de notícias, discursos, informações e mobilizações referentes à instalação de usinas nucleares no município de Itacuruba, sertão de Pernambuco. Questão esta assustadora para toda a população da “nova Itacuruba” já que este mesmo município, em 1988, teve sua sede municipal e suas áreas agricultáveis inundadas em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

Há exatos 31 anos a população da antiga Itacuruba foi reassentada forçadamente pelo Estado Brasileiro, a área em que agora vivem (município de Itacuruba-PE) está sendo apontada como o local que abrigará um projeto de construção de um complexo nuclear com capacidade de até 06 reatores nucleares, totalizando uma capacidade de 6.600 MWe.

Rapidamente, uma articulação antinuclear nesta região do Sertão tomou forma e diversas mobilizações, que têm por finalidade barrar a instalação de usinas nucleares no Rio São Francisco, vem acontecendo e ganhando projeção nacional. Muitas dúvidas começam a surgir,

bem como várias pessoas que, sequer sabiam da existência de um projeto de uma central nuclear no Nordeste, começam a procurar informações e dados oficiais sobre tal empreendimento.

Diante desses fatos, realizei um apanhado de conhecimentos sobre a questão. Assim, acompanhei durante sete meses a região que é apontada para construção de tal complexo nuclear. O objetivo era, justamente, compreender as mobilizações antinucleares e a concretude da informação de que Itacuruba-PE receberia um projeto dessa magnitude. Assim, quero compartilhar com os leitores, sem embargos, as nossas descobertas e inquietações a respeito da questão nuclear em Itacuruba.

O primeiro ponto a se considerar, é que a região do Sertão de Itaparica é apontada desde a década de 80 como uma área de interesse de um empreendimento nuclear e já nesta época, movimentos antinucleares tiveram sua expressão. Diário Oficial da Prefeitura da Cidade do Recife de 17 e 18 de junho de 1987 (1987), registra uma campanha que se desencadeava com o apoio da mesma prefeitura contra a instalação de uma usina nuclear em Pernambuco.

Outra nota, agora do Diário do Poder legislativo de PE, de 25 de novembro de 1987 (1987), registra as discordâncias de deputados estaduais com a pretensão do governo federal em depositar no município de Floresta, vizinho à Itacuruba, o lixo atômico da tragédia, envolvendo o Césio 137, o mesmo que provocou o acidente que ocorreu em Goiânia (GO) no mesmo ano. O mesmo documento aponta que tais parlamentares criaram um projeto de lei para proibir a instalação de usina nuclear, derivados e similares e a guarda de lixo considerado atômico e de química letal.

De 1987 para cá, a questão nuclear dinamizou-se e, mais recentemente, a discussão de empreendimentos que apostem no produto nuclear como a forma de energia do futuro estão cada vez mais maior. Parece-nos que em todo esse intervalo de tempo, o Rio São Francisco sempre foi pensado e discutido como um potencial receptor de empreendimentos nucleares, a partir de argumentos que supervalorizam o uso militar da tecnologia nuclear, mesmo quando não se pretende usá-la para essa finalidade, e a sofisticação embutida nessa tecnologia. Tais parâmetros explicam a formação de um setor nuclear no país e a preferência por esse tipo de fonte de energia.

É por meio da matéria “Eletronuclear escolhe cidade de Itacuruba como opção para sediar usina atômica do Nordeste” (2011), em 18 de fevereiro de 2011, publicada no *Blog de Jamildo no Jornal do Commercio*, que a população de Itacuruba é pega de surpresa com a notícia de que novamente, seus habitantes teriam suas vidas impactadas por conta da implementação de um megaprojeto energético, dessa vez uma usina nuclear no Lago de Itaparica.

A matéria, escrita pelo próprio Jamildo, afirma ter tido acesso ao documento “A Rota da Expansão da Energia Nuclear no Nordeste” datado do dia 19 de janeiro de 2011 e assinado pelo engenheiro Carlos Henrique Mariz, diretor da Eletronuclear no Nordeste. Ele trata justamente da implantação da central nuclear do Nordeste no município de Itacuruba.

O documento, que também foi disponibilizado pelo blog, aponta que o sítio escolhido reúne as

melhores condições porque conta com solo estável, oferta de água em abundância e também está localizado nas proximidades das linhas de transmissão da Chesf. A água é usada para resfriar os sistemas de geração das usinas nucleares.

Um total de 12 matérias foram publicadas neste blog entre fevereiro e maio de 2011, relatando a repercussão de tal notícia, principalmente entre os parlamentares que apoiavam ou repudiavam tal projeto. É neste mesmo período que se configura uma série de movimentos que objetivavam impedir a instalação do empreendimento em Itacuruba.

Os povos tradicionais dessa região, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros, tiveram e, sobretudo, ainda têm uma importante colaboração na conformação do movimento nuclear nesta região. A Articulação Antinuclear Brasileira (AAB), criada em 03 de maio de 2011, bem como instituições articuladas à Igreja Católica que trabalhavam nesta região, foram fundamentais na construção de um movimento impeditivo da usina nuclear, algumas informações no Quadro 1, a seguir.

MOBILIZAÇÕES ANTINUCLEARES REALIZADAS ENTRE 2011 E 2012

- Caravana antinuclear em Pernambuco – outubro/2011, setembro/2013; Marcha das águas em Pernambuco – 03 de junho de 2012;
- Tenda antinuclear na Cúpula dos Povos (Rio+20) – 2012;
- Campanha de coleta de assinatura para um projeto de emenda constitucional (PEC) de iniciativa popular proibindo a construção de usinas nucleares no Brasil;
- Mobilização nacional por um Brasil livre de usinas nucleares;
- Lançamento de série de vídeos sobre os impactos de usinas nucleares;
- Audiência pública no município de Itacuruba – PE convocada pelo Fórum Interinstitucional em Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – 09 de setembro de 2011;
- Caravana antinuclear formada por diversas organizações que percorreu quatro cidades do sertão de Pernambuco (Belém do São Francisco, Floresta, Itacuruba e Jatobá), levando informações à população acerca dos impactos da energia nuclear – 2011;
- Carta de Itacuruba assinada por mais de sessenta entidades e entregue ao governador de Pernambuco – 30 de outubro de 2011;
- Abaixo-assinado pela revogação do Acordo Nuclear Brasil – Alemanha em 2014.

Entre 2011 e 2018, há um silêncio deliberado do Governo Federal sobre a instalação desse projeto no município de Itacuruba, um dos motivos para tal retaguarda do Estado deve-se ao fato de que, ainda em março de 2011, ocorreu o desastre nuclear na Central Nuclear de *Fukushima I* – Japão, que acaba por influenciar os debates no Brasil sobre os riscos que um empreendimento nuclear em Pernambuco traria para a população, que passaria a estar passível a contaminações radioativas.

Em 2018, o cenário sociopolítico reconfigura-se e o debate sobre o potencial nuclear de Itacuruba volta ao centro das discussões, seja pelos movimentos antinucleares no sertão, seja no âmbito dos investimentos financeiros internacionais.

O Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB), organismo vinculado ao Palácio do Planalto, em julho de 2018 já tinha elaborado a proposta de um programa que prevê ampliar a geração de energia nuclear no país, aumentar a exportação de urânio e dinamizar a mineração do setor. O comitê, que nesse momento estava composto por representantes de onze ministérios e coordenado pelo ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), teria criado sete grupos de trabalho sobre o tema nuclear para estruturar o novo Programa Nuclear Brasileiro (PNB). As proposições eram de projetos de novas usinas nucleares em diferentes partes do país e retomar a construção da usina de Angra 3, Rio de Janeiro.

Com a posse de um importante almirante de esquadra ao Ministério de Minas e Energia (MME) do Brasil, a questão nuclear ganha mais expressão. Entre as pautas anunciadas pelo ministro, em março de 2019, está a transferência da exploração do urânio para a iniciativa privada – que pela Constituição Federal do país, é da União na figura da estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB) – e a abertura das reservas indígenas para a indústria de mineração. Em janeiro de 2019 o MME já havia declarado por meio de uma nota oficial a pretensão de retomar as obras da usina nuclear de Angra 3 e o plano de construir entre quatro e oito novas usinas nucleares no País:

Para o setor nuclear, a conclusão de Angra 3 é importante, pois traz escala à toda a cadeia produtiva do setor, desde a produção de combustível à geração de energia. Isso se torna ainda mais relevante quando se leva em conta que o Brasil vai precisar investir em energia para o futuro, em função do aumento da demanda e do esgotamento do potencial hidrelétrico. Por fim, o Plano Nacional de Energia 2030 (PNE 2030) prevê a construção de quatro a oito usinas nucleares no País. Cenário que tende a ser confirmado pelo PNE 2050, publicação aguardada para breve. (MINAS E ENERGIA, 2019)

Recentemente, em abril de 2019, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP) notícia

que o MME anunciou, durante o *World Spotlight Brazil* no Rio de Janeiro, que uma área em Pernambuco já foi analisada pela Eletronuclear para receber uma nova central nuclear. A matéria que a NUCLEP direciona para mais informações afirma que o local consiste num sítio, que fica localizado na cidade de Itacuruba e poderia abrigar até seis reatores nucleares, totalizando uma capacidade total de 6.600 MWe.

Em resposta à possibilidade de instalação de tal empreendimento, uma série de ações encabeçadas pela “Articulação Sertão Antinuclear” vem expressando os motivos pelos quais um empreendimento dessa natureza não possibilitaria reais benefícios para aquela região. Tal articulação agrega diversas entidades e instituições, entre estas: Diocese de Floresta, Pastorais sociais, CIMI, CPT, AAB, Pesquisadores da UPE e UFPE, Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE), ONG Provida e, principalmente, os povos tradicionais desta região.

Com o lema *Resistir para continuar existindo*, a articulação vem propondo ações que chamam atenção para tal problemática, pontuando os diversos impactos que esse investimento traria para toda uma região. Trata-se de um movimento que vem elaborando um repertório de mobilizações que dizem “não à usina nuclear em Itacuruba, no Nordeste e no Brasil”.

Neste ano, diversas ações já foram e vem sendo empreendidas no sentido de ampliar a discussão e propor alternativas de desenvolvimento que tenham em vista a segurança humana, política e social das pessoas desta região.

Podemos citar, a exemplo: a Caminhada Antinuclear: Opará contra a morte nuclear, promovida pela Comissão de Jovens Indígenas de Pernambuco (COJIPE) em março de 2019; a audiência pública convocada pela Comissão de Direitos Humanos da ALEPE e realizada na manhã do dia 10 de maio de 2019 no auditório Sérgio Guerra – ALEPE, que tinha como tema a perda dos direitos indígenas em Pernambuco e como uma das pautas estava à questão da construção da usina nuclear em Itacuruba; A grande caminhada antinuclear que percorreu os municípios de Mirandiba, Carnaubeira da Penha, Floresta e

Itacuruba, nos dias 15 e 16 de junho, bem como diversos encontros, reuniões, seminários e discussões. Entre os debates podemos citar o realizado na Cúria Metropolitana, em Recife, no dia 17 de junho, com lideranças religiosas, lideranças de movimentos sociais e parlamentares pernambucanos.

Nessa direção, ressalto também a *Carta em defesa da vida e em repúdio à implementação de novas usinas nucleares no Brasil, em especial no município de Itacuruba, Pernambuco* emitida por tal articulação e entregue ao governador de Pernambuco em 29 de maio de 2019 pelo Arcebispo de Recife e Olinda, Dom Antônio Fernando Saburido. Tal carta é assinada por inúmeras entidades e instituições locais, regionais e nacionais, expressando o contexto vivido pela população do município de Itacuruba – como o alto índice de depressão e suicídio provocado pelos impactos da Barragem de Itaparica – e listando os motivos pelos quais são contra a instalação de empreendimentos nucleares.

Tendo em vista os dados apresentados, nossa análise é de que a projeção de uma central nuclear no Nordeste não é um fato isolado e localizado, pelo contrário, envolve uma série de elementos, atores, instituições e conflitos que permeiam diferentes níveis e contextos de poder. Se por um lado a conjuntura sociopolítica do campo do desenvolvimento energético no Brasil caminha para a materialização do empreendimento nuclear em Itacuruba, de outro, atiza as mobilizações e confrontos políticos antinucleares nesse contexto.

Entendemos que os movimentos antinucleares nesta região do Sertão vem estabelecendo uma construção argumentativa que impede que o projeto da Central Nuclear do Nordeste seja tratada a partir da ideia de uma tábula rasa. E, nessa direção, é importante considerar que os aspectos sociais e ambientais que estão no entorno de um megaprojeto energético não devem ser tratados separadamente ou por último, pelo contrário devem estar em pé de igualdade com os fatores técnicos e econômicos no próprio processo de planejamento.

A questão nuclear em Itacuruba aponta um contexto social em que é possível visualizar o

acirramento de políticas governamentais que impulsionam a implantação de grandes projetos e objetivam, ao mesmo tempo, retroceder os direitos conquistados pelos segmentos sociais assim como impactar o meio ambiente em escalas sem precedentes.

Referências

JAMILDO, Blog do. **Eletronuclear escolhe cidade de Itacuruba como opção para sediar usina atômica do Nordeste**. 2011. Disponível em: <<https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2011/02/18/eletronuclear-escolhe-cidade-de-itacuruba-como-opcao-para-sediar-usina-atomica-do-nordeste/>>.

MINAS E ENERGIA, Ministério de. **Nota de Esclarecimento sobre Angra 3**. 2019.

Disponível em:

<http://www.mme.gov.br/web/guest/pagina-inicial/outras-noticias/-/asset_publisher/32hLr0zMKwWb/content/nota-de-esclarecimento-sobre-angra-3%5C%5C3Bjsessionid=AB4515A61E9AA7A1353A136F38308229.srv155?redirect=http://www.mme.gov.br/web/guest/pagina-inicial/outras-noticias%5C%5C3Bjsessionid%5C%5C3DAB4515A61E9AA7A1353A136F38308229.srv155?p_p_id%5C%5C3D101_INSTANCE_32hLr0zMKwWb%5C%5C26p_p_lifecycle%5C%5C3D0%5C%5C26p_p_state%5C%5C3Dnormal%5C%5C26p_p_mode%5C%5C3Dview%5C%5C26p_p_col_id%5C%5C3Dcolumn-1%5C%5C26p_p_col_pos%5C%5C3D1%5C%5C26p_p_col_count%5C%5C3D3>.

PERNAMBUCO. **Diário do Poder Legislativo de Pernambuco**. Nov. 1987.

RECIFE. **Diário Oficial da Prefeitura da Cidade do Recife**. Jun. 1987.